



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PATRÍCIA CARNEIRO DE MENEZES

**A RESILIÊNCIA NA CONCEPÇÃO DO PROJETO RECIFE PARA O RIO  
CAPIBARIBE**

Recife  
2022

PATRÍCIA CARNEIRO DE MENEZES

**A RESILIÊNCIA NA CONCEPÇÃO DO PROJETO RECIFE PARA O RIO  
CAPIBARIBE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro

Recife  
2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

M543r Menezes, Patrícia Carneiro de  
A resiliência na concepção do Projeto Recife para o rio Capibaribe /  
Patrícia Carneiro de Menezes. – Recife, 2022.  
120f.: il.

Sob orientação de Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.  
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano, 2022.

Inclui referências.

1. Projeto Recife. 2. Rio Capibaribe. 3. Resiliência socioecológica; 4.  
Projeto de paisagem. I. Ribeiro, Ana Rita Sá Carneiro (Orientação). III.  
Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-12)



.....  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**Patrícia Carneiro de Menezes**

**“A RESILIÊNCIA NA CONCEPÇÃO DO PROJETO RECIFE PARA O RIO  
CAPIBARIBE.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 29/08/2022.

**Banca Examinadora**

Participação via Videoconferência

---

Prof. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Prof. Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Prof. Onilda Gomes Bezerra (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Prof. Fabiano Rocha Diniz (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus pais Fátima e Roberto, com gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, Ana Rita Sá Carneiro, pelo longo caminho de aprendizado desde a graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, pelos ensinamentos da paisagem e por fazer florescer em todos que passam pelo Laboratório da Paisagem o jardineiro que tem dentro de nós. Agradeço principalmente pela paciência, confiança e persistência nessa longa jornada de orientação do mestrado. Agradeço também à minha família que sempre foi a base e inspiração de vida. Aos meus pais e irmãos, aos meus cunhados e sobrinhos, que sempre me motivaram, me alegraram e torceram por mim, meu muito obrigada por tudo!

A realização dessa pesquisa não poderia ter acontecido sem o apoio de muitas pessoas que cruzaram meu caminho e com as quais eu aprendi muito, troquei ideias, dividi angústias e, também, muitos momentos de boas conversas. Então, agradeço aos companheiros da Turma M35, especialmente às amigas: Flora Oliveira, Sabrina Machry, Geisa Beyer, Thais Ponte, Dani Esposito, Juliana Santos e Carol Mapu; aos amigos da Turma M40: Talys Medeiros, Maria Antônia, Raquel Ferreira, Wilson Feitosa, Jonatas Medeiros e Pedro Queiroz, também membros do admirado Laboratório da Paisagem; além de Mariana Rossin, Ítalo Soeiro e Fábio Cavalcanti, doutorandos que também foram importantes nesse caminho. A Ítalo, agradeço especialmente por me emprestar a dissertação de Maria Cristina Coutinho e a Vera Freire, por ter me ajudado com a visita ao acervo da URB. Quero deixar registrado meu agradecimento aos demais pesquisadores do Laboratório que desde 2008 até hoje contribuíram para minha vida acadêmica e também pessoal, especialmente Luisa Acioli e Jéssica Yale pela super força em vários momentos desse percurso, assim como aos professores Lúcia Veras, Onilda Bezerra, Mirela Duarte e, especialmente a Joelmir Marques pela amizade e estímulo no início dessa jornada. Também agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, em especial Renata Albuquerque por todo suporte durante o curso. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos.

Gostaria de agradecer a Marta Roca e Alexandre Campello que foram fundamentais para mim na reta final da realização dessa pesquisa, tanto pelo estímulo, como pela confiança e companheirismo. E também a Luiz Vieira, Kássia

Torres, Rodrigo Lago e Vania Vieira, pela compreensão e pela força durante tantos anos, e por todo aprendizado na arquitetura da paisagem.

Por fim, agradeço a todos que me acompanharam nesses anos de mestrado, que colaboraram de alguma forma para me motivar, me alegrar, incentivar e me ouvir, aos meus amigos de infância, de faculdade, de profissão, do INCITI: meu muito obrigada.

## RESUMO

A Cidade do Recife, no estado de Pernambuco, abriga três grandes bacias hidrográficas dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió e os seus afluentes. Este sistema de corpos d'água é responsável por sua formação geológica que juntamente com a ação do homem, através de sucessivos aterros, moldaram o ambiente natural. Portanto, a forma como a cidade foi ocupada, construída e vivida está diretamente relacionada com as águas. A presente pesquisa se debruça sobre o rio Capibaribe e se desenvolveu com foco no Projeto Recife, anunciado em 1979 pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) como pioneiro dentre os projetos para o rio Capibaribe, poucos anos após a grande cheia de 1975. O Projeto Recife abrange uma área entre as avenidas Norte e Abdias de Carvalho, ao norte e ao sul, e a II-Perimetral e a BR-101, a leste e a oeste da cidade do Recife; e se destinava a intervir nas áreas vazias próximas às margens do rio Capibaribe, urbanizar áreas pobres e ofertar infraestrutura de lazer e serviços urbanos. Naquele contexto, pode-se dizer que houve uma ação de planejamento no sentido de ordenar o ambiente social e natural no espaço urbano a partir da relação do homem com o meio ambiente dentro de uma perspectiva sistêmica. O interesse partiu dos problemas atuais que emergiram da reflexão sobre a resiliência nas cidades, entre os aspectos que se desdobram do paradigma da sustentabilidade. Admitindo que o Projeto Recife abarca a noção do projeto de paisagem, parte-se para entender o aspecto da resiliência nas intenções iniciais e que se perpetuou desse processo. A fundamentação teórica aportou a teoria de Besse (2014), Bertrand (1995) e Corajoud (2011) no campo da paisagem e em Walker et al. (2006), Folke (2008), Bollettino et al. (2019) e Laboy e Fannon (2016), no campo da resiliência. Como a ideia central da resiliência é o caráter relacional, já que trata de interações entre o social e o natural, o processo de construção de uma cidade, que tem a presença da água marcante em seu território, é um processo de construção da resiliência, que se adapta, se regenera e se constrói a cada gesto paisagístico. O objetivo geral é verificar aspectos da resiliência nas intenções projetuais do Programa de Revitalização do Rio Capibaribe do Projeto Recife, que convergem para a compreensão de paisagem como um sistema.

**Palavras-chave:** Projeto Recife; rio Capibaribe; resiliência socioecológica; projeto de paisagem.

## ABSTRACT

Recife, a city in the state of Pernambuco, is home to three large hydrographic basins of the Capibaribe, Beberibe and Tejiþi3 rivers and their tributaries. This system of water bodies is responsible for the city's geological formation, which together with human action, through successive landfills, shaped the natural environment. Therefore, the way the city was occupied, built and lived, is directly related to the waters. The present research focuses on the Capibaribe River and was developed with a focus on the Projeto Recife, announced in 1979 by the Recife City Hall (PCR) as a pioneer among the projects for the Capibaribe River, a few years after the great flood of 1975. The Projeto Recife covers an area between Norte and Abdias de Carvalho Avenues, to the north and south, and II-Perimetral and BR-101, to the east and west of the city of Recife; and was intended to intervene in empty areas near the banks of the Capibaribe river, urbanize poor areas and offer leisure infrastructure and urban services. In that context, it can be said that there was a planning action in the sense of ordering the social and natural environment in the urban space from the relationship between man and the environment from a systemic perspective. The interest on this issue started from the current problems that emerged from the reflection on resilience in cities, among the aspects that unfold from the sustainability paradigm. Admitting that Projeto Recife encompasses the notion of landscape design, we set out to understand the aspect of resilience in the initial intentions and what was perpetuated in this process. The theoretical basis of the research included the theory of Besse (2014), Bertrand (1995) and Corajoud (2011) in the field of landscape and Walker et al. (2006), Folke (2008), Bollettino et al. (2019) and Laboy and Fannon (2016), in the field of resilience. As the central idea of resilience is the relational character, since it deals with interactions between the social and the natural, the process of building a city, which has the presence of water in its territory, is a process of building resilience, that adapts, regenerates and builds itself with each landscape gesture. The general objective is to verify aspects of resilience in Programa de Revitaliza33o do Rio Capibaribe do Projeto Recife's design intentions, which converge to the understanding of landscape as a system.

**Keywords:** Projeto Recife; Capibaribe river; socioecological resilience; landscape Project.

## LISTA DE FIGURAS

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |    |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 –  | Mapa dos rios, riachos e canais do Recife.                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 22 |
| Figura 2 –  | Mapa gráfico dos corpos d'água do Recife.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 22 |
| Figura 3 –  | A baía entulhada do Recife. Desenho de J. C. Branner.                                                                                                                                                                                                                                                                               | 23 |
| Figura 4 –  | Primeiro levantamento cartográfico realizado por holandeses em 1931. Autor Andreas Drewisch                                                                                                                                                                                                                                         | 25 |
| Figura 5 –  | Planta do Recife de 1648, autor C. Golijath.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 26 |
| Figura 6 –  | Planta geográfica da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco” – Arquivo Histórico Ultramarina (Lisboa), 1749.                                                                                                                                                                                                                | 27 |
| Figura 7 –  | Mapa do Recife 1856. Autor Elisário/Mamede. Legenda: 1 - Bairro do Recife. 2 - Bairro de São José. 3 - Rio Capibaribe. 4- Bairro da Boa Vista. 5 - Rio Beberibe. 6 – Olinda.                                                                                                                                                        | 28 |
| Figura 8 –  | Mapa do Recife disponível no Arquivo Público Estadual, 1876. Legenda: 1 – Bairro do Recife. 2 – Ilha de Antônio Vaz (Bairro de São José). 3 – Bairro Boa Vista. 4 - Rio Capibaribe. 5 – Ilha do Nogueira (Bairro do Pina). 6 – Rio Tejipió. 7 – Torre. 8 –Cordeiro. 9 – Casa Amarela. 10 – Rio Beberibe. 11 – Olinda                | 28 |
| Figura 9 –  | Planta da Cidade do Recife, produzida através do levantamento Douglas Fox e H. Michell Whitley, 1906. Legenda: 1 – Bairro do Recife. 2 – Ilha de Antônio Vaz (Bairro de São José). 3 – Bairro Boa Vista. 4 - Rio Capibaribe. 5 – Ilha do Nogueira (Bairro do Pina). 6 – Rio Tejipió. 7 –Torre. 9 – Encruzilhada. 10 – Rio Beberibe. | 29 |
| Figura 10 – | Planta do Recife e adjacências, sem data, autor Luiz Gonzaga de Oliveira.                                                                                                                                                                                                                                                           | 29 |
| Figura 11 – | Vista do Cais da Ponte D'Uchôa. Litogravura de Luis Schlappriz.                                                                                                                                                                                                                                                                     |    |
| Figura 12 – | Parte da passagem da Madalena. Litogravura de Luis Schlappriz, meados do século XIX.                                                                                                                                                                                                                                                | 30 |
| Figura 13 – | Plano de Saneamento do Recife de Saturnino de Brito, 1910-1915.                                                                                                                                                                                                                                                                     | 34 |

|             |                                                                                                                                             |    |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 14 – | Plano de Melhoramentos do Recife de Saturnino de Brito, 1917.                                                                               | 34 |
| Figura 15 – | Sugestões para Orientação do Estudo de uma Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife de Ulhôa Cintra, 1943.                 | 35 |
| Figura 16 – | Evolução da mancha urbana do Recife.                                                                                                        | 37 |
| Figura 17 – | Linha do tempo                                                                                                                              | 38 |
| Figura 18 – | Marcação do Parque Metropolitano do Capibaribe entre os municípios de São Lourenço da Mata e Recife.                                        | 41 |
| Figura 19 – | Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife                                                          | 42 |
| Figura 20 – | Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife                                                          | 44 |
| Figura 21 – | Área do Projeto Recife em cinza, à direita. Extensões da Avenida Beira Rio executadas nos bairros Madalena e Torre, em amarelo, à esquerda. | 45 |
| Figura 22 – | Área do Projeto Recife em cinza, à direita. Novo segmento executado da Avenida Beira Rio no bairro de Parnamirim, em amarelo, à esquerda.   | 46 |
| Figura 23 – | Delimitação de Área de Abrangência do Projeto Capibaribe Melhor                                                                             | 47 |
| Figura 24–  | Maquetes eletrônicas dos projetos dos parques de Apipucos, Santana, da Refinaria Cultural e do Parque Cairara.                              | 48 |
| Figura 25 – | Mapa do Plano Viário do Projeto Capibaribe Melhor.                                                                                          | 48 |
| Figura 26 – | Área de influência do Parque Capibaribe, 500 metros a partir das margens do rio.                                                            | 52 |
| Figura 27 – | Delimitação da Zona Parque.                                                                                                                 | 52 |
| Figura 28 – | Jardim do Baobá.                                                                                                                            | 53 |
| Figura 29 – | Perspectiva da Avenida Beira Rio propostas no bairro das Graças.                                                                            | 54 |
| Figura 30 – | Síntese do Projeto Recife                                                                                                                   | 58 |

|             |                                                                                                                                                                         |     |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 31 – | Indicação dos limites da área de intervenção do Subprograma de Ocupação das Áreas Vazias: BR-101 e a II Perimetral.                                                     | 59  |
| Figura 32 – | Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife.                                                                                     | 60  |
| Figura 33 – | Mapa do Recife com a marcação dos assentamentos de baixa renda, assentamentos populares, áreas pobres e Comunidade de Interesse Social.                                 | 62  |
| Figura 34 – | Setorização do Parque do Capibaribe                                                                                                                                     | 63  |
| Figura 35 – | Áreas das etapas do Subprograma Ocupação de áreas Vazias. Legenda: Azul = Etapa 1. Amarelo = Etapa 2. Laranja = Etapa 3. Verde = Etapa = 4.                             | 65  |
| Figura 36 – | Assentamentos populares do início da década de 1980. Em vermelho o complexo Jiquiá-Remédios.                                                                            | 69  |
| Figura 37 – | Projetos e áreas do Projeto Recife após o Seminário de Redirecionamento, 1987.                                                                                          | 75  |
| Figura 38 – | Modelos representativos dos tipos de resiliência.                                                                                                                       | 81  |
| Figura 39 – | Comparação entre tipos de resiliência adaptado de FOLKE (2006) e BLEWIT e TILBURY (2013).                                                                               | 82  |
| Figura 40 – | Uso do termo resiliência urbana, cidade resiliente e infraestrutura resiliente em artigos científicos ao longo dos anos até 2008. Adaptado do Google Books Ngram viewer | 84  |
| Figura 41 – | Esquema da fundamentação teórica da pesquisa                                                                                                                            | 97  |
| Figura 42 – | Quadro com aspectos da resiliência socioecológica                                                                                                                       | 97  |
| Figura 43 – | Volumes e anexos do Programa de Revitalização do Capibaribe do Projeto Recife.                                                                                          | 98  |
| Figura 44 – | Sistemas estruturadores da cidade                                                                                                                                       | 114 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|       |                                                            |
|-------|------------------------------------------------------------|
| ABAP  | Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas           |
| APP   | Área de Preservação Permanente                             |
| CGPR  | Comissão Geral do Projeto Recife                           |
| ETE   | Estação de tratamento de esgoto                            |
| FIDEM | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco |
| PCR   | Prefeitura da Cidade do Recife                             |
| PDR   | Plano Diretor do Recife                                    |
| PDSPM | Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos         |
| POT   | Projetos de Ordenamento Territorial                        |
| PURA  | Plano Urbanístico de Resgate Ambiental                     |
| RMR   | Região Metropolitana do Recife                             |
| SNIS  | Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento            |
| UFPE  | Universidade Federal de Pernambuco                         |
| URB   | Autarquia de Urbanização do Recife                         |
| ZEPA  | Zona Especial de Proteção Ambiental                        |
| ZEIS  | Zona Especial de Interesse Social                          |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                   |            |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                 | <b>14</b>  |
| <b>2</b> | <b>O RIO CAPIBARIBE E O PROJETO DE PAISAGEM DOS<br/>CORPOS D'ÁGUA DO RECIFE</b>                                   | <b>22</b>  |
| 2.1      | “RECIFE, CIDADE ANFÍBIA”                                                                                          | 22         |
| 2.2      | PANORAMA HISTÓRICO DOS PROJETOS PARA O RIO<br>CAPIBARIBE                                                          | 33         |
| 2.2.1    | <i>Planos urbanísticos antecessores: a primeira metade do século XX</i>                                           | 33         |
| 2.2.2    | <i>Os projetos para o rio Capibaribe de 1970 a 2022</i>                                                           | 37         |
| <b>3</b> | <b>O PROJETO RECIFE DE 1979. UM OLHAR RESILIENTE</b>                                                              | <b>57</b>  |
| 3.1      | O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO CAPIBARIBE PARA O<br>RIO CAPIBARIBE E O SUBPROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE<br>ÁREAS VAZIAS | 61         |
| 3.2      | SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO DO PROJETO RECIFE                                                                   | 71         |
| 3.2.1    | <i>Comissão Geral do Projeto Recife</i>                                                                           | 76         |
| 3.3      | A RESILIÊNCIA E OS NOVOS PARADIGMAS PARA AS CIDADES                                                               | 80         |
| 3.3.1    | <i>A Resiliência Socioecológica</i>                                                                               | 88         |
| 3.4      | A PROBLEMÁTICA DO PROJETO DE PAISAGEM PARA UM RIO<br>URBANO                                                       | 91         |
| 3.5      | A LENTE PARA LEITURA DO PROJETO RECIFE                                                                            | 95         |
| 3.5.1    | <i>Procedimentos metodológicos e etapas da pesquisa</i>                                                           | 98         |
| <b>4</b> | <b>AS INTENÇÕES PROJETUAIS DO PROJETO RECIFE E O<br/>PENSAMENTO RESILIENTE</b>                                    | <b>100</b> |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                       | <b>113</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                | <b>116</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Os cursos d'água desempenham um importante papel na formação das sociedades. A água é fundamental para o desenvolvimento das atividades humanas, seja nas questões sociais ou ambientais. Com a aceleração do crescimento urbano, os corpos d'água perderam seu principal papel de vitalidade e passaram a receber todo tipo de resíduos das cidades, muitas vezes ficando esquecidos nos fundos dos lotes. Estudar os rios urbanos é uma forma de compreender a dinâmica do processo de formação da paisagem urbana e a construção dos valores ambientais, paisagísticos, culturais e estéticos dessas paisagens. Também inclui a relação entre elementos da natureza e do homem, em particular nos espaços localizados ao longo das margens.

A emergência das questões ambientais em meados do século XX e a preocupação com a sustentabilidade urbana trouxeram à tona debates sobre a qualidade dos corpos d'água e renaturalização dos rios, com preocupações ecológicas, sociais, econômicas e estéticas. Essas preocupações estão vinculadas à dinâmica da ocupação urbana, pois em cidades onde corpos d'água são estruturadores de tal ocupação, as margens dos rios são vistas como oportunidades para a criação de áreas de lazer e espaços livres de qualidade, vinculados também ao turismo, e, portanto, ao desenvolvimento econômico da cidade.

Em diversas cidades esses debates e preocupações não são colocados em prática, a poluição das bacias hidrográficas, o uso inadequado dos recursos naturais e a ocupação desordenada nas margens dos rios impedem os sistemas fluviais de exercerem seu papel natural de abrigar ecossistemas e drenar as águas, deixando os rios vulneráveis a enchentes nos períodos chuvosos e ameaçando a população e os ecossistemas, como ocorreu na região metropolitana do Recife (RMR) e vários municípios do Estado de Pernambuco recentemente em julho de 2022. Portanto, a necessidade de considerar a proteção e a valorização dos rios no planejamento urbano é fundamental.

No Recife, centenas de pessoas ficaram desabrigadas e outras perderam a vida quando as águas dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió transbordaram devido às chuvas intensas. A história da cidade é marcada por algumas enchentes históricas, como as das décadas de 1960 e 1970, e alagamentos em épocas de fortes chuvas, devido à ausência de planejamento adequado do sistema hídrico. Da mesma forma

que os rios são fatores de surgimento das cidades, eles podem devastá-las por consequência do mau uso de suas margens e entorno. Como nas palavras de GONÇALVES (2017, p.19), a presença da água no Recife pode contar a história de produção social do espaço, vinculada à relação de aproximação ou de negação entre o homem e o ambiente natural.

Nesse sentido, aproximando-se mais ao foco desta dissertação, a motivação da pesquisa foi a notícia, ainda em 2013, de que mais um projeto para o rio Capibaribe estava sendo iniciado pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) com a participação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sob a ótica do projeto paisagístico. O Capibaribe havia sido também o objeto de análise do meu trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo onde iniciei a jornada acadêmica na iniciação científica no Laboratório da Paisagem da UFPE. Ali o entendimento de que a cidade deve ser compreendida como um sistema, onde o todo e as partes estão interligados, me trouxe uma inquietação sobre a paisagem dos corpos d'água do Recife: ao mesmo tempo que estão tão latentes no território da cidade, eles parecem ser invisíveis - não compreendidos - no planejamento urbano.

Para Jean-Marc Besse (2014), filósofo francês, para projetar a paisagem, o paisagista torna visível o que já está ali presente, mas que não é visto até que seja realmente compreendido. Segundo Augustin Berque (1994), geógrafo e filósofo francês, a paisagem sempre é especificada pela subjetividade do observador; subjetividade que é mais do que um simples ponto de vista ótico. Ela é um processo interativo entre o homem e o meio ambiente, que inclui a experiência individual de quem está observando. Portanto, está associada ao olhar, mas vai além do que se vê.

Ainda de acordo com o geógrafo Georges Bertrand (1995), a complexidade da paisagem é ao mesmo tempo morfológica, constitucional e funcional, e para a sua compreensão não é necessário dividi-la, é necessário organizá-la dentro de um sistema. Sendo assim, a paisagem precisa ser compreendida como um sistema e é apreendida a partir da percepção do meio social. Ao refletir sobre isso, o interesse pelo projeto de paisagem<sup>1</sup> também motivou esta pesquisa.

---

<sup>1</sup> O projeto de paisagem, no caso do Brasil e, especificamente, do Recife, que não possui arquiteto paisagista como uma profissão regulamentada, não se refere apenas ao projeto elaborado por um arquiteto paisagista. Se considera também como projeto de paisagem diferentes formas de intervenção urbana, planejamento e preocupações com os ambientes natural e construído, o que exigiu considerar, também, a diversidade de saberes (Dourado, 1997 *apud* ABAP). Que podem ser elaborados por paisagistas, arquitetos, engenheiros e urbanistas. Segundo a Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagista (ABAP), "esse campo disciplinar envolve arte e técnica para se planejar, projetar e conservar

Ao longo da história do Recife diversos projetos contemplaram o rio Capibaribe como objeto de intervenção, porém os problemas relacionados com a água persistem na cidade. O sistema dos corpos d'água do Recife está diretamente relacionado à forma como a cidade foi construída, ocupada e vivida.

Como já mencionado, o Recife presenciou algumas enchentes do rio Capibaribe. Os primeiros registros desse fenômeno são do século XVII. No século XX, quando a cidade se expandiu para o subúrbio e ocupou ainda mais o espaço que antes era das águas, as enchentes de 1966 e 1975 destruíram bairros inteiros. Após tais acontecimentos os gestores tomaram providências para mitigar os impactos causados pelas cheias. A primeira delas foi a construção de barragens em alguns municípios por onde o rio Capibaribe e seus afluentes passam antes de chegar à cidade do Recife para represar água e diminuir o risco de novas enchentes na cidade. Foram construídas barragens em Carpina, São Lourenço da Mata e Paudalho. A partir daí tanto a população quanto os órgãos de planejamento começaram a olhar para os bairros próximos ao rio Capibaribe com mais interesse. Assim, deu-se início a uma série de projetos direcionados para as margens do rio e os bairros do entorno. Contudo, como os interesses dos agentes envolvidos nos projetos eram divergentes, muitas ideias não saíram do papel.

Dito isso, diante da minha inquietação sobre a paisagem dos corpos d'água do Recife e interesse pelo projeto de paisagem, esta pesquisa se desenvolveu em torno do **Projeto Recife**, anunciado em 1979 pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) como pioneiro dentre os projetos para o rio Capibaribe, poucos anos após a grande cheia de 1975 e a construção das barragens. Naquele contexto, houve uma ação de planejamento no sentido de ordenar o ambiente social e natural no espaço urbano a partir da relação do homem com o meio ambiente. Além disso, o Projeto compreendia diversas esferas da cidade, sendo dividido em dois programas de intervenção: o Programa de Revitalização do Rio Capibaribe e o Programa de Emprego e Renda, e vinha de uma conjuntura onde diversos estudos sobre a RMR davam indícios de uma visão sistêmica do planejamento urbano. Dentro do Projeto Recife, o foco desta

---

com responsabilidade os espaços abertos, públicos e ou privados, pautando-se na sustentabilidade ambiental e no respeito à diversidade cultural de distintas sociedades. Nesse processo, articula-se com outros profissionais de distintas áreas do conhecimento para compor, numa visão multidisciplinar, uma multiplicidade de olhares e abordagens em prol da paisagem” (ABAP, disponível em [www.abap.org.br](http://www.abap.org.br)).

dissertação foi o **Programa de Revitalização do Rio Capibaribe** e mais especificamente **Sub Programa de Ocupação das Áreas Vazias**.

Vale ressaltar que após passar por várias gestões municipais na década de 1980 o Projeto Recife sofreu ajustes e revisões. Contudo, a consideração da relação entre os elementos naturais, sobretudo o rio Capibaribe, e o elemento social, como as propostas de melhoria do sistema de drenagem no entorno das margens do rio, de construção de habitacionais para a população que vivia precariamente nas margens do rio e de destinação de áreas vazias para parques, indicam que o Projeto Recife estava buscando soluções para o desenvolvimento mais equilibrado da cidade. Nas décadas de 1970 e 1980 iniciavam-se as preocupações com a sustentabilidade nas cidades nas pautas urbanísticas, contudo, a preocupação com o meio ambiente e como as ações humanas estavam impactando a natureza já começava a aparecer nos estudos e discursos do planejamento urbano, como na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo, em 1972<sup>2</sup>.

A partir dos anos 1990 outros projetos para o rio Capibaribe foram lançados, sempre mudando o foco de acordo com o contexto da época. O último projeto anunciado pela PCR foi o Parque Capibaribe (2013), que apresenta um entendimento do planejamento urbano a longo prazo ao trazer um conceito do Recife como cidade-parque. Tal iniciativa está inserida em um plano mais amplo da Prefeitura do Recife, o projeto Recife 500 Anos, por meio do qual a PCR reafirma seu compromisso com as metas globais da Agenda 2030, proposta pelas Nações Unidas (PARQUE CAPIBARIBE, 2019).

A Agenda 2030 foi assinada por centenas de países comprometendo-se a tornarem suas cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, enfatizando a necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária e repensando os antigos conceitos de bem-estar social. A urgência das preocupações com os efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável<sup>3</sup> fez com que o

---

<sup>2</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, foi uma conferência internacional organizada pelas Nações Unidas (ONU) e realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972. Foi a primeira conferência da ONU sobre questões ambientais internacionais e é reconhecida como um marco no desenvolvimento da política ambiental internacional devido às iniciativas de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente, buscando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental (ONU e Wikipedia).

<sup>3</sup> O relatório Our Common Future, conhecido como Relatório de Brundtland (1987), divulgado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresenta a definição de Desenvolvimento Sustentável como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. A cidade sustentável busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental.

planejamento urbano se voltasse para a construção de cidade resilientes – com a preocupação de mitigar os impactos consequentes da urbanização descontrolada e preparar os espaços e a população para conviver com as repercussões. Com isso, algumas discussões que começaram a ser debatidas ainda no século XX vieram à tona como prioritárias no processo de conservação das cidades e no planejamento de um futuro mais sustentável.

Nesse contexto, o tema das cidades resilientes apareceu com mais frequência nos estudos sobre planejamento urbano. Isso porque a resiliência é um conceito vindo de outras áreas de estudo, como física e ecologia, e nas ciências sociais ainda possui muitas indefinições, campos de interesse variados e muitos conceitos. Portanto, promover pesquisas e reflexões teóricas que embasem as ações do planejamento urbano e regional para construir cidades resilientes se faz mais que necessário (FURTADO, 2015).

Para Walker et al. (2004) a resiliência é “a capacidade de um sistema de absorver uma perturbação e se reorganizar enquanto sofre uma mudança, e ainda manter as mesmas funções, identidade e respostas”. Segundo Furtado (2015), a partir desse conceito, outros autores estudam a resiliência relacionada com indivíduos e comunidades, usando o termo juntamente com a capacidade de adaptação. Aprofundando mais na complexidade do tema, vê-se que a ideia central da resiliência é o caráter relacional, já que trata de interações.

Quando se trata de cidades, esses sistemas são vivos e dinâmicos, é o sistema social interagindo com o sistema natural. Eles são interdependentes, e de acordo com Walker, não se pode olhar para um deles isoladamente enquanto pensamos nos problemas globais. Em uma relação na qual o contexto externo ao sistema interfere na estabilidade de outro sistema, onde é determinante a ação dos atores sociais, além dos ecológicos, estamos falando de uma **resiliência socioecológica** (LABOY e FANNON, 2016).

A resiliência socioecológica, assim como a paisagem, também fala da relação entre o homem e o meio. Isso posto, assumimos o pensamento da paisagem sob a lente da resiliência socioecológica para estudar o Projeto Recife. Portanto, além da **teoria do projeto da paisagem**, a fundamentação teórica deste trabalho também será baseada na **resiliência socioecológica** que se apoia na visão sistêmica da paisagem.

No contexto atual, de implementação de ações sustentáveis para tornar as cidades resilientes, esse conceito surge como um meio de reaprendizado. Para que iniciativas que nasceram há quase meio século persistam e relacionem-se com o momento de 'insustentabilidade' dos centros urbanos.

No Recife, de acordo com Sá Carneiro e Mesquita (2000), o rio Capibaribe destaca-se como uma linha de força na paisagem, apesar do abandono das políticas públicas para com os cursos d'água da cidade, da poluição e da ocupação irregular de suas margens. O Capibaribe ainda é fonte de alimento e sustento para muitos recifenses, abriga uma diversidade de fauna e flora que compõem o ecossistema do manguezal e corta a cidade de leste a oeste como um grande espelho d'água na paisagem. Por sua vez, a população se reorganiza todos os anos após os danos causados por cheias e alagamentos, pois aprendeu a conviver com as águas do rio e se une para cobrar uma infraestrutura melhor na cidade, de drenagem, saneamento, mobilidade, lazer e moradia aos gestores. É uma relação de resiliência que a cidade testemunha desde a sua primeira ocupação – quando as águas eram a maior porção do território – até os dias de hoje – quando o déficit habitacional obriga famílias a viverem praticamente dentro do rio, em palafitas.

Para finalizar, pergunto em que medida a concepção abrangente do Projeto Recife deu suporte para os projetos posteriores até o mais recente – Parque Capibaribe –, quando as discussões sobre as mudanças de paradigmas movem ações de planejamento urbano para um desenvolvimento mais equilibrado do homem com a natureza? É possível afirmar que as iniciativas da década de 1980 incluíram aspectos da resiliência? Porque depois de quase meio século de projetos para o rio Capibaribe persistem tantos problemas relacionados ao curso d'água?

Com isso, **o objetivo geral da dissertação é verificar aspectos da resiliência nas intenções projetuais do Programa de Revitalização do Rio Capibaribe do Projeto Recife, que convergem para a compreensão de paisagem como um sistema.**

Como estruturação da dissertação, optou-se por iniciar com uma visão histórica da relação do rio Capibaribe com o Recife. Assim, o próximo capítulo consiste em apresentar os corpos d'água do Recife, em especial o rio Capibaribe, além de fazer um resgate histórico do papel desse rio para a consolidação e expansão da cidade. Observa-se que a relação da cidade com o rio Capibaribe mudou no início do século XX. O capítulo traça um panorama dos projetos já lançados pela PCR para esse rio,

desde o início de século XX até o início do XXI. Constatase que a partir dos anos 1960 até a primeira década do século XXI as ações se repetem, os discursos se repetem e a relação entre o homem e a natureza pareceu não mudar. O último tópico desse capítulo, abrange os projetos entre 1970 e 2022 e introduz o objeto empírico da pesquisa que é o Projeto Recife.

No capítulo seguinte, capítulo 3, O Projeto Recife é detalhado em todos os seus programas e subprogramas, com recorte especial para o Programa de Revitalização do rio Capibaribe do Projeto Recife e o Subprograma de Ocupação de Áreas Vazias, baseando-se na pesquisa documental feita nos jornais da década de 1980 e nas críticas da dissertação de COUTINHO (1989), intitulada “As transformações do/no Projeto Recife – Redirecionamento no espaço – Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular”, que tratou das transformações do Projeto Recife durante o período de 1979 a 1988 e como as relações econômicas, sociais e políticas se rebatem no espaço.

Este mesmo capítulo, nos subitens seguintes, introduz a teoria do projeto de paisagem, para incorporar a visão sistêmica da paisagem que irá guiar toda a pesquisa, e discorre sobre os conceitos de resiliência e da resiliência socioecológica. A noção da resiliência socioecológica é o aporte teórico da pesquisa juntamente com a teoria do projeto de paisagem de Besse (2014), Bertrand (1995) e do arquiteto paisagista Michel Corajoud (2011) que defendem uma visão sistêmica da paisagem. Busca-se um entendimento da paisagem como sistema que procede da relação entre o homem e a natureza. As discussões do pensamento ecológico, sustentável e a busca por mitigar a relação desequilibrada de anos entre o homem e a natureza, fez emergir o conceito de resiliência no planejamento urbano. Com isso a fundamentação teórica procura costurar as duas teorias, traçando um percurso teórico-metodológico que chegará no pensamento que será usado para analisar o Projeto Recife.

A metodologia foi traçada a partir da problemática e fundamentação teórica. Ao articular as teorias da resiliência socioecológica e do projeto de paisagem pretendemos identificar aspectos da resiliência socioecológica nas intenções projetuais do Projeto Recife. A resiliência socioecológica permite que um sistema seja impactado, mas resista desenvolvendo sua capacidade de persistência. Após a fase de adaptação àquela crise, o sistema pode se reorganizar para seguir desempenhando as suas funções.

Em seguida, o capítulo 4 analisa o Programa de Revitalização do rio Capibaribe do Projeto Recife a partir dos documentos coletados no acervo técnico da Autarquia de Urbanização do Recife (URB) discutindo possíveis aspectos da resiliência socioecológica que compartilhavam daquele modo de pensar e que podem até hoje estar latentes na paisagem da cidade.

Por último, o capítulo 5 apresenta as considerações finais do trabalho, com as reflexões para o projeto de corpos d'água nas cidades, considerando, em certo sentido, uma possível base construída sobre a resiliência socioecológica da paisagem vista como sistema a partir do Projeto Recife para o rio Capibaribe.

Projetar 'com os corpos d'água' e não 'sobre os corpos d'água' é uma realidade que parece distante para a cidade, porém necessária tendo em vista as relações do sistema vulnerável que estamos construindo, com as desigualdades e o déficit habitacional que Recife possui. O processo construção de uma cidade que tem a presença da água em seu território é um processo de construção da resiliência, que se adapta, se regenera e se constrói a cada gesto paisagístico. A memória dos projetos elaborados para o Capibaribe, das cheias e riscos ambientais que a cidade presenciou foi resgatada nessa pesquisa para que aprendamos com a história a ser resiliente.

## 2 O RIO CAPIBARIBE E O PROJETO DE PAISAGEM DOS CORPOS D'ÁGUA DO RECIFE

### 2.1 “RECIFE, CIDADE ANFÍBIA”

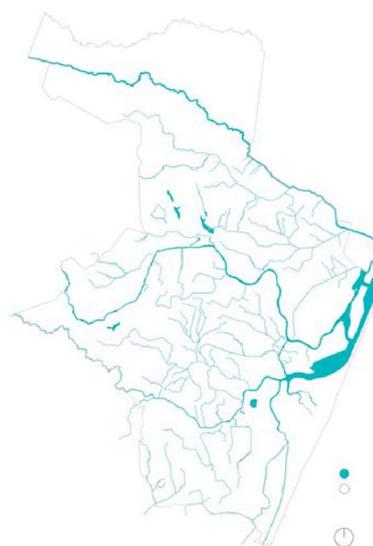
A cidade do Recife tem na sua formação três grandes rios e os seus afluentes - Rio Capibaribe, Rio Beberibe e Rio Tejiú – e chega a possuir quase cem riachos e canais que formam uma malha hídrica abrangente (ver Figura 1 e 2). Esses corpos d'água foram os responsáveis não apenas pela formação geológica, como também pela formação e expansão urbana do Recife, o que demonstra a importância que eles têm para a cidade.

Figura 1 – Mapa dos rios, riachos e canais do Recife.



Fonte: Laboratório da Paisagem/UFPE, 2008.

Figura 2 – Mapa gráfico dos corpos d'água do Recife.

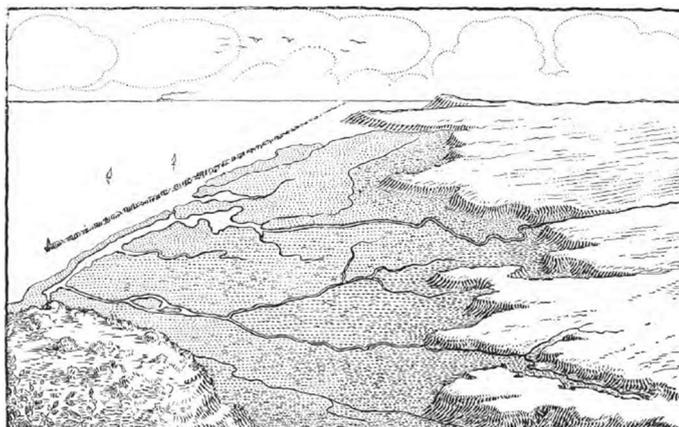


Fonte: Inciti/UFPE editado pela autora, 2021.

As características geofísicas de planície fluvio-marinha e uma cadeia de montanhas que ‘abraça’ essa planície à oeste, fizeram com que o Recife fosse descrito por Josué de Castro (1947/2013), já com uma visão de paisagem, como uma baía entulhada formada por material aluvional que vem do encontro dos rios com o oceano, no movimento das marés, a cidade surgiu das águas. Segundo Castro (op. cit. p.32), a ação das águas do rio Capibaribe, “trabalhando em estreita colaboração com o mar, foi depondo, pouco a pouco, seus sedimentos aluvionais em pequenas coroas lodosas

e em ilhotas que, crescendo e soldando-se umas às outras, acabaram por constituir uma estrutura deltoide [...]”. Além do Capibaribe, outros rios permeiam essa estrutura, compondo um conjunto de bacias hidrográficas que compõem a planície do Recife (ver figura 03).

Figura 3 – A baía entulhada do Recife. Desenho de J. C. Branner.



Fonte: CASTRO (1947/2013).

A esse sítio natural, veio se somar a ação do homem, com aterros, diques e obras de drenagem que consolidaram a terra e expandiram o território, iniciando as suas atividades.

Assim essa terra permaneceu até a invasão dos holandeses, em 1630, já que os colonos portugueses se fixaram nas colinas de Olinda e pouco ocuparam o istmo. Naquele período havia algumas ocupações espalhadas pelas matas e os primeiros engenhos de cana-de-açúcar assentados pelos portugueses no interior da planície, no vale do rio Beberibe e nas várzeas do Capibaribe, por onde os canaviais avançavam. O rio Capibaribe foi utilizado para transportar as mercadorias dos engenhos. No mar, onde os rios desaguavam, protegido pelos arrecifes, os portugueses estabeleceram um ancoradouro, com uma povoação pequena, chamada de povoado dos arrecifes ou dos pescadores.

As primeiras construções surgiram com as necessidades do ancoradouro de armazenar as mercadorias e uma capela em devoção ao santo protetor. Portanto, o núcleo urbano do Recife se formou em função do porto, do dinamismo econômico que promoveu uma organização social naquele espaço. Até o desembarque das tropas holandesas, em 1634, as edificações erguidas se limitavam ao escasso terreno seco (ARRAIS, 2004; CASTRO, 1947/2013).

As razões pelas quais eles preteriram Olinda se explica pela possibilidade de construir, na planície, o seu sistema defensivo e, também pode-se concluir, pela semelhança das características geográficas com os Países Baixos – uma planície recortada pelas águas. Com isso, já podemos perceber a importância dos fatores topográficos do sítio para a localização inicial da cidade do Recife.

Durante os anos de ocupação holandesa, o legado deixado foi decisivo para a configuração espacial da cidade do Recife. As pontes construídas convergiam para o porto e apontavam para o continente, servindo, mais tarde, com a expulsão dos holandeses de Pernambuco em 1654, como uma orientação para a expansão da cidade. A cidade seguiu a direção rumo ao continente, pela Boa Vista. Os canais construídos pelos holandeses, os quais drenavam a ilha e serviam como meio de transporte, foram destruídos ou aterrados, cedendo espaço a mais construções, e, apenas no século seguinte com a necessidade de expansão do território para o sul, novos aterros foram feitos conectando às terras de Afogados (CASTRO, 1947/2013; MELLO, 2001).

A água sempre foi o elemento essencial da formação da cidade do Recife, seja a água do encontro do mar com os rios, seja a água dos caminhos dos rios, “sempre a presença da água, sempre o mar ou os rios – principalmente os rios – dirigindo a sua localização, a sua evolução e a sua direção, enfim, a sua colonização urbana da paisagem” (CASTRO, 1947/2013, p.83).

Arrais chama atenção de que a expansão física da Cidade se diferencia pela necessidade de produzir o solo que se vai ocupar, “uma produção no sentido estrito”. Isto quer dizer que antes de produzir os elementos necessários para dar vida à cidade – edificações, estradas, etc. – a população recifense precisou “retirar o solo às águas, realizando a tarefa de drenagem contínua, aterrando e reduzindo progressivamente o leito dos rios, arremessando terra por cima desse tecido e veios e braços de rios que dividiam o primitivo território em ilha e ilhotas” (ARRAIS, 2004, p.174). Na história do Recife, aterrar áreas alagadas e mangues foi um trabalho “de aceleração do que a natureza já vinha executando” (BALTAR, 1999, p.43).

A sequência de figuras abaixo demonstra como o espaço das águas foi ocupado à medida que a cidade do Recife evoluía e se expandia através de sucessivos aterros que avançaram sobre os rios e às terras alagadas. Compilados no Atlas Histórico e Cartográfico do Recife, publicado em 1988 pela PCR, sob organização do arquiteto José Luiz da Mota Menezes, os mapas são dos anos de

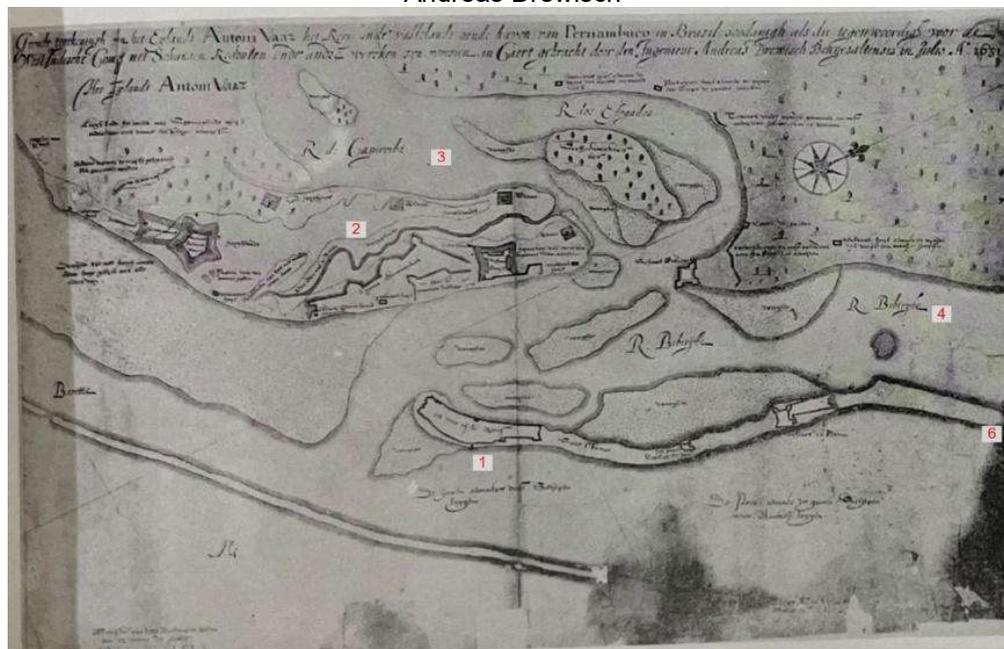
1631, 1648, 1759, 1854, 1907, e acompanham as diversas fases da evolução da cidade desde a invasão dos holandeses até o início do século XX (ver Figuras 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10). A evolução da cidade significou aterros sobre as águas e, portanto, ampliação do território e redução do espaço das águas.

Nas palavras de Fábio Cavalcanti Gonçalves (2017, p.19)

as características geográficas que a conformam [a cidade do Recife], reconhecida e identificada por ser permeada pelas águas dos rios e banhada pelo mar, em sua costa atlântica [...] é tão expressiva que é capaz mesmo de contar a historiografia urbana do Recife pelas águas conquistadas, atravessadas (pelas pontes) e aterradas...” (GONÇALVES, 2017, p.19).

A figura 4 trata-se do primeiro levantamento cartográfico realizado pelos holandeses. Percebe-se a presença de grande massa de água dos rios Capibaribe e Beberibe (número 3 e 4), o Recife (1) possuía status de Vila e ocupava o istmo que levava até Olinda (6). O número 2 corresponde à Ilha de Antônio Vaz, hoje denominado Bairro de São José.

Figura 4 – Primeiro levantamento cartográfico realizado por holandeses em 1631. Autor Andreas Drewisch



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

A figura 5 é uma planta do Recife datada de 1648, com a representação da cidade mais expandida. Pode-se observar o bairro do Pina, antiga ilha da Nogueira (5), a Ilha de Antônio Vaz com uma ocupação mais regular e com os aterros sobre o

rio Capibaribe (3), além da representação do rio Tejipió (4), rio Beberibe (5) e de Olinda (6).

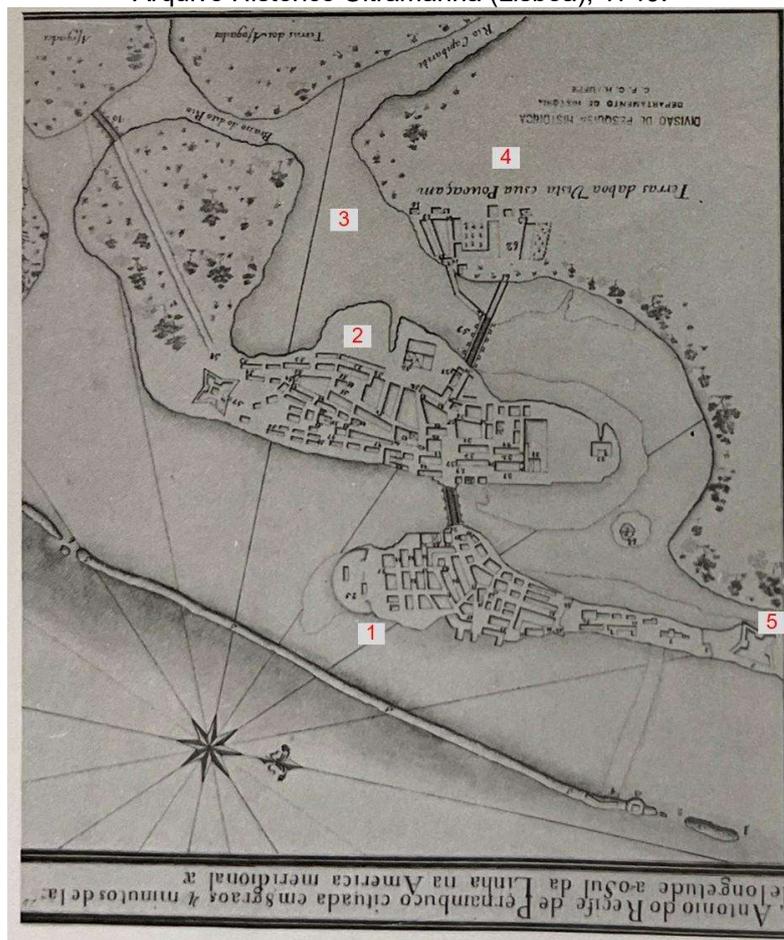
Figura 5 – Planta do Recife de 1648, autor C. Golijath.



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

Um século depois, percebe-se na figura 6 que o espaço das águas foi mais ocupado com os aterros sobre os rios Capibaribe (3) e Beberibe (5), possibilitando a expansão da cidade. O istmo/Vila do Recife (1) e a Ilha de Antônio Vaz (2) são representados com mais detalhes, e nota-se a representação das Terras da Boa Vista (4), situada na porção continental da cidade.

Figura 6 – Planta geográfica da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco” – Arquivo Histórico Ultramarina (Lisboa), 1749.



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

Nas figuras 7 e 8 do século XIX, a cidade do Recife já está representada com seu arruamento, novos bairros e construções. As águas continuam exercendo influência sobre a expansão do território, permeando o território. Percebem-se os grandes aterros que foram feitos e as pontes e estradas que viabilizaram a conexão com o continente e a expansão.

Figura 7: Mapa do Recife 1856. Autor Elisário/Mamede. Legenda: 1 - Bairro do Recife. 2 - Bairro de São José. 3 - Rio Capibaribe. 4- Bairro da Boa Vista. 5 - Rio Beberibe. 6 – Olinda.



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

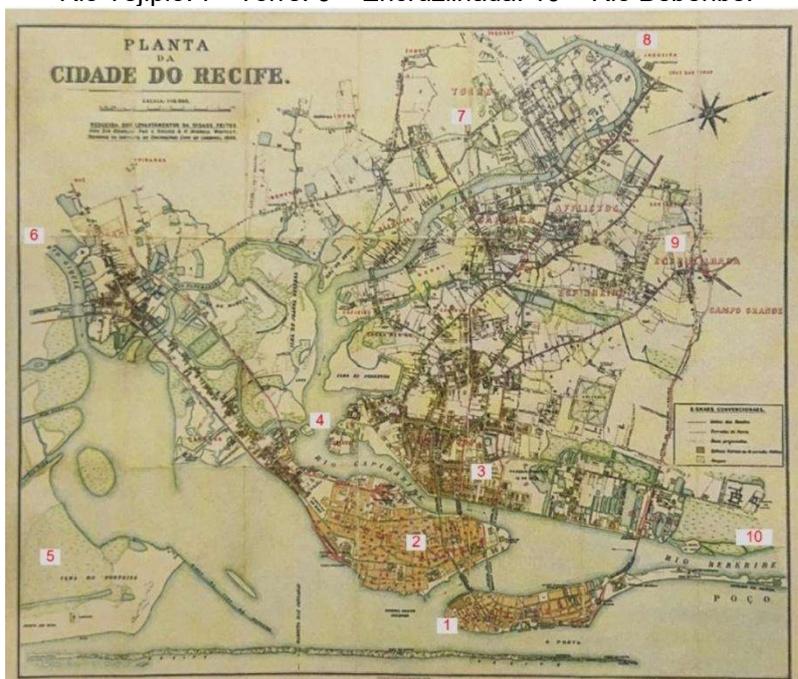
Figura 8: Mapa do Recife disponível no Arquivo Público Estadual, 1876. Legenda: 1 – Bairro do Recife. 2 – Ilha de Antônio Vaz (Bairro de São José). 3 – Bairro Boa Vista. 4 - Rio Capibaribe. 5 – Ilha do Nogueira (Bairro do Pina). 6 – Rio Tejipió. 7 – Torre. 8 –Cordeiro. 9 – Casa Amarela. 10 – Rio Beberibe. 11 – Olinda



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

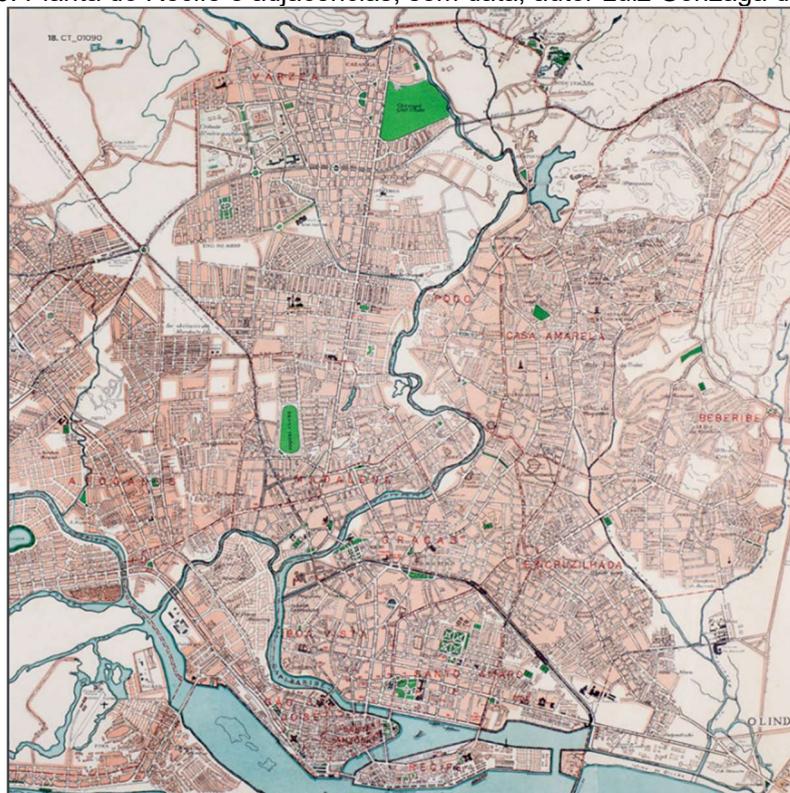
Por fim, nas figuras 9 e 10, elaboradas no século XX, vê-se a cidade expandida nas direções oeste e sul, seguindo o curso dos rios, que possuem suas calhas reduzidas em função dos aterros justificados pela necessidade de urbanização e do desenvolvimento econômico crescente. Contudo, a presença da água se mantém forte e expressiva no território do Recife.

Figura 9: Planta da Cidade do Recife, produzida através do levantamento Douglas Fox e H. Michell Whitley, 1906. Legenda: 1 – Bairro do Recife. 2 – Ilha de Antônio Vaz (Bairro de São José). 3 – Bairro Boa Vista. 4 - Rio Capibaribe. 5 – Ilha do Nogueira (Bairro do Pina). 6 – Rio Tejió. 7 – Torre. 9 – Encruzilhada. 10 – Rio Beberibe.



Fonte: MENEZES (1988), modificado pela autora (2022).

Figura 10: Planta do Recife e adjacências, sem data, autor Luiz Gonzaga de Oliveira.



Fonte: MUSEU DA CIDADE DO RECIFE, 2019. Disponível em: <http://museudacidadeadorecife.org/wp-content/uploads/2020/01/CAT%C3%81LOGO-DO-ACERVO-CARTOGR%C3%81FICO-DO-MUSEU-DA-CIDADE-DO-RECIFE.pdf> , modificado pela autora (2022).

No século XIX, havia uma relação econômica, social e afetiva dos recifenses com as águas, sobretudo com o Rio Capibaribe. Esse rio desempenhou diversas funções ao longo da evolução histórica da cidade, sendo utilizado para transporte, propiciando a expansão territorial e atendendo a demanda do escoamento da produção de cana de açúcar nos engenhos; e também para o lazer dos recifenses, utilizado para banhos e passeios (MAYRINCK, 2003).

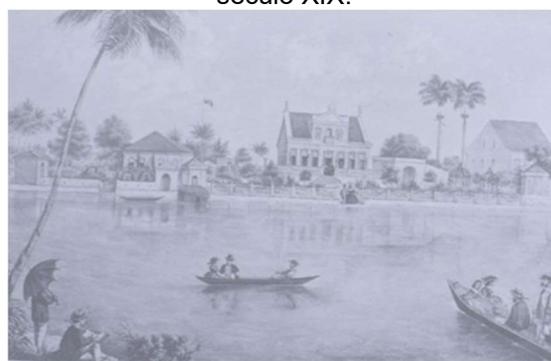
O desmembramento de terras dos engenhos e as conseqüentes transações de compra e venda dessas terras incentivaram uma migração para os arrabaldes. A busca por um local saudável para se viver e as recomendações médicas de convívio com a natureza valorizaram aquelas terras. “As vivendas e os palacetes daquela época orientavam-se ainda, denunciando as influências de sua origem, para o rio, com as belas fachadas sempre voltadas para a água” (CASTRO, 1947/2013, p.85). Ver figuras 11 e 12.

Figura 11: Vista do Cais da Ponte D'Uchôa.  
Litogravura de Luis Schlappriz.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Setor de Iconografia.

Figura 12: Parte da passagem da Madalena.  
Litogravura de Luis Schlappriz, meados do século XIX.



Fonte Fundação Joaquim Nabuco. Setor de Iconografia.

A cidade irradiava-se para os arrabaldes, estreitando o diálogo entre esses dois lugares, que passavam a unir-se, não apenas pelos rios, mas através de trilhos, canos de abastecimento d'água e iluminação. O Recife prosperava e sua paisagem encantava os viajantes e poetas. A imagem da cidade que convivia em equilíbrio com a natureza, onde as pontes e o casario às margens do rio, na rua da Aurora, que eram seus pontos simbólicos, convidavam à exaltação da cidade.

Salve, terra formosa, ó Pernambuco,  
Veneza Americana, transportada  
Boiante sobre as águas!  
Amigo gênio te formou na Europa,

Gênio melhor te despertou sorrindo  
À sombra dos coqueiros.  
(DIAS, Gonçalves, 1998, p.253-4 *apud* ARRAIS, Raimundo, 2004, p.184)

Poetas como Gonçalves Dias e outros escritores romancearam a paisagem do Recife, referindo-se à presença das águas que cortavam a cidade e às pontes que se estendiam sobre o rio, chegando a comparar o Recife à Veneza, na Itália. Contudo, para Arrais (2004), o crescimento da quantidade de solo aterrado nada tinha a ver com essas aspirações românticas, mas sim com o ímpeto econômico.

Aqueles engenhos deram origem a povoados que futuramente vieram a consolidar-se como bairros do Recife - a exemplo da Madalena, Torre, Cordeiro, Casa Forte, Monteiro, Barbalho, Jiquiá, Caxangá, entre outros. A conquista de solo através dos aterros para dar lugar às novas edificações e estradas passavam a sensação que o progresso e o crescimento urbano se materializavam com a ação humana sobre a natureza.

Assim, durante os séculos, o território urbano da cidade foi sendo moldado através dos processos naturais e das ações antrópicas. Subjugando a natureza, a conquista das águas era uma vitória para o homem até que viessem as cheias e os rios, que eram brandos e marcantes na paisagem, se tornavam destruidores de casas e plantações. A técnica e os conhecimentos de engenharia não eram suficientes para conter as enchentes. Entre 1840 e 1860 houve quatro grandes cheias no Recife. Então, um plano de desviar as águas do Rio Capibaribe e seus afluentes foi proposto, sem sucesso, pelo diretor da Repartição de Obras Públicas, em 1870 (ARRAIS, 2004).

Os bairros nas margens do rio Capibaribe eram suscetíveis às enchentes, as cheias do rio Capibaribe tornaram-se mais frequentes. Em 1924, Torre, Afogados, Capunga, Poço, Apipucos, Jaqueira, Caxangá, Casa Forte, Parnamirim, Santana Cordeiro, Iputinga - praticamente todos os bairros às margens do rio Capibaribe foram totalmente ou parcialmente alagados. Outras enchentes foram registradas em 1940, 1953, 1966, 1970 e 1975. Na segunda metade da década de 1970 medidas para reparar o problema das enchentes estavam em curso, como a retificação da calha do Capibaribe e a construção de barragens (ANDRADE, 1979, p.105-108, *apud* COUTINHO, 1989, p. 52).

O crescimento acelerado e desordenado da cidade começou a causar prejuízos ambientais. Se até o início do século XIX encontramos descrições do ar puro do Recife, do clima ameno e dos banhos de rio, após a metade desse século os banhos

naturais tornam-se hostis à saúde humana devido a poluição das águas do Capibaribe.

A corrida pela terra fez com que a população que não possuía recursos financeiros passasse a construir suas casas nas áreas alagadas ou de mangue, que não eram valorizadas, ocupando assim uma parte da cidade que ainda não era habitada. Esse tipo de construção, muito precária, chamada mocambo e que deu origem às palafitas que temos hoje em dia, se espalhou rapidamente pela cidade, sem nenhuma estrutura adequada para se viver neles. O contato direto com as águas dos mangues e pântanos proliferava mais doenças e acumulava mais lixo no rio. Contudo evidenciava a relação forte daquela paisagem a ser habitada com o meio.

No século XX, a campanha higienista iniciada algumas décadas antes, colocou em prática diversas reformas no tecido urbano, algumas só foram terminar no final do século. Grandes aterros foram realizados, vias mais largas foram abertas para circulação do vento (e dos automóveis), a ocupação do espaço urbano se expandiu e a necessidade de conter as águas separava cada vez mais o homem da natureza. A relação da sociedade recifense com os corpos d'água se modificou, se antes as ações eram voltadas para eles, nesse século os homens dão as costas para as águas.

O crescimento rápido e desordenado do Recife provocou grandes reformas na estrutura urbana. A necessidade de expansão sem planejamento prévio levou a ocupação das áreas alagadas e cada vez mais as ações do homem ameaçavam a natureza. Mesmo assim, a cidade continuou com a aparente estrutura radial, consolidada pelas características geofísicas originais. A paisagem que se vê hoje no Recife é fruto das diversas transformações ocorridas no conflito entre terra e ocupação humana, uma relação entre o homem e a natureza. Relação de resiliência que se deu pela resistência dos corpos d'água e persistência da população em conviver no território anfíbio. Afinal, como disse Valdemar de Oliveira (1942, p.38): “no Recife, o que não é água já foi água ou lembra água”.

Essas transformações nos induzem a refletir sobre os problemas das relações sociais e ambientais na cidade. Cada vez mais o recifense temia a água e buscava ocupar terras mais distantes. Contudo, no caso dos que não possuíam moradia, a sobrevivência vinha em conviver com as áreas alagadas e desvalorizadas construindo os mocambos e palafitas, denotando o desequilíbrio nas questões de ocupação do solo e na relação entre o social e o natural.

## 2.2 PANORAMA HISTÓRICO DOS PROJETOS PARA O RIO CAPIBARIBE

### 2.2.1 Planos urbanísticos antecessores: a primeira metade do século XX

O crescimento do Recife e a ocupação de novas áreas ainda inabitadas, a carência de espaços de lazer saudáveis, como praças e parques, a necessidade de habitação para população e de vias para circulação, levaram os prefeitos a encomendarem ou elaborarem com suas equipes projetos e planos para a cidade.

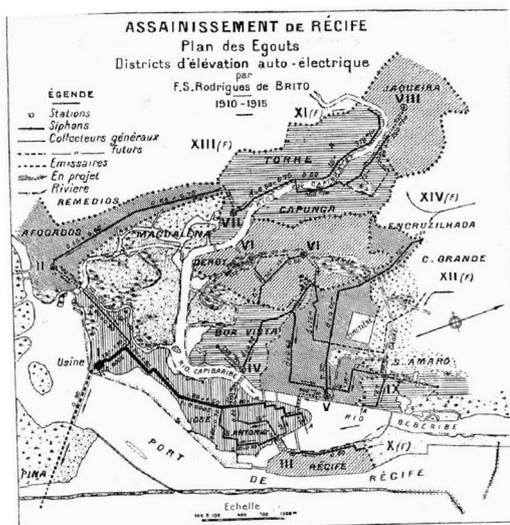
Na primeira metade do século XX os projetos que envolviam o rio Capibaribe tinham caráter mais de expansão e ordenamento do núcleo urbano, a partir da área central da cidade, e também de modernização e embelezamento. O rio se mantém como linha de força na paisagem, mas, com o crescimento acelerado da cidade, a relação entre homem e natureza vai se modificando.

Na primeira década do século XX, em 1909, Saturnino de Brito elaborou o Plano de Saneamento do Recife. Ao planejar o saneamento, percebeu a necessidade de prever o ordenamento e expansão da cidade, o que proporcionou a elaboração de um Projeto de Melhoramentos para o Recife, elaborado em 1917 segundo orientações voltadas à higiene, ao conforto e à estética<sup>4</sup>. Foi então que Brito definiu espaços livres destinados a parques interligados a rios e canais, prevendo a expansão da cidade. A visão de Saturnino unia a técnica e a arte, alcançando o olhar para a paisagem tal qual um projeto de paisagem. O Plano de Saneamento do Recife (figura 13) e o Projeto de Melhoramentos para o Recife (figura 14) elaborados por Brito foram relevantes para os futuros projetos para o Recife, tanto para compreensão da paisagem, como para as futuras intervenções que de fato vieram acontecer (ver Figuras 13 e 14).

---

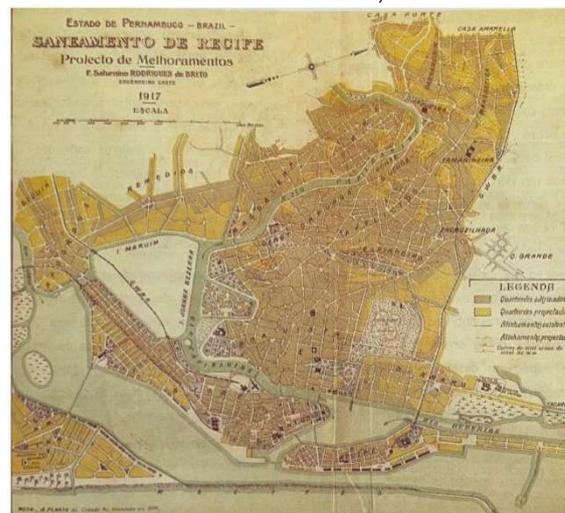
<sup>4</sup> Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929) formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A sua trajetória profissional foi marcada pela preocupação com a solução de problemas relacionados ao saneamento e à expansão das cidades. Em seus projetos, artigos e participação em conferências internacionais demonstrou que, apesar da base técnica sanitária, possuía conhecimento de ordem estética herdada da tradição pintoresca urbanística europeia. Brito conciliava soluções de ordem sanitária, utilitária, social e artística (SANTOS, 2019).

Figura 13: Plano de Saneamento do Recife de Saturnino de Brito, 1910-1915.



Fonte: BRITO, 1942 *apud* SANTOS, 2019.

Figura 14: Plano de Melhoramentos do Recife de Saturnino de Brito, 1917.



Fonte: CARVALHO, Maurício, 2010.

Mais de um século após a elaboração de tal plano, Saturnino de Brito é referência no planejamento do Recife, sobretudo no tema de saneamento, que é um tema caro aos recifenses atualmente. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento (SNIS, 2020), apenas 44% da cidade possui coleta de esgoto adequada, e pouco se evoluiu no tema do século XX para o XXI.

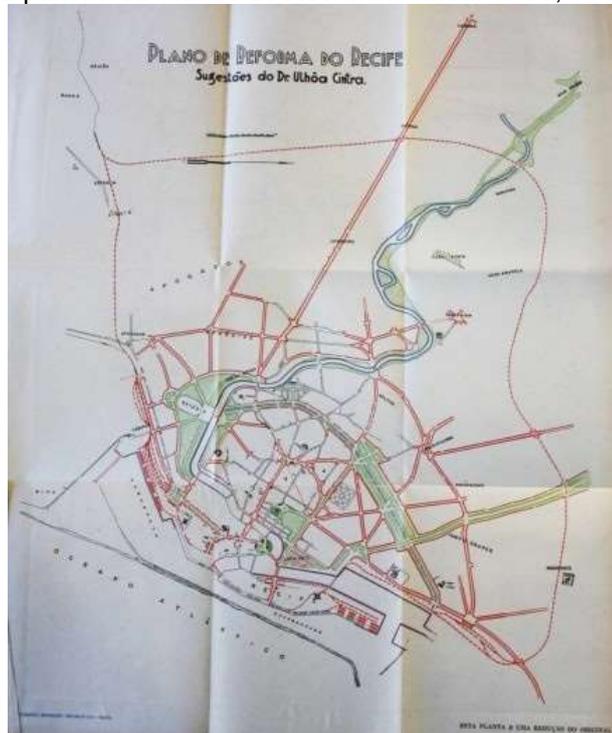
Apesar do rio Capibaribe ser o vetor da expansão da Cidade, com o passar dos anos as pessoas foram se distanciando dos cursos d'água e das ameaças das enchentes. O modo de projetar a cidade tomou outros rumos, voltados para a especulação imobiliária, sem a preocupação com a destinação dos espaços livres<sup>5</sup> - sejam eles terrestres ou aquáticos -, os quais foram ocupados com edificações e estrutura viária, enquanto diversos riachos foram canalizados ou recobertos em prol da urbanização. Essas ações comprometeram o equilíbrio ecológico<sup>6</sup> da cidade, afetando a dinâmica dos corpos d'água. O que vimos nas duas primeiras décadas do século XX foram transformações dos espaços urbanos atrelados ao saneamento da cidade e o os projetos que Saturnino deixou para a engenharia sanitária, que que não foram completamente executados.

<sup>5</sup> Espaços livres são considerados na malha urbana as áreas que não possuem edificações ou possuem uma mínima proporção de elementos construídos, com função de circulação, recreação ou de equilíbrios ambiental. Também são considerados espaços livres áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, como praias, manguezais, lagoas, etc. (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000).

<sup>6</sup> Equilíbrio ecológico – “Situação caracterizada pela manutenção do sistema de relações desejáveis entre os organismos e o meio ambiente, graças a ação de fatores e mecanismos que resistem a sua alteração” (LEI 16.243/96 CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE E DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO DA CIDADE DO RECIFE).

Nas décadas de 1930 e 1940, o debate sobre embelezamento<sup>7</sup>, higiene e salubridade no Recife se fortaleceu. Foram apresentados para a cidade diversos planos com proposta de articulação de diversas áreas centrais e periféricas (OUTTES, 1997). Entre esses planos, elaborados por Domingos Ferreira (1928), Nestor Figueiredo (1932), Fernando Almeida (1932), Atílio Correa Lima (1936) e Ulhôa Cintra (1943), destaca-se o plano de Cintra. Segundo Pontual (1999), tal plano foi o mais ousado por propor um canal entre duas avenidas-parque que conectava os bairros do Derby e Santo Amaro, e outra ao longo do rio Capibaribe (ver figura 15).

Figura 15: Sugestões para Orientação do Estudo de uma Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife de Ulhôa Cintra, 1943.



Fonte: REYNALDO, 2017 *apud* SANTOS, 2019.

Em geral, aqueles planos mencionados acima, traziam a proposta de avenidas-parque, a criação de cenários monumentais com grandes praças, reforma do centro da cidade e a preocupação com o sistema viário. Poucos incluíram o rio Capibaribe como vetor de urbanização.

Posteriormente, na década de 1950, engenheiro urbanista Antônio Bezerra Baltar elaborou planos de expansão territorial para o Recife prevendo a necessidade

<sup>7</sup> Embelezamento - Entende-se essa expressão como a preocupação com a composição dos elementos construídos e dos elementos naturais, assim como aformoseamento.

de formação da Metrópole. Para Baltar (1999, p.52), a forma física da cidade do Recife refletia diretamente o espaço que a água deixava ocupar, que era a forma de “uma mão aberta sobre um plano, onde a cidade seria construída nos dedos, com um terreno firme, e o vazio entre eles, o terreno natural – alagados e cursos d’água”. A ideia do plano de Baltar era mostrar uma cidade integrada na região, desenvolvendo um planejamento regional, e não apenas propondo ideias voltadas para o embelezamento da cidade. O diferencial desse plano foi a definição de um limite de saturação e de expansão para cada núcleo – cidade satélite. O limite “dependia da capacidade dos serviços de água, esgoto, luz elétrica, telefone e abastecimento em geral” (op. Cit.).

A inexistência de uma cartografia atualizada na década de 1960 impediu o registro das modificações na ocupação da cidade durante as décadas passadas, justamente na época tem início a ocupação das áreas vazias.

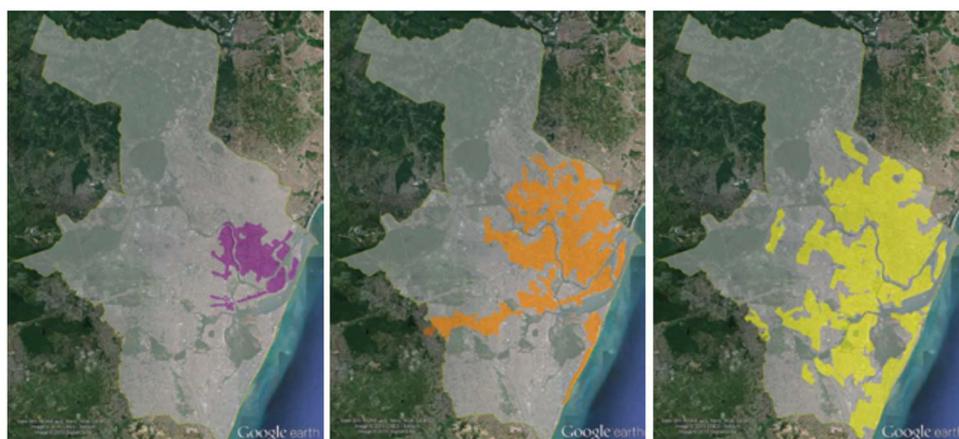
“As áreas de mangue e alagados tornaram-se secas; os locais onde havia terras desabitadas e vazias tornaram-se terrenos ocupados e edificadas; os espaços em que se localizavam edificações dispersas passaram a abrigar concentrações. Conflito entre o ambiente natural e construído, provocando a perda do equilíbrio ecológico” (PONTUAL, 2001, p.27).

A figura 16 abaixo é uma compilação de imagens editadas pela PCR que registram a evolução da mancha urbana do Recife do início do século XX até meados da década de 1960. A mancha roxa representa a área urbana do Recife no início do século XX, a mancha laranja é a área urbana na primeira metade da década de 1940 - além da área central, alguns subúrbios já estavam urbanizados -, e, por fim, a mancha amarela é a área urbana na década de 1960. Nesta última representação, percebe-se a expansão da ocupação nas áreas de morro, ao norte da cidade e também na área próxima ao mar, ao sul da cidade. Além disso há um aumento da mancha urbana nas áreas próximas às margens dos rios Capibaribe e Tejipió – a noroeste da cidade.

Figura 16: Evolução da mancha urbana do Recife.

**CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DO RECIFE**

Fonte: Museu da Cidade do Recife - Planta da Cidade do Recife, Douglas Fox, 1906; Planta do Recife 1:25.000, Serviço Geográfico do Exército, 1943; Planta do Recife, 1965. Adaptado Google Earth em QGIS - Geraldo Marinho, 2015.



1909  
Área estimada de 300 ha, podendo chegar a 1000 ha.

1943  
Entre 1940 e 1950: aproximadamente 200 mil a 500 mil habitantes. Área urbanizada de 4000 ha incluindo-se a região central e alguns subúrbios como Afogados e Casa Amarela, hoje classificadas como ZEDEs.

1965  
Entre 1950 e 1970: mais de 1 milhão de habitantes, e a extensão da cidade cresceu 33%, passando para 6000 ha.

Fonte: ARIES/PCR, 2019, P.37. Disponível em <https://recife500anos.org.br/>.

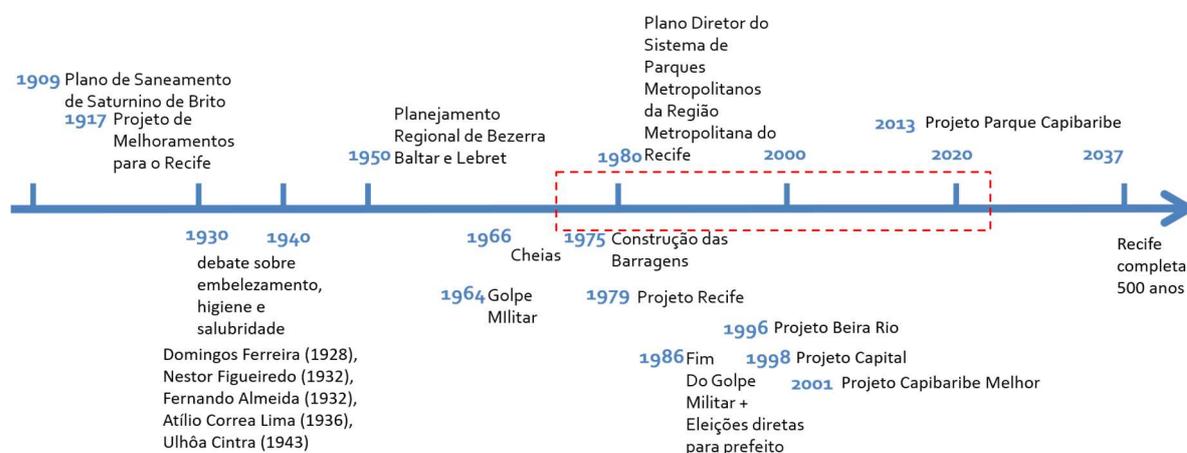
### 2.2.2 Os projetos para o rio Capibaribe de 1970 a 2022

Na década de 1970, as enchentes que atingiram o Recife chegaram a alagar 80% do território da cidade. As cheias evidenciaram o processo de degradação de alguns trechos de ocupação irregular e chamaram a atenção dos governantes para o rio Capibaribe. Iniciou-se nessa década uma série de projetos destinados a limpeza e às dragagens do sistema de rios, riachos e canais a fim de conter as enchentes.

Após os planos da primeira metade do século XX de expansão, modernização e embelezamento da cidade, os próximos cinquenta anos também serão voltados para o ordenamento metropolitano. Os projetos para o rio Capibaribe iniciam-se pela construção das barragens, na década de 1970 (com investimentos federais e estaduais), depois entram numa fase de planejamento da ocupação das margens do rio, com uma visão sistêmica da cidade, mas também surgiram as propostas viárias, que pretendiam construir avenidas nas margens do Capibaribe, dando ênfase aos carros, sem priorizar o meio ambiente e a relação do homem com a natureza (ver figura 17).

Figura 17: Linha do tempo

## PANORAMA DOS PROJETOS PARA O RIO CAPIBARIBE



Fonte: Autora, 2022.

É importante destacar a conjuntura política da época. Pela primeira vez após o golpe militar de 1964, o prefeito seria eleito pelo voto popular, pois até então, ele era nomeado pelos governadores. Nesse cenário, Jarbas Vasconcelos foi eleito em 1985 substituindo Joaquim Francisco a partir de 1986. Outras articulações políticas se formaram, e pode-se notar que não haveria continuidade das ações entre uma gestão e outra (COUTINHO, 1989).

Nesse contexto, o Projeto Recife fazia parte do planejamento macro da Região Metropolitana do Recife<sup>8</sup> (RMR), que fora instituída em 1973 pela Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM)<sup>9</sup> com intuito de ressaltar “a importância de um planejamento metropolitano integrado com ênfase no combate à pobreza” (COUTINHO, 1989, p.17). Nesse período, anos 1970, a preocupação dos órgãos de planejamento era o crescimento desordenado e acelerado da região metropolitana. Tal fator demandava a oferta de habitação, educação, emprego, saneamento, saúde, dentre outras necessidades infraestruturais. Ou seja, o Projeto Recife visava intervir em um espaço que já possuía uma ocupação, configuração e uma história. Por isso foi importante conhecer o histórico de ocupação das margens

<sup>8</sup> A Região Metropolitana do Recife, atualmente, é constituída por quatorze municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata, além do Recife.

<sup>9</sup> A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco Condepe/Fidem é uma Autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, na forma da Lei nº 16.561, de 27 de fevereiro de 2019. No âmbito de sua criação, na década de 1970, se chamava Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco.

do rio Capibaribe, explicado anteriormente, e também do processo de elaboração do Projeto Recife, que será relatado a seguir.

“A existência de uma malha socioespacial com territorialidades definidas é uma forma de pressão e o planejamento trabalha em cima destas territorialidades, ignorando-as, destruindo-as ou fortalecendo-as, fazendo, enfim, a gestão do território.” (COUTINHO, 1989, p.36).

Ainda nos anos 70, a Prefeitura da Cidade do Recife iniciou a elaboração de planos de revitalização do rio. A convite da Prefeitura do Recife, Jaime Lerner, prefeito de Curitiba naquela época, veio ao Recife trazendo sugestões como um parkway ao longo do Capibaribe. Até a década de 1980, tais sugestões não foram postas em prática (SÁ CARNEIRO, 2010).

No mesmo período, após a grande cheia de 1975, o Governo Federal construiu três grandes barragens de retenção ao longo do rio Capibaribe para o estado de Pernambuco: uma na sub-bacia do rio Tapacurá, outra na sub-bacia do rio Goitá, e uma terceira próxima ao município de Carpina, retendo grandes vazões que venham do rio Cotunguba e do Alto Capibaribe. Após, essas três, ainda foi construída a barragem de Jucazinho, em Surubim, no trecho médio superior do Capibaribe, com finalidade de abastecimento de algumas cidades do Agreste, mas que também contribuiria na proteção contra enchentes (CABRAL E ALENCAR, 2005, *apud* PREUSS, Simone et al., 2011).

É importante mencionar que as enchentes atingiam sobretudo a população das áreas pobres das margens do rio, que tinham suas casas destruídas pelas inundações. Coutinho (1989) relata que, a partir da cheia de 1966, D. Helder Câmara organizou a Operação Esperança para reconstruir as casas atingidas pela água. Os mutirões que foram formados para tal ação continuaram se encontrando posteriormente fortaleceram suas lideranças criando Conselhos de Moradores. A capacidade de organização da população foi um ponto positivo para superar os danos das enchentes, que com o passar dos anos passaram a reivindicar suas necessidades frente ao órgão municipal. Com isso podemos perceber a construção da resiliência nos cidadãos, que vemos desde a organização até as ações já com consciência política das reivindicações.

Os assentamentos populares na margem esquerda do Capibaribe eram mais pontuais, no Poço da Panela, Monteiro e Apipucos; enquanto os da margem direita

formavam manchas maiores e contínuas, nos bairros da Iputinga e Cordeiro. Essas ocupações aumentaram à medida que o problema de enchentes ia sendo resolvido e devido à falta de áreas livres de ocupação para moradia na parte central da cidade do Recife (COUTINHO, 1989). Com as margens do rio Capibaribe menos suscetíveis às enchentes, a população sentiu-se mais segura para ocupar as margens.

Portanto, posteriormente à construção das barragens, com o problema das enchentes “solucionado”, os bairros localizados às margens do rio Capibaribe iriam se valorizar e o planejamento da cidade do Recife na época contava com este fato. Conforme Coutinho (1989), ao investir na infraestrutura dessas áreas, o Projeto Recife – o primeiro projeto elaborado pela Prefeitura da Cidade do Recife dedicado ao Capibaribe - corroborava com a tendência à valorização das margens do rio.

Constatou-se que a partir da década de 1980 novos projetos e planos começaram a ser elaborados com alguma preocupação em considerar os recursos naturais, especialmente o rio Capibaribe, por concentrar a maior parte da população e das atividades econômicas pelos bairros que atravessam. Foi um período de construção de projetos estruturadores. Como veremos, muitos desses projetos não foram executados e a prioridade das intervenções na cidade continuou vinculada à expansão, ocupação do solo e à especulação imobiliária, sem considerar o papel dos corpos d'água como estruturadores da paisagem. Os conflitos socioambientais permaneceram incluindo a falta de preservação dos recursos naturais.

Em 1980, a FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, propôs um Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos para a Região Metropolitana do Recife (PDSPM/RMR). O PDSPM estava inserido nos projetos estruturadores para a RMR e trazia uma visão sistêmica com indícios de uma ideia resiliente sobre a paisagem. A necessidade de medidas que controlassem a desenfreada ocupação imobiliária, preservasse os recursos naturais e culturais existentes e criassem equipamentos de lazer para atender a demanda da população metropolitana fez com que o Governo idealizasse um sistema de lazer público de massa.

O PDSPM definiu áreas prioritárias, secundárias e alternativas para a criação de doze parques; e mais tarde, definiu como prioridade a implantação de seis parques, de forma a descentralizar a oferta de tais equipamentos. Foram esses os parques de Salgadinho, Janga, Timbó, Lagoa Olho D'Água, Encanta Moça e Parque do Jiquiá. Posteriormente o PDSPM contemplaria ainda os Parques de Itamaracá, Tapacurá,

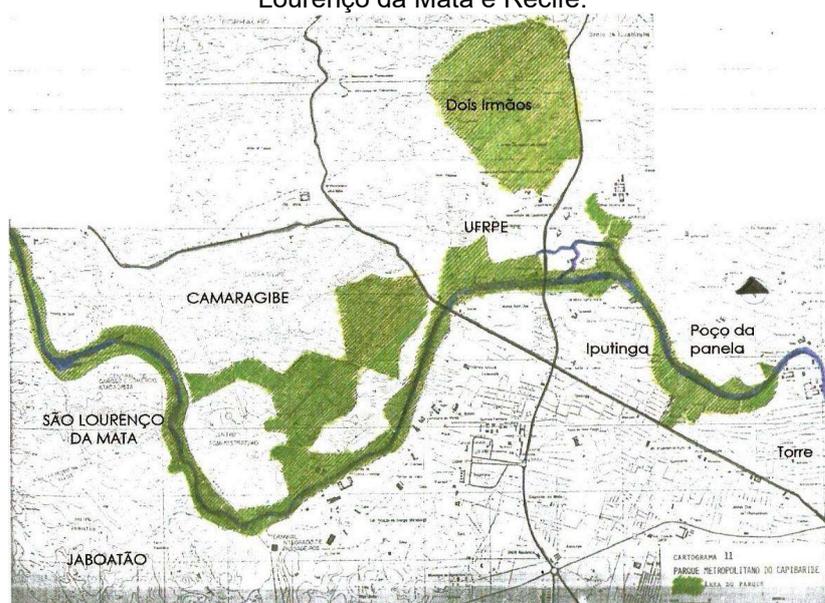
Armando de Holanda, Parque Histórico Nacional dos Guararapes, **Parque Metropolitano do Capibaribe** e Horto de Olinda (FIDEM, 1980).

Muitos dos tais parques não foram implantados, sendo suas áreas vítimas de ocupação irregular - a maioria dos que foram implantados ficaram em estado de abandono. Contudo, foi uma iniciativa de articulação dos espaços livres em escala metropolitana que foi relevante para os projetos elaborados para a RMR, sobretudo para o Recife, com a idealização de um parque nas margens do rio Capibaribe ainda naquela década. Esse planejamento traz uma visão sistêmica e compreensão da paisagem, apontando para indícios de um pensamento resiliente.

Nessa época, as discussões globais sobre o meio ambiente já haviam iniciado. Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, Suécia. Tornava-se urgente a responsabilidade coletiva de proteger os ecossistemas, com a preocupação do uso saudável dos recursos naturais.

O Parque Metropolitano do Capibaribe foi um dos parques do Sistema de Parques Metropolitanos. O objetivo geral era a criação de seis parques de categorias diferentes ao longo do Rio Capibaribe, criando um grande Parque do Capibaribe, com o rio articulando esses parques (figura 18).

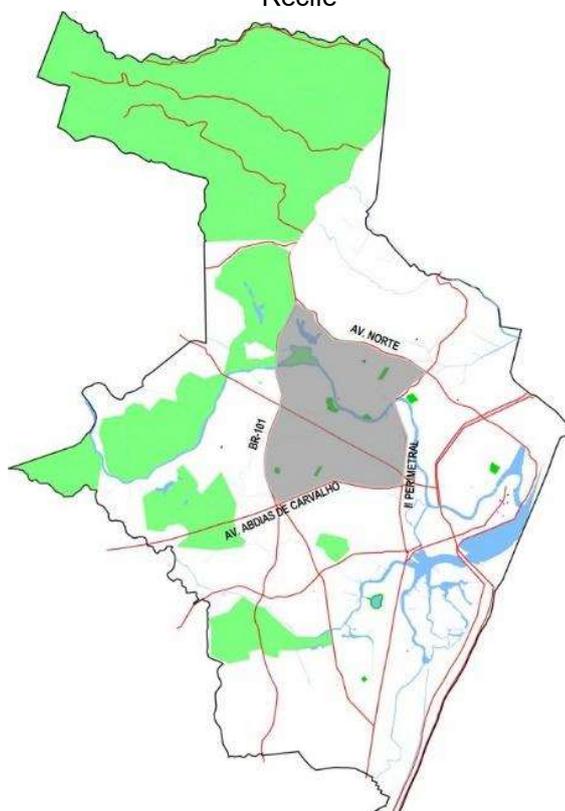
Figura 18: Marcação do Parque Metropolitano do Capibaribe entre os municípios de São Lourenço da Mata e Recife.



Fonte: Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos, FIDEM, 1980. Editado por Isis Cavalcanti (2002)

Em 1979 a Prefeitura do Recife anunciou o **Projeto Recife**, o objeto empírico desta pesquisa. O objetivo do projeto era intervir nas áreas vazias próximas às margens do rio Capibaribe, urbanizar áreas pobres e ofertar infraestrutura de lazer e serviços urbanos para a área que fora delimitada pelo projeto do Governo do Estado – pela FIDEM - para o Parque Metropolitano do Capibaribe, no município do Recife. A área de intervenção demarcada era delimitada ao norte pela Avenida Norte; ao sul pela Avenida Abdias de Carvalho; ao leste pela II Perimetral e ao Oeste ela BR-101 (Ver figura 18).

Figura 19: Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife



Fonte: Autora (2022).

No mesmo ano, 1979, a Prefeitura apresentou um planejamento para o período entre 1980 e 1983 para a cidade, chamado de Plano de Desenvolvimento do Recife, que abrangia os três anos de gestão de Gustavo Krause. “Os principais objetivos são dotar a cidade de diretrizes para disciplinar seu desenvolvimento e promover a integração do povo nas ações do governo” (DIÁRIO DA MANHÃ, 12 DE DEZEMBRO DE 1979. “PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO RECIFE PARA 1980 PREVÊ A INTEGRAÇÃO POVO/GOVERNO. p.1).

O Projeto Recife surgiu na gestão municipal de Gustavo Krause (1979-1982) que fora nomeado como prefeito, mas que renunciou para concorrer a vice-governador, sendo substituído pelo vice-prefeito Jorge Cavalcante. Em 1983, Joaquim Francisco foi nomeado para nova gestão (1983-1985), sendo a seguinte gestão municipal comandada por Jarbas Vasconcelos (1986-1988), que mudou os rumos da condução do Projeto Recife, pois foi o primeiro prefeito eleito por meio de eleições diretas após o término do golpe militar. Em 1989, Joaquim Francisco, voltou ao cargo de gestor municipal por meio de novas eleições, até renunciar para concorrer ao cargo de governador do estado de Pernambuco

Dentro do contexto da década de 1980, com a mudança na conjuntura política do país e nas diversas gestões municipais, o Projeto Recife passou por muitos ajustes. Estava inserido em uma área que fora ameaçada pelas cheias do rio e a Prefeitura pretendia valorizá-la com intervenções infraestruturais; enquanto a população pobre que se instalou nas margens do rio Capibaribe necessitava de infraestrutura para moradia.

A pesquisa feita por Coutinho (1989) revela que em um intervalo de nove anos, recorte que a autora analisou o projeto, o mesmo sofreu várias modificações, passando por três gestões municipais que revelaram as diferentes visões de gestão do espaço urbano. As ações do Projeto Recife se prolongaram por mais de uma década. Foram realizadas desapropriações de imóveis nas margens do rio, reassentamento de algumas comunidades para a Vila de Santa Luzia, construção do Parque Santana e do Parque Caiara, assim como do Parque da Jaqueira. Esse último, mesmo que não estivesse entre os parques propostos no PDSPM, localizava-se muito próximo ao rio Capibaribe e foi o primeiro dos três parques a ser construído, em 1985 (SÁ CARNEIRO, 2010). Vale ressaltar que ao longo do planejamento da Cidade, algumas ações do Projeto Recife foram incorporadas nos futuros projetos.

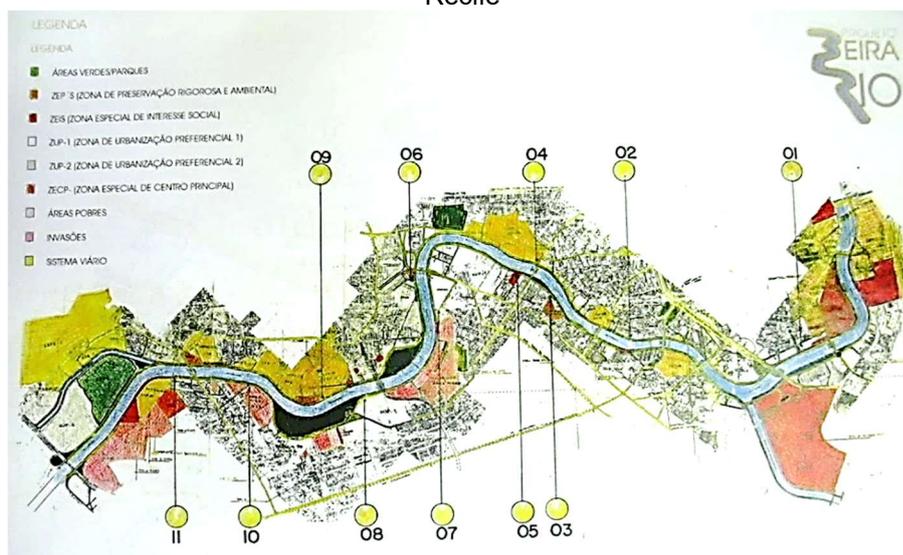
Na década seguinte, em 1996, durante a segunda gestão de Jarbas Vasconcelos<sup>10</sup>, foi anunciado o Projeto Beira Rio. O enfoque desse projeto era majoritariamente viário, visando atender à classe média e alta, foi proposta uma avenida ao longo das margens do rio Capibaribe com 21km de extensão. A área de intervenção compreendia desde o centro do Recife, na Ponte Velha, até a BR-101, no

---

<sup>10</sup> A primeira gestão de Jarbas Vasconcelos como prefeito do Recife foi de 1986 a 1988, quando se afastou para concorrer ao cargo de Governador do Estado. Depois voltou à prefeitura de 1993 a 1996.

bairro da Iputinga (PROJETO BEIRA RIO, 1996). Apenas parte da área do Projeto estava inserida na área de intervenção do Projeto Recife de 1979, já que o Projeto Recife se estendia da BR-101 à Segunda Perimetral (ver Figura 20).

Figura 20: Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife



Fonte: URB PROJETO BEIRA RIO, 1998, editado pela autora.

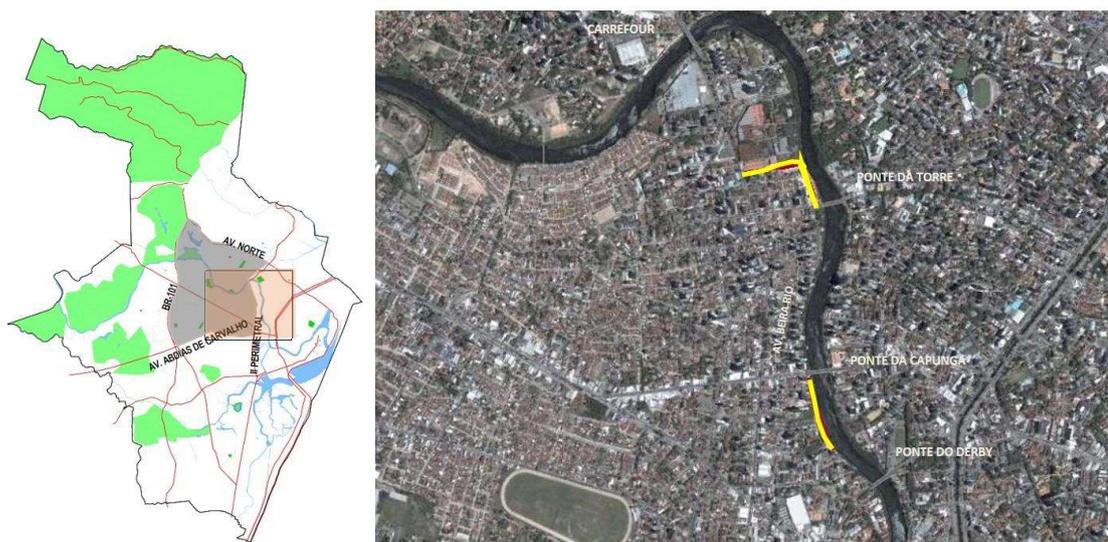
Com objetivos voltados para melhoria do fluxo de veículos na cidade através da interligação de novas vias aos eixos arteriais existentes, nove trechos foram compreendidos dentro do projeto. As novas vias por toda a extensão das margens do Rio chegavam a ter 26m largura em alguns locais, compostas por calçadas largas de 4m e 3,5m para ciclovia. Outros objetivos eram priorizar espaços públicos verdes para o lazer, o reassentamento das comunidades pobres que viviam nas margens do Capibaribe, além de uma proposta para um projeto hidroviário (PROJETO BEIRA RIO, 1996). Nota-se que a preocupação com as áreas verdes e de lazer, as habitações populares e a mobilidade são temas que também estavam presentes no projeto anterior e que se repete com a busca por uma solução.

O projeto foi financiado por um fundo nacional, Programa Habitar Brasil, e assim como o Projeto Recife, os agentes envolvidos possuíam interesses contraditórios e a sua magnitude era tal que dificultava a sua implantação, e, mais uma vez, pouco foi executado, a não ser o reassentamento de comunidades pobres.

Apenas na primeira década dos anos 2000 as obras foram executadas nas margens rio Capibaribe entre os trechos da Ponte do Derby e a Ponte da Capunga, com a retirada das palafitas da comunidade Arlindo Gouveia; também em outra parte

da margem do rio entre a Ponte da Torre até o supermercado Carrefour, retirando as palafitas da comunidade José Holanda (ver figura 21). Esses dois segmentos da margem conectavam-se por meio da Avenida Beira Rio já existente entre as pontes da Capunga e Torre. A expectativa, na época, era que os novos trechos iriam ampliar a área de lazer da Avenida Beira Rio já existente, e não apenas servir aos carros (Jornal do Commercio, 26 de abril de 2001 apud MENEZES, 2010). Todavia, tal intenção projetual de áreas de lazer foi retomada apenas em 2013 com o “novo” projeto do Parque Capibaribe – fruto de um convênio entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a Universidade Federal de Pernambuco/INCITI, o qual falaremos posteriormente -, e apenas neste ano de 2022 essas áreas de lazer foram alvo de licitação para um projeto executivo.

Figura 21: Área do Projeto Recife em cinza, à direita. Extensões da Avenida Beira Rio executadas nos bairros Madalena e Torre, em amarelo, à esquerda.



Fonte: Imagem do Google Earth editada pela autora, 2010 e reeditada em 2022.

Além das vias nos bairros do Derby e da Torre, outra parte da margem foi trabalhada no bairro do Parnamirim, conectando a Rua Afonso de Albuquerque Melo, por trás do Big Bompreço Casa Forte, com a Rua Leonardo Bezerra Cavalcante. Ali as palafitas da comunidade do Vintém também foram removidas e a área não recebeu nenhum tratamento paisagístico, apenas uma calçada estreita, com pouca iluminação e tomada pelo mangue denso presente nesse trecho do rio (ver figura 22).

Figura 22: Área do Projeto Recife em cinza, à direita. Novo segmento executado da Avenida Beira Rio no bairro de Parnamirim, em amarelo, à esquerda.



Fonte: Imagem do Google Earth editada pela autora, 2010 e reeditada em 2022.

Na gestão seguinte o prefeito eleito era Roberto Magalhães, que em seu segundo ano do mandato, 1998, anunciou o Projeto Capital. O projeto fazia parte de um Plano Estratégico que fora inspirado em experiências de outras cidades como Rio de Janeiro e Barcelona para inserir o Recife nos investimentos econômicos globais. Segundo documento da Prefeitura, o Projeto Capital contou com a participação de alguns representantes da população e técnico locais para definir áreas estratégicas para investimentos. Foram elaborados alguns projetos específicos para o rio Capibaribe como o Projeto Recife – Cidade das Águas, no qual está inserido o Projeto Viver o Capibaribe, com foco na despoluição das águas do rio, além do aproveitamento econômico das margens e a remoção dos assentamentos populares (PROJETO CAPITAL, 1998).

O Projeto Capital, que não chegou a ser implantado, mas indicava, entre suas propostas, áreas estratégicas para a cidade, reforçou a implantação do Projeto Beira Rio de 1996 e propôs a revitalização do Açude de Apipucos, a implantação do Parque das Olarias e a recuperação dos parques existentes no Recife (PROJETO CAPITAL, 1998). Estas ações, no entanto, não foram executadas, integrando-se ao projeto lançado posteriormente. Na ocasião, foi elaborado o projeto do Parque Capibaribe pelo escritório do arquiteto paisagista Luiz Vieira como parte da revitalização do açude de Apipucos. Esse projeto seria executado apenas mais de uma década depois, sendo o parque inaugurado com o nome Parque de Apipucos – Maximiano Campos, em 2011.

Já em 2001, foi lançado o Projeto Capibaribe Melhor, na gestão do prefeito João Paulo Lima e Silva. Os objetivos focavam em três eixos de ação: o primeiro era

Urbanização Integrada do Território, previa a melhoria dos espaços urbanos através da criação e recuperação da infraestrutura física de lazer, saneamento, macrodrenagem, acessos e mobilidade; o segundo era Desenvolvimento Social e Econômico, com foco na educação sanitária e ambiental; e o terceiro segmento, o de Desenvolvimento Institucional, se caracterizava por ações voltadas ao fortalecimento fiscal, financeiro e ambiental. O projeto abrangia uma área da Bacia do Capibaribe, limitada a leste pela Avenida Agamenon Magalhães, a oeste pela BR-101, a norte pela Avenida Norte e ao sul pela Avenida Caxangá, conforme a figura 23 (PROJETO CAPIBARIBE MELHOR, 2001).

Figura 23: Delimitação de Área de Abrangência do Projeto Capibaribe Melhor



Fonte: Projeto Capibaribe Melhor, URB, 2001.

No eixo de Urbanização Integrada, o Projeto Capibaribe Melhor previa intervenções em três parques urbanos. Os parques do Caiara e de Santana receberiam projetos de recuperação e ampliação; e o terceiro parque, o Parque Apipucos, seria executado conforme projeto já pronto (inaugurado apenas em 2011, como já mencionado). A implantação deste último parque contemplava a urbanização e arborização das margens do Açude de Apipucos, situado à margem esquerda do rio Capibaribe (PROJETO CAPIBARIBE MELHOR, 2001).

A figura 24 representa maquetes eletrônicas que ilustram as intervenções do Projeto Capibaribe Melhor nos Parques Apipucos, Santana e Caiara, que também seria ampliado com a Refinaria Cultural. Dentre eles, o Parque Apipucos tem uma relação maior com o Capibaribe, enquanto os demais oferecem equipamentos esportivos.



Quanto ao sistema de águas, esgoto e saneamento as propostas do Projeto Capibaribe Melhor incluíam implantação de parte do Sistema Cordeiro, representado pelas Unidades de Esgotamento - UEs 39 e 40 (redes coletoras, emissários e elevatórias); saneamento integrado em Caranguejo/Tabaiães3 (UE-45/ Sistema Cabanga); recuperação do Sistema de Esgotamento isolado Santa Luzia (UE-41); implantação da 1ª etapa da Estação de Tratamento de Esgotos do Cordeiro. Ainda a recuperação de 11 canais (ABC, Buriti-Macaxeira, Caiara, Jenipapo, Parnamirim, Prado, Santa Rosa, São Mateus, Serpro, Sport, Valença) por meio de ações de melhoria do escoamento e das condições paisagísticas dos mesmos (PROJETO CAPIBARIBE MELHOR, 2001).

Em 2006, foi feito um relatório de Avaliação Ambiental, dirigido ao Banco Mundial, onde eram analisados os impactos positivos e negativos que o Projeto Capibaribe Melhor iria causar no ambiente natural da área de intervenção. Possibilitando uma avaliação da relação entre as ações do homem - o ambiente construído - e meio. Por existirem propostas de intervenções em áreas de preservação permanente - APPs (segundo a Lei Municipal 16.930/2003) e em espaço protegido constituído pela Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA) Parque Apipucos, onde seria implantado o referido Parque Apipucos, tal relatório corroborou as intervenções, ressaltando que a faixa da APP seria ocupada pelos parques e pela estação de tratamento de esgoto (ETE) representando um benefício ambiental significativo para a região.

Finalmente, há que se considerar que a APP do rio Capibaribe, na área do Projeto Capibaribe Melhor, era uma área urbana já anteriormente muito alterada, apresentando diversos trechos degradados com atividades antrópicas. Posto isso, as intervenções projetuais buscavam justamente a recuperação desta área (PROJETO CAPIBARIBE MELHOR - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL, 2006).

O Projeto também tinha como objetivo incentivar o desenvolvimento de comunidades participativas e economicamente empreendedoras, assim como fomentar a necessidade de preservar e conservar o meio ambiente natural e construído, tanto nas áreas próximas às comunidades, quanto nas diversas regiões da cidade do Recife. No tocante à educação ambiental e sanitária, o Capibaribe Melhor atuaria no programa Escola Ambiental Águas do Capibaribe, unidade de aprendizagem da rede municipal de ensino do Recife, inaugurada em 2003 (PROJETO CAPIBARIBE MELHOR, 2001 e 2006).

O Projeto Capibaribe Melhor teve influência em vários setores da Cidade, o desafio maior, além a implantação das proposições, foi o gerenciamento das obras e a gestão dos espaços executados. Por mais de uma década as obras e ações do Capibaribe Melhor foram sendo ajustadas e nem sempre executadas. Os projetos passam de gestão para gestão e são revisados para que o prefeito em questão tenha o mérito da obra, e a população fica à espera das promessas e melhorias na cidade.

Em todos os projetos aqui citados, verifica-se a preocupação com a degradação ambiental do curso d'água, além dos assentamentos populares e dos espaços livres às margens do rio Capibaribe. Porém, nota-se que tais propostas são concebidas de forma dissociada, sem considerar o rio e as suas margens como integrantes de um único sistema, sem tratar as águas do rio preparando o sistema de esgoto como prioridade, a fauna e a flora.

Sá Carneiro (2010) aponta a falta de capacitação dos arquitetos e planejadores responsáveis por projetos estruturadores de visão multidisciplinar que envolve a paisagem na qual irão intervir e compreender o espírito do lugar e as necessidades da população que vai usufruir, não apenas se limitando nas características físicas do terreno.

Um dos projetos mais recentes voltado para o rio Capibaribe, é o Projeto Parque Capibaribe, iniciado em 2013. O nome nos remete à década de 1980, ao Sistema de Parques Metropolitanos (1980) e ao Projeto Recife (1979).

Agora passada mais de uma década do século XXI, o rio Capibaribe e os espaços livres voltam a ser o foco do projeto da Prefeitura. O “novo” projeto do Parque Capibaribe foi iniciado com o diferencial de ser uma parceria da Prefeitura da Cidade do Recife com a Universidade Federal de Pernambuco - por meio do grupo de pesquisa INCITI - buscando uma compreensão da paisagem que resulta das discussões sobre desenvolvimento sustentável e resiliência urbana. Segundo Farias et al (2018), a noção de resiliência urbana “pode ser definida como a capacidade que uma cidade tem de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se da exposição às ameaças, produzindo efeitos de maneira oportuna e eficiente, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas sociais e ecológicas”. O Projeto Parque Capibaribe está inserido em uma agenda urbana voltada para práticas sustentáveis que visam aos 500 anos da cidade do Recife, em 2037<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O Plano Recife 500 anos foi lançado pela PCR em 2013 com o objetivo de construir estratégias que direcionem o desenvolvimento à longo prazo da Cidade, contribuindo para inclusão social, para redução

Seguindo a agenda da ONU, o projeto dialoga com vários sistemas interconectados: uso e ocupação do solo, ações de resposta e redução de enchente, inclusão da comunidade no planejamento, gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas. Pretende modificar a forma como as pessoas vivenciam a cidade ao reconectá-las com as águas do rio, resgatando o Capibaribe como espinha dorsal da cidade através de áreas de lazer (PARQUE CAPIBARIBE, 2019).

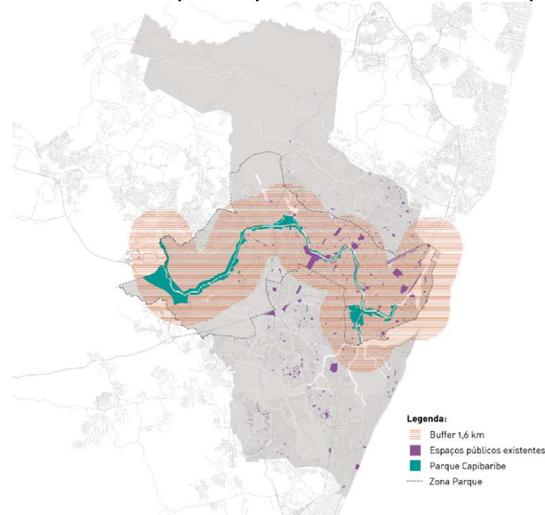
A premissa que aponta para a mudança de paradigma do Projeto Parque Capibaribe de 2013 é o abandono da prática rodoviarista, presente em todos os outros projetos para o rio Capibaribe até então. O Parque Capibaribe busca uma mobilidade sustentável, que prioriza pedestres e ciclistas, facilitando a relação entre a população e a natureza do rio apostando na resiliência do rio e da população. Além de aumentar a área verde, ou seja, as áreas permeáveis que irão absorver as águas da chuva e melhorar a micro drenagem da cidade, os aspectos sociais e ecológicos também foram valorizados.

A proposta é compreender e transformar o Recife em uma cidade-parque, com intervenções não apenas nas margens do rio, mas em uma faixa de até 500 metros a partir de cada margem. O projeto desenhou um sistema de ruas de infiltração, que conduzirão eixos e equipamentos importantes da cidade até o rio Capibaribe (PARQUE CAPIBARIBE, 2019). As figuras abaixo espacializam essas propostas marcando a área de influência do parque (figura 26), a delimitação da Zona Parque (figura 27). Com as ruas de infiltração, que penetram no tecido urbano e estendem o parque além das margens do rio, a área de influência do Parque Capibaribe chega a 7.250 hectares.

---

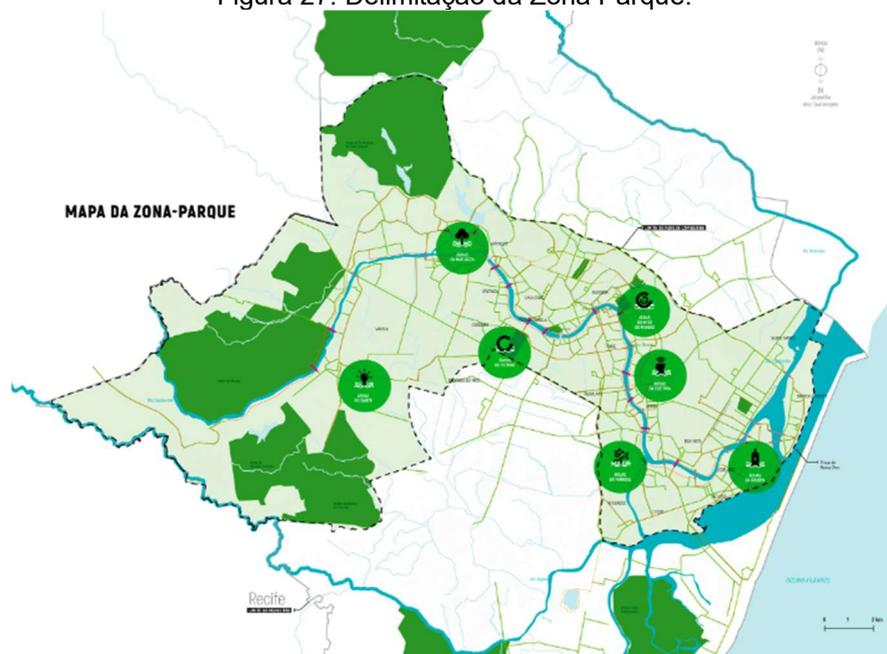
das desigualdades e para a resiliência frente às mudanças climáticas sob o marco temporal dos 500 anos do Recife em 1937. A “Síntese Estratégica” do Plano é composta pelos conceitos Cidade Parque; Cidade Inclusiva; Cidade Conectada e Cidade Sustentável e a organização das ações está sob responsabilidade da Agência Recife para Inovação e Estratégia – ARIES (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/ARIES, disponível em [recife500anos.org.br](http://recife500anos.org.br)).

Figura 26: Área de influência do Parque Capibaribe, 500 metros a partir das margens do rio.



Fonte: PARQUE CAPIBARIBE, 2019.

Figura 27: Delimitação da Zona Parque.



Fonte: PARQUE CAPIBARIBE, 2019.

Entre 2013 e 2019, período do convênio entre a Prefeitura do Recife e a UFPE, foram elaborados: um masterplan do parque, chamado de Plano de Encantamento; um Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe (PURA) composto de cinco volumes para dar suporte e orientações às futuras intervenções que darão continuidade aos projetos desenvolvidos pelo INCITI, e projetos executivos do parque para três bairros. Os bairros são: Jaqueira, Graças e Capunga e um anteprojeto para a margem do rio no bairro da Torre, além da publicação de um livro para comunicar à população o trabalho desenvolvido. Ao longo desses anos, de 2013

até 2022, foram executadas três áreas do Parque Capibaribe: o Jardim do Baobá, o Parque das Graças e a Praça Otávio de Freitas, no Derby.

A Praça Otávio de Freitas corresponde a uma área em frente ao edifício do Memorial de Medicina, no bairro do Derby que era utilizada como estacionamento. Com o projeto, a área de estacionamento foi rebaixada e tornou-se uma praça de uso múltiplo, que futuramente abrigará a estação de barco projetada pelo Governo do Estado de Pernambuco. O Jardim do Baobá foi a primeira área a ser construída, entre 2016 e 2017. A intenção foi implantar um protótipo do que seria o Parque Capibaribe nas margens do rio resgatando a importância e a presença de um baobá centenário no bairro das Graças.

A margem do rio estava ocupada irregularmente por estacionamento de um restaurante e recebeu 100 metros lineares de parque com as premissas do projeto. O este trecho do parque possui um píer para embarque e desembarque de pequenos barcos, resgatando e incentivando a vocação do rio para transporte fluvial; ainda possui uma faixa de amortecimento para que a fauna e a flora nativa sejam preservadas e se desenvolvam, preservando corredor ecológico nas margens do rio; além de uma área de convivência e lazer, com uma circulação de 4,5m para pedestres e ciclistas, e um espaço com mesas de piquenique e balanços (ver figura 28). Já prevendo a expansão para conectar esse jardim aos próximos trechos do Parque Capibaribe, outras áreas na margem do rio entre o jardim do Baobá e a Ponte da Torre também foram reapropriadas pela Prefeitura, já que ocupavam a margem indevidamente.

Figura 28: Jardim do Baobá.



Fonte: INCITI, 2018.

Neste ano de 2022 foi inaugurado o Parque das Graças, a área do Projeto Parque Capibaribe mais recente e que ainda possui obras em andamento. A área que fica entre as pontes da Torre e da Capunga, foi objeto de intervenção do Projeto Beira Rio (1996), resultando na época em uma via expressa sobre o manguezal. O projeto já estava com verba destinada para construção de tal via (figura 29), contudo tendo conhecimento das intenções do projeto do Parque Capibaribe, a associação de moradores 'Por Amor às Graças' contestou e lutou para reverter o projeto da via expressa em um projeto de via parque, juntamente com o INCITI e a Prefeitura da Cidade do Recife.

Figura 29: Perspectiva da Avenida Beira Rio propostas no bairro das Graças.



Fonte: Acervo INCITI.

Com isso, o novo projeto do parque propôs uma via compartilhada entre carros e bicicleta, equipamentos de lazer como playground e área de contemplação, piers, área para ginástica e um refúgio para a fauna presente nas margens do rio. Além do projeto desenvolvido pela equipe multidisciplinar do INCITI, o envolvimento da população e a participação de diversos agentes foram outras estratégias do Projeto Parque Capibaribe. A população, em especial a comunidade do bairro, e agentes da Prefeitura e outras entidades foram consultadas em workshops, reuniões e assembleias para debater sobre o projeto do parque. Tal estratégia foi chamada de “ativação” pelas diretrizes do Projeto e estabelece que o caráter de prototipagem, a realização de workshops e o envolvimento da população seja parte do processo de concepção, assim como a divulgação do projeto nos jornais e nas redes sociais.

Assim, podemos refletir sobre a persistência do parque nas margens do Capibaribe - proposta que foi iniciada na década de 1980 - e também sobre a presença das ideias e conceitos que estão sendo discutidos atualmente (revitalização dos corpos d'água, desenvolvimento sustentável, resiliência) e que fortalecem a possibilidade de uma convivência harmoniosa do homem com a natureza.

Os diversos aterros executados para a expansão do Recife, a ocupação desordenada nas margens dos rios, riachos e canais; a poluição das bacias hidrográficas; o uso inadequado dos recursos naturais e a excessiva impermeabilização do solo da cidade impedem os sistemas fluviais naturais de exercerem completamente seu papel de abrigar ecossistemas e drenar as águas, deixando o Recife vulnerável a alagamentos sempre que chove. Contudo, os corpos d'água da cidade demonstram sua força ao resistirem às ações humanas e continuarem vivos e presentes no território.

Tantas foram as intenções projetuais para o rio Capibaribe, tantos projetos inacabados, que envolveram vários órgãos e agentes da população, tantas enchentes e negligência do poder público para o problema da habitação no Recife e da ocupação irregular das margens do rio, tanto esgoto poluindo as águas do rio e lixo que vai para os riachos, canais e para os rios, e ainda assim percebe-se o potencial das águas na cidade como estrutura de sua paisagem.

As pesquisas publicadas pelo Projeto Parque Capibaribe apontaram que o rio Capibaribe é o estuário e o refúgio de diversas espécies de animais e abriga uma variedade de flora nativa e exótica relevante para o equilíbrio do ecossistema local (PARQUE CAPIBARIBE, 2019). Apesar da disparidade social entre as margens direita e esquerda do rio, ele é ponte para as relações humanas do Recife, ele permanece sendo fonte de alimento, de inspiração e está no imaginário dos cidadãos como o início de toda a expansão da cidade.

Esta pesquisa se lança sobre o estudo do Projeto Recife como um projeto para o rio Capibaribe que, mesmo não evidenciando, adentra pela visão sistêmica da paisagem uma vez que atua sobre uma área extensa da cidade - respondendo à função habitar em sentido amplo de moradia em escala menor e de lazer em escala maior. Partindo da reflexão que considera o projeto, como uma problemática paisagística, uma maneira objetiva de compreender a paisagem, suas características e história (BESSE, 2014), pretende-se utilizar a teoria da paisagem que aborda a visão sistêmica (BERTRAND, 1995) e as práticas projetuais (CORAJOURD, 2011), associada

ao conceito de resiliência (WALKER, 2004; FOLKE, 2006; LABOY e FANNON, 2016; BOLLETTINO, 2019), para identificá-la nas intenções projetuais no Programa de Revitalização do Rio Capibaribe do Projeto Recife. A finalidade é discutir a paisagem dos corpos d'água do Recife e o seu papel no projeto e planejamento urbanos, enriquecendo o debate no campo da história e da conservação da cidade.

### 3 O PROJETO RECIFE DE 1979. UM OLHAR RESILIENTE

O Projeto Recife foi concebido na gestão municipal de Gustavo Krause (1978-1982), com os primeiros estudos para a sua elaboração iniciados em 1979. Como já mencionado, o recorte da área de intervenção desse projeto foi fruto do Projeto Grande Recife e Parque do Capibaribe do PDSPM, ambos projetos a nível estadual. Seus objetivos eram “a reurbanização de favelas já consolidadas; instalação/complementação da rede de equipamentos de infraestrutura básica em bairros residenciais e a ocupação das margens do Rio Capibaribe, com a remoção de favelas aí localizadas.” (COUTINHO, 1989, p.8). A Prefeitura planejava incorporar espaços vazios às margens do Capibaribe e recuperar alguns assentamentos populares, melhorando a infraestrutura de saneamento em áreas selecionadas e dando novos usos para essas áreas.

Para além desses objetivos, o Projeto Recife também tinha a intenção de elevar a renda das famílias mais pobres que residiam nas margens do rio, estimulando comércio local e atividade de pesca; preservar as áreas verdes e naturais, aumentando o índice de área verde por habitante; ofertar equipamentos públicos de recreação, lazer e serviços compatíveis com a necessidade local; e consolidar e promover a melhoria da qualidade das habitações das famílias ribeirinhas de baixa renda (PROJETO RECIFE, 1981).

Seguindo esses objetivos, o Projeto Recife possuía dois programas de ação, o Programa de Revitalização do Capibaribe e o Programa de Emprego e Renda, ambos divididos em outros subprogramas. O primeiro programa se subdividia em três: Ocupação de Áreas Vazias, Urbanização das Áreas Pobres e Complementação Urbana. Já o segundo programa possuía cinco subprogramas: Projeto de Apoio a Microempresas, Projeto Pescadores, Projeto Centros Comerciais, Projeto Núcleos de Prestação de Serviços e Projeto Horto mercados (PROJETO RECIFE, 1981). O objeto de interesse da presente pesquisa concentra-se no Programa de Revitalização do Capibaribe, especificamente no Subprograma de Ocupação de Áreas Vazias, por ter influência direta no processo de ocupação e planejamento das margens do rio Capibaribe. Ver figura 30.

# PROJETO RECIFE

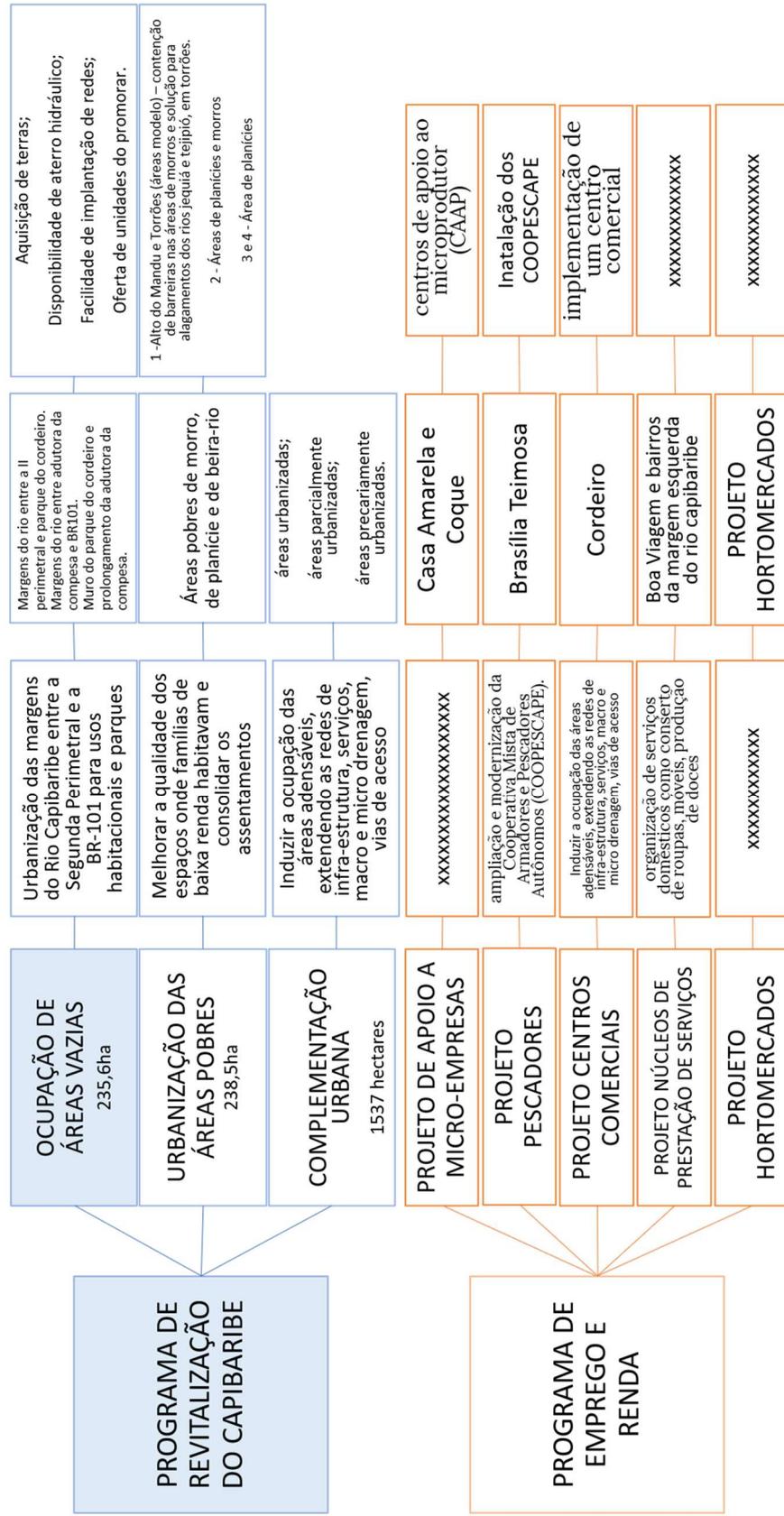
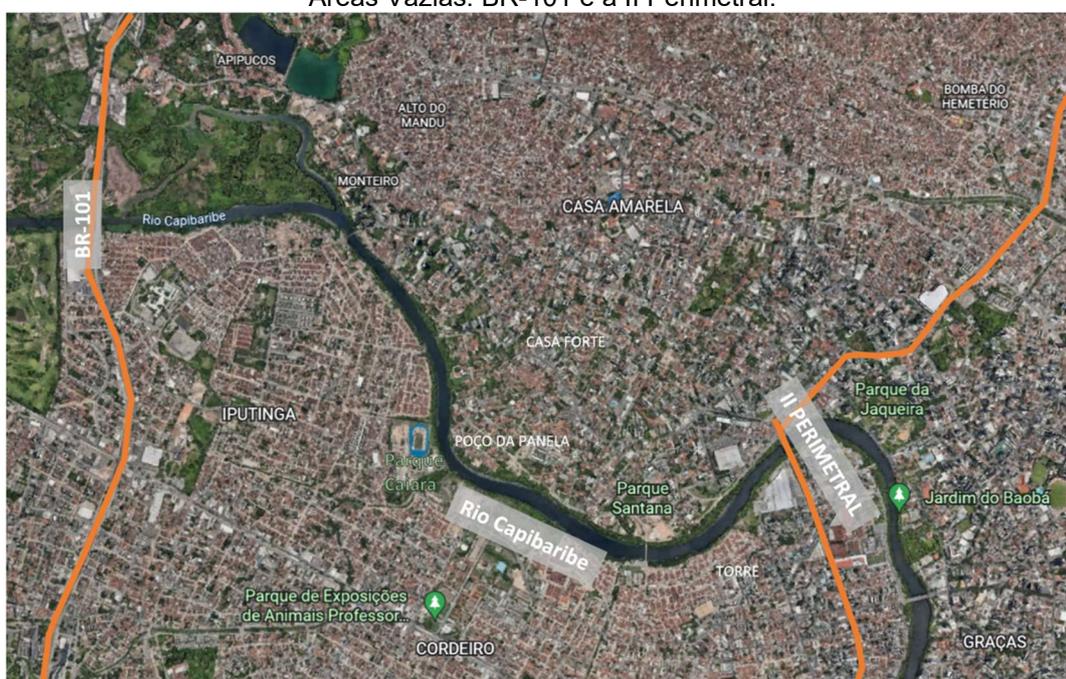


Figura 30: Síntese do Projeto Recife

A ocupação das áreas vazias para usos habitacionais e parques ocorreria seria com a urbanização das margens do Rio Capibaribe entre a Segunda Perimetral e a BR-101 (ver figura 31). Essas intervenções seguiam as normas elaboradas pela FIDEM no Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos, que incluíam incentivo às travessias de barcos conduzidos por barqueiros autônomos e melhoria do sistema viário com a implementação de vias coletoras e radiais, além da preservação de áreas livres para recreação e lazer (PROJETO RECIFE, 1981).

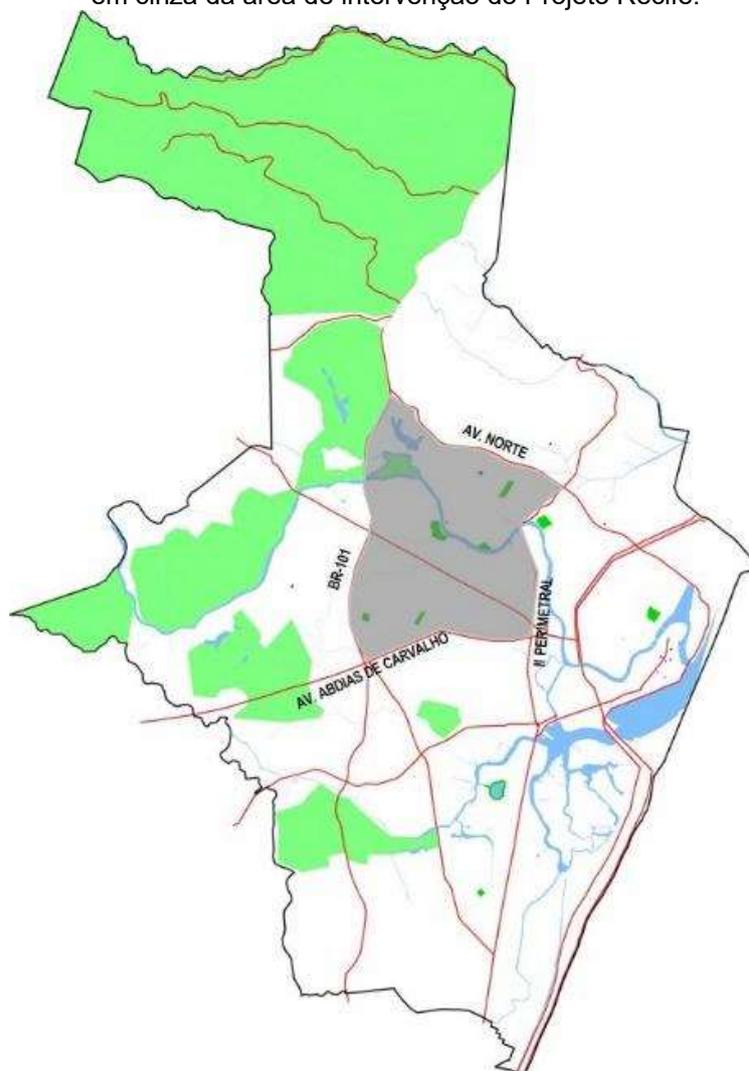
Figura 31: Indicação dos limites da área de intervenção do Subprograma de Ocupação das Áreas Vazias: BR-101 e a II Perimetral.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2022.

A área delimitada pelo Projeto Recife incluía a Avenida Norte, a Norte; à Avenida Abdias de Carvalho, a sul; da BR-101, a Oeste, a II perimetral e Estrada dos Remédios, a Leste, uma área de 2.135ha (2.029ha de terra, 75ha de rio e 30,5ha de outros), e uma população de 190mil habitantes. A princípio os dois programas do projeto atenderiam à mesma área, contudo, posteriormente por uma exigência do Banco Mundial, o subprograma de Emprego e Renda foi estendido para todo o município. Ver figura 32.

Figura 32: Mapa do Recife com a delimitação em cinza da área de intervenção do Projeto Recife.



Fonte: Autora, 2022.

A complexidade do Projeto Recife chama atenção. O Projeto é composto por 28 volumes, além dos demais volumes acrescentados após o Seminário de Redirecionamento, em 1986. Composto por muitos subprogramas e etapas, o projeto tornou-se muito fragmentado. A área do Programa de Revitalização do Capibaribe foi dividida em subáreas, com projetos específicos, que gerou uma malha técnico-espacial, sobreposta à malha socioespacial pré-existente (COUTINHO, 1989, p.36). O Projeto envolveu diversos órgãos públicos que não trocavam informações, estratégias ou escala de atuação, e implicou em uma dificuldade que veio à tona quando o projeto começou a ser executado.

No âmbito do planejamento urbano e da concepção do projeto, tal diversidade de agentes e órgãos era visto como positivo, pois promovia um planejamento integrado, mas na prática essa estratégia não funcionou como planejado. O Programa

de Revitalização do Rio Capibaribe envolvia a participação da Empresa de Obras Públicas da Cidade do Recife, a Empresa de Urbanização (URB), a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura da Cidade do Recife, a Secretaria de Educação da PCR, a Secretaria de Ação Social da PCR, da Secretaria de Saúde da PCR, da Empresa de Processamento Eletrônico da PCR, da Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco, da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), as Companhias de Eletricidade de Pernambuco (CELPE) e de Telecomunicações de Pernambuco S/A (TELPE), da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, da Fundação de Desenvolvimento da RMR (FIDEM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além desses órgãos, o Projeto Recife também tinha a participação do Ministério de Desenvolvimento Urbano, pois recebia verbas do Banco Mundial (COUTINHO, 1989).

A lentidão para liberação de verbas prejudicou o andamento do Projeto Recife. Essa problemática se tornou um entrave para o andamento do projeto, que teve atrasos de execução responsabilizados pelos problemas financeiros, de liberação de verba. Entraves de natureza política, burocrática, entres os diversos órgãos envolvidos, e também econômicos, já que os municípios não têm autonomia financeira. São dificuldades que vêm desde a concepção do projeto até a execução (COUTINHO, 1989).

Com essa análise mais ampla do Projeto, a seguir teremos uma descrição mais detalhada dos seus programas e subprogramas que ajudarão a entendê-lo de forma mais completa, com intuito de seguir o objetivo da pesquisa.

### 3.1 O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO CAPIBARIBE PARA O RIO CAPIBARIBE E O SUBPROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS VAZIAS

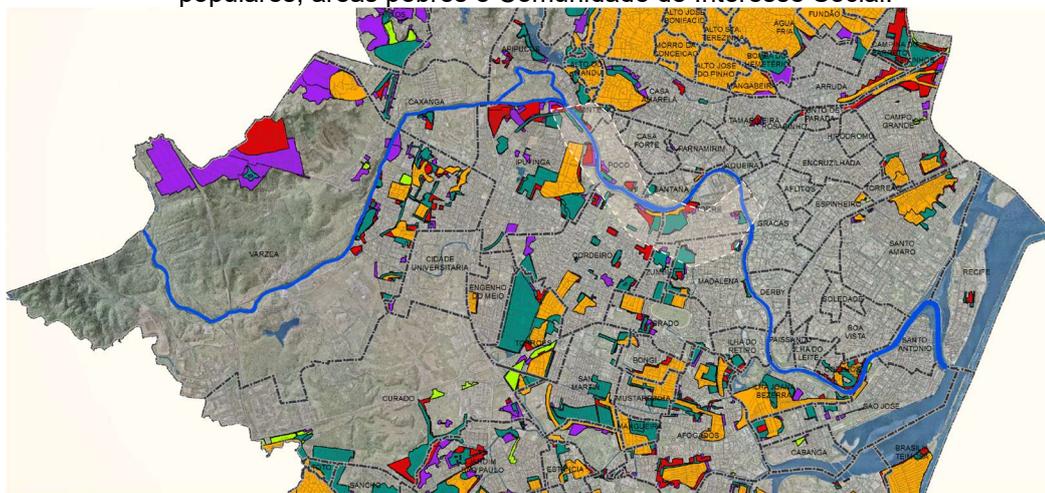
O **Programa de Revitalização do Capibaribe** é o foco da análise da pesquisa, por dedicar-se exclusivamente ao rio e seu entorno urbano. Ele foi composto por três subprogramas: **Ocupação das Áreas Vazias do Capibaribe**, **Urbanização das Áreas Pobres** e **Complementação Urbana**, ainda divididos em projetos específicos e em etapas (figura 30, página 58). O **Subprograma de Ocupação de Áreas Vazias do Capibaribe** tinha como objetivo a construção de parques e habitação nas margens do rio Capibaribe, numa área de 235,6ha, relocando os assentamentos populares existentes no local. Esta área era vista como potencial para este novo uso, como cita

o Volume III do Projeto Recife.: “potencialidade da área para usos habitacional e parque” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Secretaria de planejamento, URB. Projeto Recife, Subprograma Ocupação de Áreas Vazias, vol. 3, 1981, p.36). Segundo Coutinho, “delineia-se, desta forma, a tentativa de demonstrar que o projeto iria consolidar/regular uma tendência natural de ocupação.” (COUTINHO, 1989, p.37). A população seria relocada para novos habitacionais construídos no mesmo local ou em áreas próximas.

A margem esquerda do rio Capibaribe, na época da concepção do Projeto Recife, era ocupada de forma pontual por assentamentos de baixa renda conhecidos como Vila do Vintém, Vila da Perimetral, Formigueiro/Santana, Poço da Panela, Cabocó. Mais tarde alguns desses assentamentos foram transformados em ZEIS. Já a margem direita era ocupada numa extensão maior, de forma contínua, pelos assentamentos Vila da Prata, Invasão Maria Viegas, Vila Apulso, além da Skylab/Ipatinga, que não estava totalmente contida na área do subprograma (COUTINHO, 1989).

A figura 33 mostra um Mapa do Recife com recorte ampliado do rio Capibaribe (em azul) e os cadastros da PCR realizados em 1978 (amarelo - assentamento de baixa renda), 1988 (verde escuro – assentamentos populares), 1998 (vermelho – áreas pobres), 2011 (verde claro – atualização das novas áreas) e 2014 (roxo - Comunidades de Interesse Social). As comunidades citadas encontram-se no polígono delimitado na imagem, nas margens do rio Capibaribe.

Figura 33: Mapa do Recife com a marcação dos assentamentos de baixa renda, assentamentos populares, áreas pobres e Comunidade de Interesse Social.



Fonte: Atlas das Infraestruturas Públicas em CIS do Recife, 2014, editado pela autora em 2022.

Ainda de acordo com o Volume II do Projeto Recife, p.75:

“o termo ‘áreas vazias’ ser utilizado para uma área já ocupada por população favelada (precariedade ocupada) é explicado no vol.2 do PROJETO RECIFE (estudos básicos da área): ‘os espaços ocupados por populações pobres, localizada às margens do rio, não comprometem a caracterização da área vazia, visto que não são adequadamente atendidas por redes de infraestrutura’.” (PROJETO RECIFE, 1981 apud Coutinho, 1989, p.37.).

A partir desses objetivos nasceu o **Parque do Capibaribe**, que se encontra no Volume XXV do Projeto Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE – URB, 1981). O Parque constitui uma parcela do Parque Metropolitano do Capibaribe, apresentado no PDSPM, que por ser muito extenso (abrangia desde a Ilha Joana Bezerra até o limite da cidade do Recife com o município de São Lourenço da Mata) foi dividido em três trechos para facilitar a operação. O **Parque do Capibaribe** em questão é equivalente ao segundo trecho daquele Parque do PDSPM, e está inserido entre a II Perimetral e a BR-101, com o equivalente a 116,05ha (Figura 34).

Figura 34: Setorização do Parque do Capibaribe.



Fonte: Projeto Recife, Volume XXV, mapa 06. URB, 1981 – editado por Isis Cavalcanti, 2002.

O Parque do Capibaribe idealizado pelo Projeto Recife em 1979 previa a criação de onze parques nas margens do rio: Jornal do Comercio (2,9ha), Santana (4,3ha), Poço da Panela (7,10ha), Monteiro (4,15ha), Apipucos (11,90ha), Olarias (26,23ha), Barbalho (15,95ha), Iputinga (1,58ha), Cordeiro I (12,20ha), Cordeiro II (26,14ha) e Torre (3,60ha), ao longo de uma extensão de 6,6km nas margens do rio, formando grandes espaços livres nas margens ou então ocupando apenas uma faixa de 20 metros, correspondente a área *non aedificandi*. Parte desses parques seria implantada em áreas onde eram antigos engenhos de cana de açúcar, negociadas com o setor privado, ou através da remoção de ocupações informais naquelas áreas.

Contudo, como será explicado mais adiante, surgiram conflitos entre a gestão municipal, a população que ocupava as áreas ribeirinhas e os empresários que pressionavam o setor público para a construção de habitação para a classe alta nas áreas que estavam se valorizando. A preocupação com o impacto ambiental que as edificações ao longo do rio implicariam não foi considerada (SÁ CARNEIRO, 2010).

Para a execução do Projeto, o **Subprograma Ocupação de Áreas Vazias do Capibaribe** foi dividido em quatro etapas de implantação, de acordo com as situações que se apresentavam na cidade: aquisição das terras; disponibilidade de aterro hidráulico; facilidade de implantação de redes; oferta de unidades do PROMORAR para abrigar as famílias deslocadas. Dessa forma, a localização estratégica das “áreas vazias” justificou as intervenções no local. Por estarem sujeitas a invasões, as áreas foram alvo de controle para a ocupação, tanto por uma questão das cotas de elevação do nível das águas, como para a preservação das margens prevendo-se a implantação do Parque do Capibaribe, quanto por interesse imobiliário.

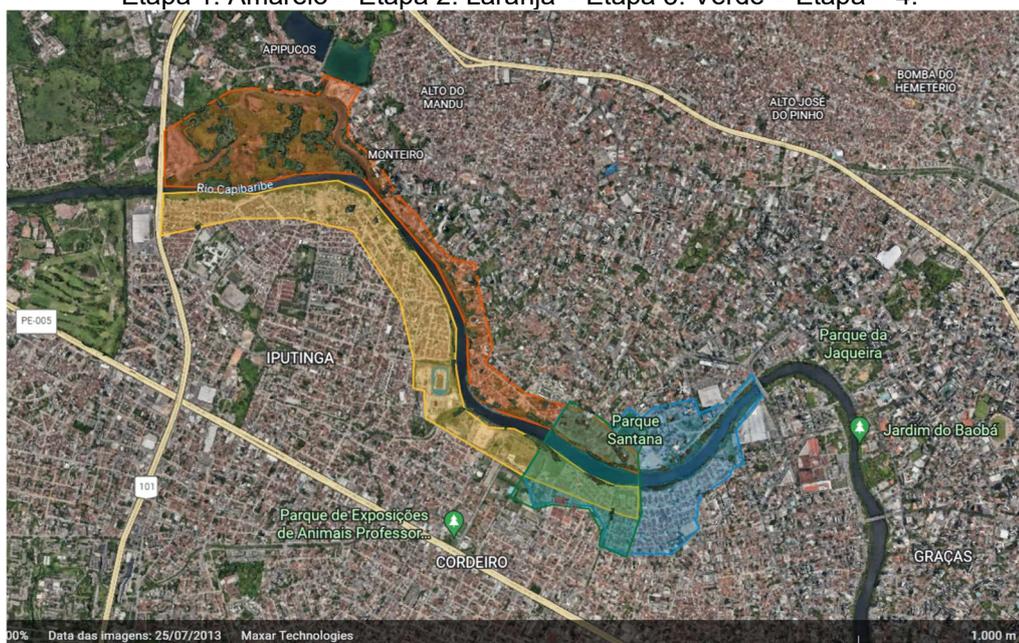
A **etapa prioritária** reunia as margens do rio Capibaribe entre a II Perimetral e o muro do Parque do Cordeiro do lado direito do rio e a rua Oliveira Góes do lado esquerdo (ver figura 35). Esta área correspondia a 55,28ha - 23,5% da área total do subprograma -, sendo 32,25ha reservados para habitação e 23,03ha, para parques. Por ser o trecho de intervenção do projeto mais próximo do centro da cidade, possuía maior facilidade de urbanização e maior interesse dos planejadores para criar infraestrutura espacial, trazendo valorização para área afetada, despertando interesse da especulação imobiliária e, conseqüentemente, a remoção dos assentamentos populares. Dentro do Subprograma essa intervenção corresponderia ao objetivo de “desafogar” o centro do Recife (COUTINHO, 1989).

“As favelas próximas do centro seriam removidas ‘em benefício dos favelados’ que receberiam novas casas, ‘em benefício da estética da cidade’ que se livraria do aspecto sujo das favelas, ‘em benefício do turismo’, enfim ‘em benefício da população em geral’.” (COUTINHO, 1989, P.38).

Existiam mais três etapas. As etapas 2 e 3 correspondem às margens do rio Capibaribe entre a ponte adutora da COMPESA e a BR-101, são os trechos mais próximos à zona oeste da cidade e demonstram uma intenção de maior urbanização nesta nucleação, sendo destinados 46,55ha e 30,79ha, respectivamente, para habitação, e 16,25ha e 38,13ha, respectivamente, para parques. Já a etapa 4,

localizada entre a linha que passa pelo muro do Parque do Cordeiro até o prolongamento da adutora da COMPESA - 48,6ha), foi incorporada à etapa 1 (figura 35). Essa etapa possuía grande parte de sua extensão reservada para parques e preservação ambiental (38,64ha) e uma proporção menor de área reservada para habitação (9,96ha). Estudo de Coutinho (1989) questiona o real motivo de ser incorporada à primeira etapa, se foi para ampliar a área de preservação ambiental, ou se havia uma intenção de reservar áreas vazias para futuras ocupações, após a valorização da área. Visto que atualmente as áreas destinadas aos parques não receberam o uso previsto pelo projeto, e que em grande maioria foi ocupada por edifícios classe média ou alta, concluímos que de fato as intenções de reservar tais áreas devem ser questionadas.

Figura 35: Áreas das etapas do Subprograma Ocupação de áreas Vazias. Legenda: Azul = Etapa 1. Amarelo = Etapa 2. Laranja = Etapa 3. Verde = Etapa 4.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2022.

Os moradores relocados iriam receber uma casa na Vila de Santa Luzia, no bairro da Torre, localizado na margem direita do rio Capibaribe. O Projeto Recife destinou os terrenos da margem esquerda para moradia de classe alta, negociados com o mercado imobiliário, já os terrenos da margem direita ficariam reservados para construções do PROMORAR. Sendo assim, o padrão de moradia já existente nas margens do rio se manteria - na margem direita, renda baixa e na margem esquerda, famílias de renda média e alta. A manutenção da tendência de ocupação se manteve

(PROJETO RECIFE, SUB-PROGRAMA OCUPAÇÃO DE ÁREAS VAZIAS, VOL. 3, P.32 *apud* COUTINHO, 1989, p.55).

As famílias que fossem removidas poderiam receber indenização ou uma casa na Vila Santa Luzia. Tais casas seriam construídas pelo PROMORAR e as famílias arcariam com as prestações mensais do sistema. Após manifestações da população e de organizações em prol da mesma, a Prefeitura se comprometeu em “dar casa por casa”, ou seja, as famílias não precisariam pagar as parcelas mensais. Contudo, essa situação nunca foi resolvida. Os atrasos na execução do Projeto Recife fizeram com que a discussão sobre a remoção da população se estendesse por meses, com reuniões da associação de moradores das comunidades das margens do rio, vereadores, agentes da prefeitura e técnicos do Projeto Recife, a população permanecia no local, e mais gente chegava nas áreas que já estavam indicadas pelo Projeto Recife. Na gestão seguinte, do prefeito Joaquim Francisco (1983-1985), a Prefeitura assumiu o compromisso “casa por casa” (COUTINHO, 1989). Sabe-se que muitos moradores receberam a casa nova e em seguida venderam, para ocupar outra novamente outra área.

Alguns problemas foram constatados ao transferir as comunidades das margens do rio para a área de Santa Luzia. Os moradores não se entrosaram entre si, havendo conflitos com comunidades diferentes, além da presença de outras pessoas que não haviam sido transferidas, mas que conseguiram, de algum jeito, morar em na área destinada às moradias das famílias transferidas.

Apesar de terem mudado de habitação, a condição econômica da população permanecia a mesma. A intenção apresentada pela prefeitura com o Projeto Recife era de manter a população nas imediações, contudo estava acontecendo o contrário:

“das 1004 famílias radicadas na área atingida pela primeira etapa do projeto, 801 já tiveram suas casas desapropriadas. Destas, 248 receberam indenização e abandonaram seus bairros de origem, e apenas 64 foram removidas para novas casas” (Diário de Pernambuco, 21-07-1985, p. 14A. “O projeto Recife atrasa e gera desconfianças”).

Na época do projeto, década de 1980, diversas matérias dos jornais locais da cidade publicaram notícias sobre o Projeto Recife acompanhando as polêmicas envolvendo a população e a prefeitura sobre os entraves da realocação das famílias ribeirinhas, obras atrasadas e também executadas.

Com a liberação de algumas áreas nas margens do Capibaribe ocupadas pelas comunidades carentes, a URB negociaria com o mercado imobiliário, de tal maneira que o dinheiro da venda de tais terrenos seria utilizado para a construção das casas populares, para as quais parte da comunidade iria ser transferida. Essa técnica era conhecida como “cruzamento de recursos”. As comunidades que estavam na margem esquerda do rio, próximas à Avenida Dezesete de Agosto - favela do Formigueira e da Perimetral - foram as primeiras a serem removidas (COUTINHO, 1989, p.80).

O segundo subprograma que compunha Programa de Revitalização do Capibaribe se chamava Subprograma de Urbanização das Áreas Pobres. Cobria uma área de 238,5ha, correspondente à 15,3% da área total do Projeto Recife. O objetivo era melhorar a qualidade dos espaços onde famílias de baixa renda habitavam e consolidar os assentamentos. Assim como o Subprograma de Áreas Vazias, este Subprograma foi dividido em áreas e etapas. As áreas correspondiam às áreas pobres de morro, de planície e de beira-rio. A primeira etapa da urbanização selecionou o Alto do Mandu, como área morro, e Torrões, como de planície. Eram duas áreas modelo, para iniciar a intervenção. Posteriormente, a segunda etapa agregava áreas de planície e de morro e as terceira e quarta etapas incluíam apenas áreas de planícies.

Nas áreas pobres de morros estavam as ocupações mais antigas, onde os assentamentos já estavam consolidados, eram áreas próximas que estavam nos limites dos morros de Casa Amarela. Como os morros estavam saturados em termos de população, o Projeto Recife não considerou inicialmente que essa área seria passível de substituição do tipo de ocupação, então não a enquadrou como uma área sujeita a adensamento. Em oposição a essa situação, as áreas pobres de planície e de beira-rio foram classificadas nos estudos do Projeto Recife como sujeitas a adensamento e invasões. Essas áreas ocupadas nas margens do rio chamavam atenção pela quantidade de invasões, elas foram classificadas como “áreas vazias” também do subprograma desse mesmo nome, e seriam removidas. As áreas pobres de planícies foram caracterizadas com a “tendência de expulsão pelo “mercado imobiliário” da população de baixa renda, e estariam também adensadas em termos populacionais (COUTINHO, 1989).

O Alto do Mandu possuía uma certa organização popular, independente da atuação dos Núcleos de Planejamento Comunitário da Prefeitura. Tais Núcleos ficaram conhecidos como ‘barracões’, e de acordo com Coutinho:

“Estes núcleos, eram bases avançadas para regular a participação popular, foram criados na gestão do prefeito Gustavo Krause através de decreto em 11.02.80 e foram instrumentos importantes para as intervenções/planejamento do PROJETO RECIFE.” (COUTINHO, 1989)

A maioria dos ‘barracões’ encontravam-se em Casa Amarela, pela razão de que lá estavam os movimentos populares mais organizados. Na visão da Prefeitura era preciso ter esses contatos nas comunidades que possuíam alguma organização, pela pressão vinda das comunidades. Sendo assim, o Alto do Mandu

“funcionaria como um exemplo para as comunidades vizinhas e atrairia as organizações destas áreas legitimando a administração municipal e favorecendo a regulação/controlado daquelas áreas” (COUTINHO, 1989, p.42).

A outra área modelo escolhida, Torrões, ainda que não houvesse uma mancha densa de assentamentos, havia preocupação de invasões a terrenos de propriedade privada (COUTINHO, 1989). O assentamento Jiquiá-Remédios (Figura 36) ocupava pontos difusos do bairro e estavam sempre sujeitos a alagamentos dos rios Jiquiá e Tejipió. Não se percebia ali uma organização da comunidade tão forte como nos morros, e o “barracão” foi instalado para dar condições para a implantação do Projeto Recife na área, além de controlar as possíveis futuras invasões (PROJETO RECIFE, 1981, apud Coutinho, 1989, p.43). Segundo Coutinho, as áreas dos assentamentos foram mapeadas pela Prefeitura e mais tarde tornaram-se em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), significando um ganho para parte da população. Sendo assim, as áreas pobres do Projeto Recife obedeceriam à urbanização preestabelecida para aquelas áreas especiais<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> A Lei que instituiu as ZEIS foi aprovada em 1983 preservando 27 ZEIS.

Figura 36: Assentamentos populares do início da década de 1980. Em vermelho o complexo Jiquiá-Remédios.



Fonte: Fonte: ORTIZ e HUE, 1987 apud NASCIMENTO, 2017 editado pela autora em 2022.

O terceiro e último subprograma do Projeto Recife foi intitulado Subprograma de Complementação Urbana, abrangendo uma área de 1537 hectares que foram considerados ocupados e sujeitos a adensamento (COUTINHO, 1989). A extensão dessa mancha foi dividida em três níveis: *áreas urbanizadas*, *áreas parcialmente urbanizadas* e *áreas precariamente urbanizadas* (ver Figura 30, página 58). A diferença entre essa classificação era a presença dos problemas de drenagem e acessibilidade (PROJETO RECIFE, PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO URBANA, VOL. V, 1981).

As áreas consideradas urbanizadas pelo Projeto Recife possuíam rede de serviço de água, esgoto, sistema viário, drenagem, telefone, etc. Eram áreas valorizadas, como Casa Forte e Parnamirim, habitadas por população de renda alta, estavam na margem esquerda do rio Capibaribe. A segunda área, classificada como parcialmente urbanizada, era composta por bairros localizados ao longo das principais vias de acesso com serviço de água, iluminação, pavimentação e drenagem, contudo não possuía macrodrenagem eficiente. E por último as áreas precariamente

urbanizadas, possuíam água e energia, porém com problemas de drenagem e acessibilidade (COUTINHO, 1989, p.44).

As áreas de complementação urbana foram classificadas pela a necessidade de “induzir a ocupação”, já que foram classificadas como áreas adensáveis, eram zonas onde a população possuía renda superior a 3 salários mínimos. Ao intervir em áreas com certa valorização, a tendência era valorizar ainda mais tal área, e assim, ampliar a especulação imobiliária.

A infraestrutura na área de complementação urbana compõe-se de obras de macrodrenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, micro drenagem. O problema maior era as desapropriações que teriam que ser feitas para que as obras de complementação urbana fossem executadas, o que demandaria um valor alto que o Banco Mundial não previa, tal valor teria que vir da articulação dos órgãos municipais, estaduais e federais.

Vale lembrar que neste cenário dois parques, dos onze previstos no Projeto Recife, haviam sido executados. Foram eles: o Parque Santana e o Parque do Cordeiro, além do Parque da Jaqueira, que não estava programado dentro das ações do Projeto Recife apesar de estar localizado na frente d’água do rio Capibaribe.

O atraso na execução do Projeto Recife foi um assunto que se tornou muito discutido nos jornais da cidade. O presidente da URB (Ricardo Couceiro) e o coordenador do Projeto (Ricardo Dornelas Camara) frequentemente eram convidados a responder perguntas sobre o PR, e, de acordo com os gestores, o atraso se dava pela complexidade do projeto que envolvia vários órgãos e várias escalas. Um acordo havia sido firmado com o Banco Mundial em julho de 1982, então a liberação dos recursos era a nível federal.

Soma-se a esse fator, a conjuntura política da época. Pela primeira vez após o golpe militar de 1964, o prefeito seria eleito pelo voto popular, pois até então, ele era nomeado pelos governadores. Nesse cenário, Jarbas Vasconcelos foi eleito em 1985 substituindo Joaquim Francisco a partir de 1986. Outras articulações políticas se formaram, e pode-se notar que não haveria continuidade das ações entre uma gestão e outra (COUTINHO, 1989).

A gestão de Jarbas Vasconcelos promoveu um Seminário de Redirecionamento do Projeto Recife afim de conceber uma nova metodologia para implantação do planejamento participativo.

### 3.2 SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO DO PROJETO RECIFE

As críticas sobre o Projeto Recife vêm da maneira como esse processo se efetivou, apesar de fazer uso da participação popular como instrumento de planejamento, de supostamente negociar as decisões e convocar reuniões consultivas, mesmo que não fossem deliberativas, eram parte do planejamento participativo do Projeto Recife, contudo as decisões foram tomadas de cima para baixo sempre (COUTINHO, 1989).

A área de intervenção do Programa de Revitalização do Capibaribe do Projeto Recife era marcada por uma disparidade social entre a ocupação da margem direita e margem esquerda do rio, diferença essa que foi reforçada pelo Projeto. As comunidades alvo de remoção foram transferidas para a vila Santa Luzia localizada na margem direita do rio, que já abrigava operários das fábricas existentes pelos bairros da Torre. Algumas comunidades não foram transferidas, o que causou conflitos entre a população e chamou atenção devido ao processo de valorização das áreas. Com as margens do rio “livres” da ameaça de enchentes após a construção das barragens e da retificação da calha do rio e com a intervenção do Projeto Recife - remoção da população de baixa renda e investimentos em infraestrutura - fica evidente a valorização dos terrenos na margem esquerda do rio.

No segundo ano da gestão de Jarbas Vasconcelos, 1987, aconteceu um Seminário de Redirecionamento do Projeto Recife. Os objetos de tal seminário foram sobretudo as áreas que ficaram de fora do Projeto Recife, as questões envolvendo a especulação imobiliária, que era notícia nos jornais da cidade, e a falta de entendimento entre a prefeitura e a população - a tecnocracia. Coutinho (1989) menciona que os ‘barracões’ (Núcleos de Planejamento Comunitário) não foram bem aceitos pelas organizações populares e que na gestão de Jarbas Vasconcelos a prefeitura tentou usar outras formas de contato com os movimentos populares.

O Projeto Recife se deparou com a dificuldade de financiamento para construção de parques, os quais seriam construídos com a liberação das áreas previstas nas margens do rio Capibaribe. O meio de achar o financiamento foi destinar algumas daquelas áreas para o uso habitacional multifamiliar privado, ao negociar com o capital privado das imobiliárias, a prefeitura pode financiar as remoções e construir o Parque Santana (COUTINHO, 1989).

Entende-se que a questão da moradia foi um ponto forte do Projeto Recife e a insegurança das comunidades que seriam removidas foi se transformando em descrença com o Projeto, que próximo às eleições de 1985 tornou-se alvo de polarização para as campanhas políticas.

Como mencionado, na gestão de Jarbas Vasconcelos houve uma revisão do Projeto Recife. O movimento popular ganhou espaço para ir até a prefeitura e criou-se uma expectativa de mudanças e avanços no Projeto. As reivindicações foram sobretudo relacionadas à moradia e à participação das comunidades no planejamento, decisões e mudanças do Projeto Recife (COUTINHO, 1989). A questão da participação social era um carro chefe do Projeto Recife, que desde de sua elaboração carregava o discurso, contudo essa diretriz não foi respeitada nem da elaboração, nem da execução do projeto.

A elaboração do Projeto Recife buscava em seu discurso incentivar a participação popular. Os “barracões” eram um instrumento de contato entre a gestão municipal e os moradores dos bairros. Contudo, as críticas da análise de Maria Cristina Coutinho (1989) e algumas reportagens dos jornais da época mostraram que na prática não foi assim que o projeto se desenvolveu.

No volume do Projeto que trata do Subprograma de Ocupação das Áreas Vazias há uma explicação de como se definiu os percentuais de ocupação, para parques (40%) e habitacionais (60%), com ênfase na densidade populacional, índice e taxa de ocupação de acordo com padrões e tipologia das edificações. O Projeto Recife planejou criar uma legislação específica para a área para preservar a ocupação “racional e integrada ao contexto urbano” (PROJETO RECIFE, SUBPROGRAMA DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS VAZIAS. VOL. III, P.129-133 apud COUTINHO, 1989). A preocupação do Projeto era consolidar as tendências naturais de ocupação das áreas através do que ele julga como “potencialidades da área”.

“Na implementação do ‘desenho urbano’, um dos fatores considerados foi a compatibilização com a vizinhança segundo o padrão de renda; além dos chamados fatores físicos (aterro, resistência do solo, preservação, condições naturais) e fatores econômicos (menores custos com extensão de redes). Apesar da utilização da linguagem técnica, [...], o discurso da participação também é componente importante de todo o projeto” (COUTINHO, 1989). Enquanto algumas decisões foram tomadas com justificativa puramente técnica, o discurso do planejamento participativo entremeia o projeto como um interesse de classes.

Os objetivos gerais do Projeto Recife enfatizavam a preocupação com a população de baixa renda e o envolvimento com a questão social, além da ordenação do território, de modo racional, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Recife e Plano de Organização Territorial da FIDEM (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, URB. SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO - CIRCULAÇÃO INTERNA, 1986, P.3 apud COUTINHO, 1989). Contudo, segundo o documento citado acima, a gestão anterior a de Jarbas Vasconcelos, a idealizadora do Projeto Recife (a gestão de Gustavo Krause), concentrou os investimentos nas áreas nobres da cidade ou com tendência a valorização, instalando mais infraestrutura nessas áreas. Mesmo que tais áreas tivessem sofrendo por inundações constantes, o problema havia sido parcialmente resolvido com a construção das barragens e retificação da calha do rio Capibaribe. Sendo assim, as mesmas áreas estariam em pleno processo de valorização, já que anteriormente eram pouco valorizadas devido às ameaças das águas.

Com as ações previstas pelo Projeto Recife, as áreas que eram ocupadas pela população de baixa renda, justamente por não serem valorizadas pela classe média e alta, ao ficarem “livres” dos assentamentos populares - apesar do nome do Subprograma “áreas vazias” é sabido que o local era ocupado por casebres das comunidades ali instaladas - passariam por um processo de especulação imobiliária. As famílias que foram removidas dessas áreas teriam prioridade nas vilas populares do Projeto Recife, que seriam construídas pelo PROMORAR. Técnicos da Prefeitura, na gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos, explicitaram que havia objetivos secundários no Projeto, no sentido de concentrar investimentos nas áreas em processo de valorização imobiliária e transformar o uso do solo nas margens do rio Capibaribe, nos bairros próximos ao centro da cidade, atraindo investimento do capital privado ao liberar áreas urbanizadas (COUTINHO, 1989).

O documento de Redirecionamento do Projeto Recife constata que na gestão do prefeito Joaquim Francisco (1983-1985) o número de habitações para classe de renda alta aumentou 238%, enquanto para classe baixa e muito baixa diminuiu 100% e 13%, respectivamente. As comunidades Perimetral, Vila da Prata, Formigueiro e Apulso foram as quatro áreas que sofreram intervenção no processo de implantação do Projeto Recife: 47% dos moradores desses locais foram indenizados, enquanto o restante foi removido para as unidades habitacionais da área do Projeto Recife. De

acordo com a pesquisa de Coutinho (1989), constatou-se que grande parte das famílias removidas venderam suas casas novas e foram para outras comunidades.

Nota-se que para além da problemática das ameaças de enchentes, a ocupação indevida das margens tem uma dinâmica na cidade que define um tipo de relação entre as comunidades ribeirinhas e o rio. Essa problemática também vai além da falta de infraestrutura de drenagem, esgotamento sanitário e abastecimento de água, por exemplo.

Além das críticas do Seminário de Redirecionamento, foram propostas no documento a integração entre as instâncias municipal, estadual e federal e também a abertura de novos canais de participação popular, como resolução dos problemas mais persistentes do Projeto, em atraso. Apesar da articulação institucional ser umas das ênfases dadas pelo Projeto Recife em 1981 ao ser elaborado, a falta da mesma tornou-se um entrave que foi usado como justificativa ao longo dos anos pelo atraso da implementação das ações propostas. Porém, o Projeto tornou-se “um emaranhado complexo e de difícil articulação” (COUTINHO, 1989).

Após o Seminário de Redirecionamento foi elaborado um volume para ser divulgado externamente. Neste documento publicado, algumas discussões internas entre os técnicos da gestão de Jarbas Vasconcelos foram amenizadas como, por exemplo, as críticas às áreas de atuação do projeto original, que, na prática, destinou-se à finalidade de remover as comunidades de baixa renda das localidades próximas ao rio Capibaribe que tinham “tendência” a valorização imobiliária (SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO - PROJETO RECIFE, 1987, P.2 apud COUTINHO, 1989).

É preciso ressaltar que a questão habitacional era um ponto de conflito na RMR à época do Projeto Recife. As ocupações ilegais eram constantes e geralmente vinham sendo resolvidas com repressões violentas por parte dos órgãos de gestão. Com o Projeto Recife a postura do governo muda e a política de participação social entra em cena. Contudo, como já foi explicado ao longo do processo do Projeto, essa participação foi distorcida na prática, ficando muitas vezes apenas no papel. Na gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos, o documento do Redirecionamento do Projeto Recife assume uma postura de consolidação das comunidades. Contudo, segundo Coutinho (1989), as críticas internas dos técnicos da URB ao projeto original versavam sobre a intenção de expulsão daquelas comunidades.

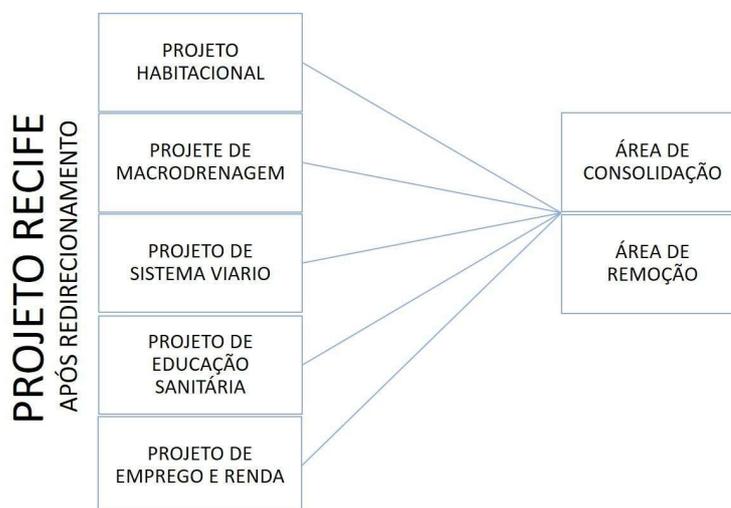
Ficou registrado no documento que a “tendência natural” das áreas às margens do rio seria cumprida. Ou seja, na margem direita seriam construídas casas populares

e na margem esquerda, casas para a classe média/alta. A remoção dos assentamentos populares dessa área e venda dos terrenos iriam financiar os recursos a serem utilizados na margem oposta, já que com a construção das barragens Tapacurá, Goitá e Carpina, o risco de inundações havia diminuído, como já explicitado anteriormente.

Finalmente, a proposta de redirecionamento propunha que o Projeto Recife fosse agrupado em *Projeto Habitacional*, *Projeto de Macrodrenagem (canais)*, *Projeto de Sistema Viário*, *Projeto de Educação Sanitária* e *Projeto de Emprego e Renda*, sem divisões de etapas e áreas de intervenção. Cada projeto seria viabilizado como um todo integrado. (SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO - PROJETO RECIFE, 1987, p.4 a 6).

Em relação às áreas de intervenção a nova proposta se dividiu em duas áreas, denominadas de área de consolidação e área de remoção. A primeira abrangia áreas a serem urbanizadas e a segunda, áreas que imprescindivelmente seriam desocupadas para receberem obras de canais, sistema viário, entre outras obras. Ver figura 37 a seguir:

Figura 37: Projetos e áreas do Projeto Recife após o Seminário de Redirecionamento, 1987.



Fonte: Autora, 2022.

Um ponto importante do Redirecionamento do Projeto Recife foi uma tática para evitar a especulação imobiliária. O “novo” Projeto propõe um instrumento denominado Concessão do Direito Real de Uso (CRDU) por um período de 60 anos, renovável por mais 60. Segundo Coutinho (1989), ainda seriam consolidadas algumas

áreas como ZEIS<sup>13</sup> e aplicado o PREZEIS, tentando controlar a especulação sobre os imóveis destinados à população de baixa renda.

Após o Seminário de Redirecionamento, se criou uma comissão de acompanhamento do Projeto Recife, a Comissão Geral do Projeto Recife (CGPR), para que a população acompanhasse as ações do Projeto Recife, necessidade enfatizada pelo professor Luis de La Mora da UFPE, naquela época assessor do movimento popular.

Após o Seminário de Redirecionamento, se criou uma Comissão Geral de acompanhamento do Projeto Recife para que a população acompanhasse as ações do Projeto Recife, necessidade enfatizada pelo professor Luis de La Mora da UFPE, naquela época assessor do movimento popular.

### *3.2.1 Comissão Geral do Projeto Recife*

A CGPR teve sua composição estabelecida em maio de 1987, através da participação de organizações populares das áreas envolvidas no Projeto Recife e dos assessores do movimento popular, com o objetivo de informar oficialmente à comunidade sobre o Projeto Recife, informar a prefeitura irregularidades na execução do Projeto nas comunidades e além disso, articular as comunidades que se encontravam isoladas e sem organização para a luta junto com outras áreas. O papel da CGPR, além de tudo já citado, era articular apoio político e da opinião pública, conseguir assessoria técnica para fiscalizar as obras, compreender os documentos técnicos da URB e também o fluxo financeiro (COUTINHO, 1989).

A primeira reunião da Comissão com a URB aconteceu alguns meses após a formação do grupo, para responder dúvidas que foram enviadas em um documento para o órgão da prefeitura. Ficou esclarecido que a prioridade para execução do Projeto Recife seria a remoção da população que vivia nas margens dos canais – como o Cavouco, Caiara e São Mateus. Em seguida, as demais áreas que possuíam os recursos garantidos, que eram Mandu, Santa Isabel, Torrões e Apipucos, e, então,

---

<sup>13</sup> As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram criadas em 1983, quando o espaço urbano da cidade foi dividido em seis tipos de zonas. Na ocasião, 27 favelas foram transformadas em ZEIS, sendo que Recife possuía inúmeras áreas de ocupação subnormal e informal, que poderiam ter sido também classificadas como zona especial. A prioridade seria “a função social da terra, com legalização da posse da terra, inclusão de assentamentos espontâneos, a classificação de ZEIS, formação de comissões com participação da comunidade para elaboração e legalização do pano da posse da terra de casa ZEIS” (COUTINHO, 1989, P.131)

depois seriam atendidas áreas que possuíam plano diretor concluído ou projeto executivo em andamento.

A área do Projeto Recife (igual a área do Programa de Revitalização do Capibaribe) foi dividida em cinco sub-áreas: (1) Várzea, composta pelas comunidades de Campo do Banco, Ambolê, Brasilit, Caxangá; (2) Iputinga : Caiara, Bomba Grande, Poço do Alto, Skylab 2, Vila São Pedro, Barbalho, Irã- Iraque, Aritana, Monsenhor Fabrício; (3) Torre: Vila Santa Luzia, Sítio Berardo, Sítio Cardoso, Cacique, Torre, Zumbi; (4) Torrões: Cordeiro, Prado, Cabo Honorato, Engenho do Meio; (5) Casa Amarela: Alto do Mandu, Canal da Macaxeira (Casa Forte).

“A negociação entre a URB e a CGPR demonstrava ser de pouca importância, pois na hora de uma decisão importante, esta era apenas comunicada à comissão geral, que se incumbia de comunicá-la ao grupo das organizações populares das áreas do Projeto Recife”. Foi um processo de ‘leva e traz’ que prejudicava a comunicação. A população começou a desacreditar na execução do projeto e conseqüentemente, quando havia reuniões sobre o projeto, poucos moradores das comunidades iam. As próprias comunidades não entravam mais em um consenso e vem à tona também uma rivalidade entre as áreas, as áreas do PROJETO RECIFE não podem ser tratadas como um bloco homogêneo. Cada área se distingue por sua história própria, grau de necessidade, nível de organização, etc.” (COUTINHO, 1989, p.151).

Na opinião de Coutinho (1989) a Comissão Geral tinha potencial de se tornar um verdadeiro conselho popular, contudo o redirecionamento e a participação popular apenas geraram uma expectativa grande em meio à população. Dentre as críticas da CGPR estava a que o Projeto Recife se tornou um projeto de retificação de canais, construção de ruas e da Avenida Beira Rio, além de que não iria mais trocar “casa por casa”.

Em um dos encontros entre a Comissão Geral e os órgãos públicos, a população sugeriu reduzir o número de hortas comunitárias<sup>14</sup> para construir habitacionais. Contudo, a URB deixou claro que não podia deixar de priorizar as áreas destinadas para parques. Como as hortas eram temporárias, estas permaneceram até que um parque fosse implantado no local destinado (COUTINHO, 1989).

Na gestão de Joaquim Francisco (1983 a 1985), dois parques foram executados, o Parque da Jaqueira e o Parque de Santana. Os parques foram “herdados” do Plano Diretor dos Parques Metropolitanos, concebido no governo de

---

<sup>14</sup> As hortas comunitárias faziam parte do outro programa do Projeto Recife, o Programa de Emprego e Renda (ver Figura 30, pagina 58).

Gustavo Krause, pela FIDEM. Porém, o Parque da Jaqueira não estava dentro da área do Projeto Recife, apesar de sua proximidade com o rio Capibaribe e da sua relevância nos espaços livres de lazer da cidade, e algumas dessas áreas reservadas para parques foram ocupadas anos depois, parte pela especulação imobiliária, com a venda dos terrenos da prefeitura, parte pelo avanço dos assentamentos populares.

Por um lado, a ampliação e a destinação da verba do PR para outras áreas da cidade que não fossem as áreas restritas do projeto foi justificada como uma alternativa de desconcentrar a verba, por outro, a situação das famílias que lutavam pela troca de casa (casa por casa) na remoção das comunidades das margens do rio, continuava indefinida. Diversas lideranças e a população em geral organizaram protestos para lutar por essa questão da moradia, que para além do problema financeiro, enfrentava um problema de vontade política.

Após uma passeata em fevereiro de 1988, a qual a sociedade civil e diversos partidos políticos apoiaram, “a prefeitura se comprometeu em resolver o impasse. Para isto, propôs a transformação das áreas vazias e áreas de consolidação em ZEIS para evitar a especulação imobiliária, indenização por remoção e vendas dos lotes de Santana (margem esquerda) à iniciativa privada” (COUTINHO, 1989, p. 158 e 159).

O processo de transformação dessas áreas em ZEIS seria lento, contudo, fundamental para esta nova etapa do Projeto Recife. Precisaria modificar a lei n.14.511/83 que dizia que as zonas especiais deveriam ser áreas de assentamentos populares e não poderiam ser áreas de conjuntos habitacionais, como era o caso de alguma daquelas áreas. A participação social seria importante naquele momento, por isso foi convocada uma assembleia com os moradores da área para discutir as ações a serem tomadas em relação às áreas vazias da margem esquerda do rio. Segundo Coutinho:

“A decisão a ser tomada era quanto à venda dos terrenos da margem esquerda (6,5ha); para, com o dinheiro obtido desta forma, construir 1000 casas na margem direita. Porém compareceram a esta assembleia apenas 160 pessoas, o que já indica um certo esvaziamento da participação”. (COUTINHO 1989, P.160)

Após uma votação da assembleia ficou decidido que os terrenos seriam vendidos. Ou seja, em um ano de discussão sobre aquelas áreas vazias, a proposta original do Projeto Recife se consolidou. Os terrenos da margem esquerda, que eram o motivo da mobilização da população ribeirinha, seriam vendidos para que com o lucro da venda fossem construídos habitacionais na margem oposta do Capibaribe. A

discussão se aprofundou ainda por alguns anos sobre esta decisão, com convocações de reuniões e assembleias. Em 1989 os terrenos em questão na margem esquerda ainda não haviam sido vendidos. Assim, o Projeto Recife fica caracterizado como um projeto de ação lenta e as negociações ficaram prejudicadas pela incompreensão de questões técnico-financeiras; além das rivalidades/divisões internas da própria comissão geral.

Na visão de Coutinho (1989), o benefício do Projeto Recife juntamente com a comissão geral, foi ter proporcionado a **participação da população nas discussões**, apesar de que as decisões vindas da administração já estavam praticamente consolidadas. Outra questão que vai de encontro a participação social é a dificuldade quanto à obtenção de informações e as contradições de classe. “Os discursos, a boa vontade, não são suficientes, pois a mudança de fato implicaria em deslocamento de dominação” (COUTINHO, 1989, p.165).

Até 1988, ano que finalizava os contratos e financiamentos do Projeto Recife, foram realizadas obras de: pavimentação de ruas, construção de escadarias, canais, canaletas, muros de arrimos e retaludamento de encostas. Também foram executadas obras de contenção de morros e córregos da zona norte, sul e oeste e a construção da Vila de Santa Luiza; contudo, o Parque Caiara estava esperando execução e os lotes da margem esquerda ainda não haviam sido vendidos. O prefeito que sucedeu Jarbas Vasconcelos foi novamente Joaquim Francisco, em 1989, que afirmou a prioridade da Prefeitura direcionada à criação de parques comunitários e pomares urbanos em áreas livres da cidade.

As dificuldades inerentes à complexidade do Projeto Recife foram empecilhos para a execução do projeto, contudo uma das questões que chama atenção é a forma como as informações e ações eram repassadas. Apesar da instalação dos ‘barracões’, as informações não eram transmitidas claramente, o que causou desentendimento da população.

Por fim, pode-se destacar a resiliência da população, na capacidade de reorganização das comunidades e de adaptação das pessoas que viviam, e vivem, frente à condição de vulnerabilidade nas margens do rio. Coutinho (1989, p.168) alerta que “as dificuldades de organização popular passam mesmo pelas próprias dificuldades da vida do dia-a-dia”. Um dos pontos importantes do Projeto Recife para os projetos posteriores para o rio Capibaribe e para a cidade em geral foi a **conquista**

**do movimento popular, da força e busca por estratégias de lutas coletivas** para sobreviver.

O próximo capítulo compreende a fundamentação teórica e a condução do olhar da pesquisa para chegar na lente da resiliência socioecológica. Partiremos do conceito de resiliência até chegar à resiliência socioecológica. Através dessa lente, voltaremos a tratar do Projeto Recife no capítulo 4.

### 3.3 A RESILIÊNCIA E OS NOVOS PARADIGMAS PARA AS CIDADES

Este item se propõe a fazer uma revisão sobre o conceito de resiliência para subsidiar o aporte teórico da pesquisa juntamente com o projeto da paisagem. Esses dois conceitos serviram de instrumento para a construção da metodologia da pesquisa.

Primeiramente discutiremos os diversos conceitos aplicados à resiliência, baseado em artigos científicos nacionais e internacionais, além de livros e cartilhas publicados por entidades internacionais que se dedicam ao tema, tais como o Centro de Resiliência de Estocolmo, o *Instituto Sudamericano para Estudios sobre Resiliencia y Sostenibilidad*, o *Resilience Alliance* e as Agências Internacionais das Nações Unidas que tratam de risco de desastres. Em seguida nos aprofundaremos na resiliência socioecológica e suas abordagens, para então tecer a sua relação com o projeto de paisagem e, então, com o objeto empírico do trabalho – o Projeto Recife e o rio Capibaribe.

Entendemos que em cidades como o Recife com adensamento elevado, suscetíveis a eventos naturais devido às características fisiográficas, próxima ao nível do mar, em uma planície flúvio-marinha, construída sobre diversos aterros e sujeita a enchentes, a resiliência deveria ser uma pauta constante.

Apesar de ao longo dos anos pesquisas e teorias de resiliência terem sido desenvolvidas, é comum no entendimento de diversos estudiosos que não existe uma definição universalmente aceita. Mesmo assim, a resiliência ganhou importância na agenda internacional para guiar decisões políticas e para medir quais sistemas se recuperaram mais rápido, ou têm menos perdas frente aos impactos sofridos (BOLLETTINO et al, 2019).

Concordamos com Bollettino (op. cit.) e outros pesquisadores que ainda é necessário um “léxico comum” entre os diferentes entendimentos dos conceitos de

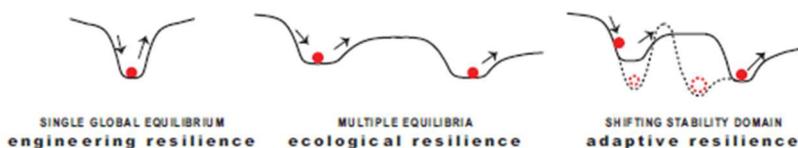
resiliência e os meios de dimensioná-la, e é importante ressaltar que o presente estudo se deparou com essa dificuldade ao levantar o material teórico para a pesquisa. Ainda assim, o conceito de resiliência é uma ponte entre várias disciplinas e, ao passo que os objetos de análise variam, a medida da resiliência também se diferencia.

Como explicitado, o conceito de resiliência permeia muitos campos disciplinares. Segundo Furtado (2015), ele nasceu no âmbito das ciências físicas e matemáticas, porém passou a ser desenvolvido e aplicado em outros campos de estudo, como psicologia, ecologia, engenharia, entre outros. No âmbito dos estudos ecológicos, esse o conceito foi introduzido por Crawford Holling, ainda na década de 1970.

Na teoria ecológica de Holling (1973), a resiliência é uma medida da capacidade de um sistema absorver os choques de uma perturbação, porém mantendo suas relações internas. “Quanto menor o tempo para retornar ao equilíbrio original, mais resiliente era um sistema” (BOLLETTINO et al, 2019, p.3. Tradução livre).

A resiliência ecológica possui uma visão mais ampla do que a resiliência da engenharia. Esta última se preocupa com o tempo de retorno ou rapidez que um sistema ou indivíduo volta ao equilíbrio anterior. A resiliência ecológica considera um contexto mais amplo. Após sofrer uma perturbação, o sistema procura uma estabilidade, que pode ou não ser o seu equilíbrio original – antes do distúrbio. Aqui interessa a magnitude da perturbação (LABOY e FANNON, 2016). Ver figura 38.

Figura 38: Modelos representativos dos tipos de resiliência.



**Figure 2:** Ball and cup model of system stability in competing resilience frameworks. The valleys in the surface represent equilibrium or stability domains, the ball represents the system, and arrows represent disturbances. Adapted from Gunderson (2000) and Scheffer (1993).

Fonte: LABOY e FANNON, 2016, p.42

Ainda segundo os autores citados, existe um terceiro tipo de resiliência, que é uma resiliência adaptativa, chamada de resiliência socioecológica. Aqui, a mudança do contexto externo ao sistema também é levada em consideração para a estabilidade

de tal sistema. Em síntese, ao contrário do sistema ecológico natural, um sistema socioecológico tem sua capacidade adaptativa determinada também pelos atores sociais, que podem ou não ter intenções em provocar o distúrbio (WALKER et al., 2004 apud LABOY e FANNON, 2016). Ver figura 39.

Figura 39: Comparação entre tipos de resiliência adaptado de FOLKE (2006) e BLEWIT e TILBURY (2013).

| <b>estrutura</b>                                 | <b>características</b>                           | <b>foco em</b>                             | <b>contexto</b>                                       |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <b>RESILIÊNCIA DE ENGENHARIA</b>                 | Tempo de retorno, resistência                    | Constância, estabilidade, rapidez          | Vinidades de um equilíbrio estável                    |
| <b>RESILIÊNCIA ECOLÓGICA, RESILIÊNCIA SOCIAL</b> | Capacidade de resistência, Função de manutenção  | Persistência, Recursos                     | Múltiplos equilíbrios                                 |
| <b>RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA OU ADAPTATIVA</b>  | Interação de distúrbios, reorganização, intenção | Adaptabilidade, Transformação, Recuperação | paisagens de estabilidade dinâmica, múltiplas escalas |

Fonte: LABOY e FANNON, 2016, p.43

É perceptível que com o passar do tempo a compreensão do conceito de resiliência evoluiu e as reflexões apontaram para o fato de que, além do lado funcional das ciências tecnológicas, onde a resiliência é atrelada à função, existem os sistemas vivos, que são dinâmicos e estão em desenvolvimento contínuo (LABOY E FANNON, 2016; BOLLETTINO et al., 2019). Esses sistemas estão sempre em mudança e precisam se adaptar aos novos contextos. Por isso, o retorno a um estado ou equilíbrio anterior talvez não seja a melhor estratégia de sobrevivência (BOLLETTINO et al, 2019). O desafio pode estar em como se dá essa transformação para que o novo equilíbrio seja capaz de resistir aos choques previstos, sobretudo dentro dos desafios globais.

No campo urbanístico e das ciências sociais a resiliência começou sendo empregada em relação a desastres. Na passagem do século XX para o século XXI foi relacionada com o tema das mudanças climáticas, “referindo-se ao grau de perturbação que um sistema pode tolerar antes de se adaptar e reorganizar em torno de um novo conjunto de estruturas e processos” (FURTADO, 2015, p. 24). De acordo com Alcantara e Cavalcanti (2012), a resiliência estava associada à capacidade de uma cidade de permanecer funcionando após eventos extremos como enchentes, inundações, terremotos, nevascas, entre outros. Contudo, os conceitos passaram a associá-la ao planejamento de cidades sustentáveis.

O processo de urbanização acelerada e os seus impactos globais, sobretudo na segunda década do século XX, têm sido preocupação de muitos estudos no mundo todo. A emergência do conceito de resiliência veio com a busca de soluções para enfrentar os desequilíbrios causados pela falta de planejamento adequado frente a esse crescimento urbano.

Desde o início do século XXI a resiliência é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito de desenvolver cidades mais sustentáveis e de reduzir o risco de desastres. Em 2005 no relatório da Conferência Mundial para Redução de Desastres, a Agência das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR) conceituou a resiliência como

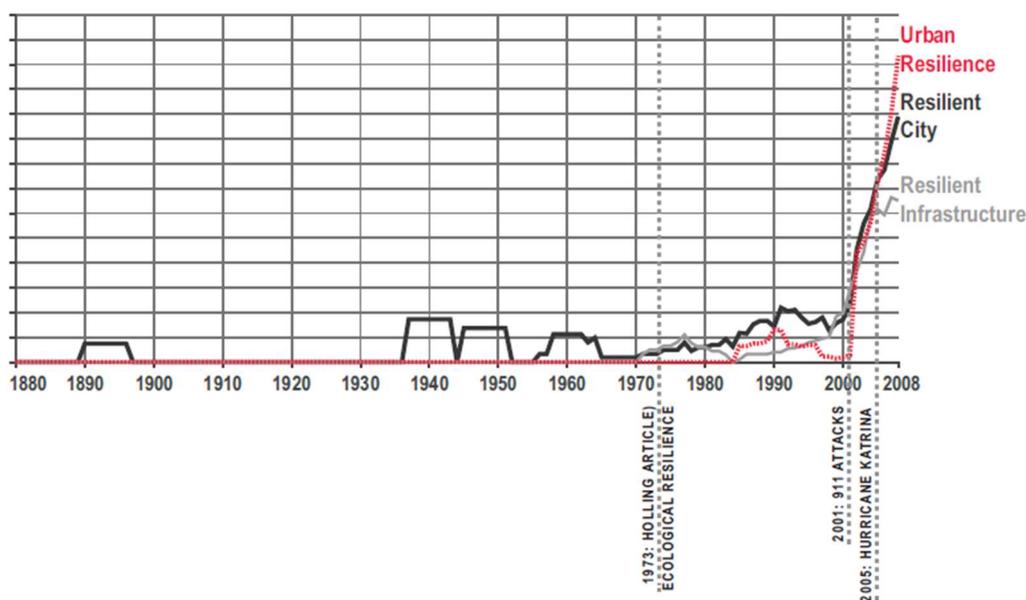
“a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a perigos de se adaptar, resistindo ou mudando, para alcançar ou manter um nível aceitável de funcionamento e estrutura. Isto é determinado pelo grau em que o sistema social é capaz de se organizar para aumentar essa capacidade de aprender com desastres passados para melhor proteção no futuro e para melhorar as medidas de redução de risco” (UNISDR, 2005, p.9. Grifo nosso. Tradução livre).

Naquela ocasião fora lançado o *Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: Aumento da Resiliência das Nações e das Comunidades Frente aos Desastres*, com o objetivo de apoiar os governos locais a fomentarem o desenvolvimento da resiliência nas cidades contra as catástrofes. Uma década depois, em 2015, as ações e estratégias foram atualizadas em uma nova conferência em Sendai, Japão. O *Marco de Ação de Sendai 2015-2030: Redução do Risco de Catástrofe* aborda a resiliência como um tema urgente para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, enumerando quatro ações prioritárias: compreensão do risco de desastres, fortalecimento da governança, investimento na redução do risco de desastres para a resiliência e melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz de recuperação, reabilitação e reconstrução (UNDRR, 2015).

Naqueles documentos, a palavra resiliência é citada diversas vezes, abrangendo várias dimensões: “resiliência cultural e de saúde das pessoas”, “resiliência ambiental”, “resiliência educacional”, “resiliência doméstica e comunitária” “resiliência empresarial”, são algumas delas. Segundo Bollettino et al. (2019), desde o Marco de Ação de Hyogo em 2005 até 2015, a menção à resiliência triplicou, enquanto nos documentos da década de 1990 quase não havia menção a tal conceito. Em outro levantamento de artigos científicos que mencionam a resiliência, Laboy e

Fannon (2016) verificaram um aumento exponencial do termo a partir do início do século XXI (ver figura 40). Segundo os autores, os aumentos estão relacionados a eventos específicos como ataques terroristas, furacões e tsunamis.

Figura 40: Uso do termo resiliência urbana, cidade resiliente e infraestrutura resiliente em artigos científicos ao longo dos anos até 2008. Adaptado do Google Books Ngram viewer.



Fonte: LABOY e FANNON, 2016, p.40

Nesse viés global, a ONU também lançou em 2015 os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, que são conhecidos como ODS. Eles se referem a ações de longo prazo que visam até 2030 garantir que as cidades se desenvolvam sustentavelmente. As metas dos ODS também citam a resiliência inúmeras vezes. Construir resiliência em cidades que tiveram uma urbanização acelerada, que possuem pobreza extrema e violência crônica é um desafio, porém, é imprescindível para atingir as Metas do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em 2017, na publicação para gestores locais “Como Construir Cidades Mais Resilientes - Um Manual Para Líderes do Governo Local” a UNISDR definiu resiliência como “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos de resistir, absorver, acomodar, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos desse mesmo perigo de forma oportuna e eficiente” (UNDRR, 2017, p.6).

Apesar dos documentos, cartilhas, manuais e publicações, a ONU reitera que não existe uma solução definitiva para alcançar a resiliência e que as estratégias e

ações se aplicam diferentemente em cada contexto. Contudo, nos cenários urbanos a gestão do risco é fundamental para construir a resiliência.

Ainda de acordo com ONU/UNISRD (2012) a resiliência deve fazer parte do desenho urbano e das estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável, considerando, entre outros aspectos - como os econômicos, sociais, governamentais -, os infraestruturais e ambientais. Estes aspectos relacionam-se com questões como uso e ocupação do solo, ações de resposta e redução de desastres ambientais, inclusão da comunidade no planejamento e gestão urbana, gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas, e respostas aos efeitos das mudanças climáticas.

Nesse contexto, a resiliência pode ser objeto de planejamento, ao atuar na interação entre ambientes construídos, naturais e socioeconômicos. O equilíbrio entre ecossistemas e as funções humanas em uma cidade pode ser um dos indícios de como ela é resiliente (ALBERTI et al., 2003).

A noção de resiliência passou a ser um conceito importante para os pesquisadores de diversas disciplinas, sobretudo nos estudos urbanos. O interesse por esse conceito pode ser justificado pela relevância que se tem dado à compreensão holística dos sistemas, inclusive na forma como as sociedades interagem com seu ambiente. “Esta nova lente oferece oportunidade de se concentrar na capacidade das comunidades de se preparar e se adaptar aos desafios impostos pelos riscos naturais e nos mecanismos que elas desenvolveram para enfrentar e se adaptar às ameaças” (BOLLETTINO et al, 2019. Tradução livre).

Walker et al. (2004, p.2) conceituam resiliência como a capacidade de um sistema absorver perturbações e reorganizar-se enquanto sofre mudanças, de modo manter, essencialmente, a mesma função, estrutura, identidade e reação. A resiliência tem a ver com a dinâmica de um sistema em particular, ou um conjunto de sistemas estreitamente relacionados.

Segundo Bollettino et al (2019, p.2. tradução livre), “A resiliência oferece um meio para entender como os sistemas humanos e naturais lidam com os choques. Um sistema resiliente é aquele capaz de resistir, adaptar-se ou transformar-se diante de pressão”. Com uma visão holística, a resiliência transpassa as fronteiras disciplinares para enfrentar os impactos de um desastre. Quando falamos desastres, estamos nos referindo desde os impactos de um tufão ou tsunami, eventos que vêm logo à mente, como os efeitos de uma forte chuva ou seca intensa (mais comuns no contexto brasileiro e do Recife), até as consequências de uma migração da população do

interior para os centros das grandes cidades e a pobreza endêmica, que afeta diversas regiões globais, inclusive nosso recorte espacial da pesquisa que é a cidade do Recife. As especificidades e características de uma paisagem fazem com que cada paisagem desenvolva sua própria resiliência, mas sempre em conjunto com as dinâmicas do seu entorno.

De um modo geral, a visão holística significa observar ou analisar algo de forma global, ou seja, como um todo e não de maneira fragmentada. Isso significa considerar as influências tanto do mundo natural, quanto do humano (social), já que estão intrinsecamente ligadas (BOLLETTINO, 2019). Dito isso, a resiliência consegue uma abordagem interdisciplinar aos desafios globais que antes vinham sendo debatidos isoladamente (LEVINE et al., 2004 apud IBOLLETTINO et al., 2019.).

Diante das intensas chuvas e grandes variações de temperatura que temos presenciado nos últimos meses nos noticiários de vários países, podemos afirmar que estamos vivendo a crise climática que vem se alertando desde da ECO-92 no Rio de Janeiro (1992), do Protocolo de Kyoto (1997) ou do Acordo de Paris (2015). Os problemas enfrentados por estes eventos revelam a vulnerabilidade das comunidades e os padrões e respostas da natureza, como elas reagem “a essas tensões e perturbações é capturada no conceito de resiliência” (BOLLETTINO et al., 2019, p.2. Tradução livre).

Através de iniciativas privadas ou governamentais, a resiliência passou a ser debatida com foco na identificação e compensação de causas próximas do risco, ou concentradas nas causas raiz do risco. O Centro de Resiliência de Estocolmo (2014), uma das principais instituições internacionais de pesquisa com foco na resiliência, a define como "a capacidade de um sistema, seja ele um indivíduo, uma floresta, uma cidade ou uma economia, para lidar com a mudança e continuar a se desenvolver". Outra instituição internacional reconhecida pelos pesquisadores é a *Resilience Alliance* (2016), que define a resiliência como sendo

“a capacidade de um sistema socioecológico de absorver ou suportar perturbações e outros fatores de estresse tais que o sistema permanece dentro do mesmo regime, mantendo essencialmente sua estrutura e funções. Ela [a resiliência] descreve o grau em que o sistema é capaz de auto-organização, aprendizagem e adaptação”. (RESILIENCE ALLIANCE, 2016)

No campo das ciências socioambientais, o cientista Carl Folke afirma que o conceito de resiliência aborda "como persistir através do desenvolvimento contínuo

diante da mudança e como inovar e transformar em novas configurações mais desejáveis" (FOLKE, 2006). Os temas comuns que unem todas essas definições incluem a absorção da perturbação até um ponto no qual a adaptação ocorre para lidar com a mudança de forma eficaz e oportuna, de modo que o sistema retenha a mesma identificação e função e possa continuar a se desenvolver (WALKER et al., 2004; LEI et al 2014 apud BOLLETTINO et al, 2019).

Por ser um conceito nascido da transdisciplinaridade, a imprecisão da definição de resiliência tem resultado em uma expansão ambígua das acepções do termo (FARIAS, 2017). Nesse sentido, Bollettino et al (2019) afirma que com a expansão do conceito e dos estudos sobre o termo resiliência, é importante que os estudos definam sobre qual tipo de resiliência irão abordar e para quem.

“Dada a diversidade de definições e as diferentes unidades e medidas de análise em tese até o momento, os estudiosos podem ter que dividir o termo perguntando que tipo de resiliência (o nível de análise), para quem (a unidade de análise), e a partir de quê (as variáveis independentes).” (BOLLETTINO et al, 2019. Tradução livre, grifo nosso)

O tipo de resiliência pode incluir, por exemplo, sistemas de engenharia, estruturais, de saúde, ambientais, econômicos, sociais. O para quem pode ser os indivíduos, comunidades, organizações, estados ou regiões. E, por último, o a partir de que poderia se referir à seca, tempestades, enchentes ou uma série de choques relacionados, tais como conflitos ou crises financeiras (BOLLETTINO et al, 2019).

Retomando a visão holística, a ideia comum é que a resiliência tem características relacionais, que tem um caráter dinâmico, associado a interações. Assim também podemos compreender a paisagem de uma cidade considerando a relação entre os processos naturais e as ações humanas. Sobre essas relações Furtado afirma que:

“Pode-se inferir que a resiliência de cidades está bastante ligada aos tipos e formas de relações entre pessoas e os sistemas físicos, naturais e construídos que compõem o seu meio ambiente” (FURTADO, 2015, p.24).

Faz-se necessário pontuar que o conceito de resiliência na presente pesquisa não será atribuído apenas à eventos extremos ou desastres, mas será atribuído aos impactos das relações entre o homem e a natureza na cidade. Especificamente na relação da população recifense com o rio Capibaribe e a ocupação de suas margens e afluentes – a paisagem dos corpos d’água.

Nesse contexto ambiental, o termo resiliência aparece aliado a outros termos, como adaptabilidade, trazendo um registro de como a natureza é forte e também carrega história. No capítulo anterior, fizemos um panorama de como a cidade foi se expandindo e como foi a sua relação com os cursos d'água. As enchentes afetaram a ocupação das margens até serem parcialmente controladas com barragens e, então, o interesse pelos bairros próximos ao rio Capibaribe veio à tona no planejamento urbano.

Essa paisagem, em meio à dinâmica da relação entre a natureza e o homem, teve a capacidade de resistir e persistir frente aos impactos da urbanização. A essência da resiliência é transformadora, o que, segundo Farias (2017) abre caminhos para que o conceito seja aplicado em outras discussões e não apenas no contexto de risco e desastres referentes às mudanças climáticas.

### 3.3.1 A Resiliência Socioecológica

Com a evolução do conceito de resiliência, Farias (2017) defende uma perspectiva de superar o modelo de gestão urbana que possui uma visão estática e setorial de um sistema específico para a evolução de uma integração entre os sistemas e como oportunidade para melhorar a gestão das cidades. A visão socioecológica traz a ideia de mudanças dinâmicas em diversas escalas no espaço e no tempo, com a facilitação de atores sociais (LABOY e FANNON, 2016, p.47).

A noção de sistema e a conexão entre homem e o seu ambiente, aparecem como fundamentais na conceituação de resiliência socioecológica. Assim como também aparecem na noção de paisagem abordada por Bertrand (1995), que veremos posteriormente.

O Centro de Resiliência de Estocolmo - *The Stockholm Resilience Centre* – (2015), afirma que “a resiliência parte da crença de que os seres humanos e a natureza estão fortemente associados ao ponto de que devem ser considerados como um sistema socioecológico” (tradução livre). Esse conceito é diretamente relacionado com a compreensão sistêmica e refere-se à capacidade de um sistema, seja um indivíduo, uma floresta, uma cidade, uma economia, lidar com mudanças e continuar a se desenvolver. A essência dos elementos em um sistema torna a resiliência específica àquele contexto, baseada nas características intrínsecas do sistema. Segundo Bollettino (2019), o fator de resiliência atribuído à um sistema pode não ser

atribuído a outro, pois a especificidade da resiliência e sua utilidade vai depender do sistema e do contexto no qual estamos trabalhando.

Sendo assim, tratando-se do rio Capibaribe e da paisagem do Recife, nesta pesquisa utilizaremos a resiliência socioecológica como uma lente se sobrepondo na teoria do projeto de paisagem, onde Besse (2014) e Corajoud (2002, 2011) enfatizam a necessidade de conhecer as características e particularidades específicas do lugar afim de planejar aquela paisagem. “A resiliência é um processo que leva o homem a se reconectar com seu ambiente” (FARIAS, 2017, p.3).

De acordo com Farias (2017) o projeto urbano traz uma oportunidade de adaptação e flexibilidade suscetíveis às realidades políticas, sociais, econômicas e naturais do contexto urbano (FARIAS, 2017). Portanto ao enfrentar os riscos e incertezas, o projeto urbano assume características comuns à resiliência, que o torna complexo e cria uma relação de interdependência com o meio urbano ao qual está relacionado, evidenciando uma lógica de trocas entre os atores.

Com o olhar atento à história da relação do rio com a cidade, às características geofísicas da cidade cortada por cursos d’água, construímos um olhar específico para o problema.

A interdependência entre o ambiente construído e o ambiente natural do Recife - entre as pessoas (o social) e os ecossistemas (o natural) - é o primeiro ponto que nos salta na busca da resiliência socioecológica no projeto de Revitalização do Rio Capibaribe do Projeto Recife. Em seguida, vem o entendimento da alteração do ambiente e os impactos que isto pode causar. Fica claro que para construir a cidade, o ambiente aquático originalmente moldado pelos cursos d’água passou a ser moldado pelo homem. Seja de maneira formal, seguindo o planejamento urbano, com projetos para vias, habitações e espaços públicos de lazer, seja informalmente, ocupando indevidamente as margens do rio.

O foco da dissertação se tornou a noção de resiliência socioecológica, por tratar da compreensão sistêmica dos elementos da cidade rebatidos no Projeto Recife, confluindo com a noção da paisagem trazida por Bertrand (1995). Não iremos tratar sobre como a resiliência pode ser medida, isto poderá ser tema de um outro estudo. Iremos focar em como a resiliência socioecológica pode ser utilizada como conceito útil no projeto, dentro do contexto local, na adaptação e organização da paisagem frente aos impactos da relação entre o rio Capibaribe e a população recifense e seus modos de ocupar a cidade com o Projeto Recife.

De acordo com os conceitos e as teorias abordados até então, três aportes podem guiar o pensamento da resiliência socioecológica: a interdependência entre pessoas e ecossistemas; os impactos causados em diversas escalas devido ao desenvolvimento acelerado dos últimos séculos que não considerou os limites da natureza; e, por último, o esforço de encontrar formas inovadoras para se reinventar e reverter a situação da crise ambiental que chegamos (THE STOLCKHOM CENTRE, 2015).

O pensamento socioecológico se empenha em reconectar o ser humano com a natureza. Ainda segundo o The Stolckhom Centre (2015), abrange aprendizado e diversidade ao se adaptar aos desafios dessa relação complexa. De acordo com os teóricos da socioecologia, Walker et al (2004), Folke (2006) e Bollettino (2019) a resiliência socioecológica tem a ver com **persistência, reorganização, desenvolvimento e transformação** contínuos. Em síntese, é como se o sistema recebesse o impacto ou distúrbio, persistisse para recuperar-se e então se reorganiza ou se transforma, desenvolvendo-se para exercer suas funções. O desafio é chegar a um equilíbrio que seja capaz de resistir aos riscos, sem necessariamente retornar ao estado anterior.

Para Farias (2017) o projeto urbano revela um desejo de mudar a situação presente para um futuro idealizado, conseqüentemente melhorado, mas que na prática ainda é incerto até se concretizar. A concretização do projeto é incerta porque depende de diversos atores, tantos sociais quanto naturais, que se relacionam. No caso do projeto de Revitalização do rio Capibaribe do Projeto Recife, a dinâmica natural das enchentes do rio foi o fator considerado inicialmente, mas que depois passou a dividir sua ameaça frente à demanda habitacional da população ribeirinha.

“É neste ponto que a abordagem sistêmica da resiliência tem muito a contribuir para a prática renovada do projeto urbano, aceitando o fato de que um projeto é apenas um passo no vasto e contínuo processo de aprendizagem através da experiência e do debate público. Essa dilatação do tempo que a resiliência oferece tem muito a ensinar.” (FARIAS, 2017, p.10)

A relação do homem com a natureza faz parte de um sistema que diversos contextos e escalas, ora o homem se impõe a natureza, ora a natureza impõe seus ciclos. O equilíbrio desta relação gera oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Ao falar das intervenções na paisagem urbana podemos considerar que a resiliência socioecológica entra no processo de construção quando o paisagista compreende as vulnerabilidades e potencialidades do local e a adapta o seu projeto, intervindo em várias escalas. Para Farias (2017), o planejamento urbano adequado reconecta os sistemas social e ecológico da cidade, promovendo um estado de capacidade adaptativa e transformadora, promovendo equilíbrio. O Projeto Recife mostrava nos seus objetivos a intenção promover o equilíbrio das relações da cidade com o rio Capibaribe ao focar no ordenamento das áreas do entorno das margens do rio, prevendo usos específicos para esses espaços.

Segundo Jack Ahern (2012), a resiliência é um conceito mais estratégico do que normativo, já que deve ser baseada nas dinâmicas específicas do lugar e deve estar integrada as escalas variadas. Isto é, ela é uma abordagem relacional e adaptativa. Ela requer uma visão a longo prazo e que requer uma experimentação responsável, com monitoramentos e a aprendizagem com algumas falhas.

### 3.4 A PROBLEMÁTICA DO PROJETO DE PAISAGEM PARA UM RIO URBANO

No Recife, cidade que tem a presença da água marcante no seu território, existe um sistema de infraestrutura urbana que deve ser compreendido antes de projetar a paisagem. O rio Capibaribe é uma linha de força, que corta a cidade de leste a oeste como uma espinha dorsal, e ainda dos diversos riachos e canais que penetram pela malha urbana, é responsável pela drenagem e por modelar o relevo e a vegetação (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000). Considerar o rio, protegê-lo e valorizá-lo no projeto e no ordenamento do uso do solo é fundamental para um desenvolvimento equilibrado.

Carmo, Bezerra e Vasconcelos (2014) afirmam que ao compreender a paisagem como uma totalidade, percebe-se que as águas urbanas são elementos fundamentais para desenvolver as funções socioambientais, sanitárias e de mobilidade, e não apenas a drenagem urbana. O estudo da relação entre cidades e rios a partir da sua bacia hidrográfica possibilita uma compreensão das dimensões culturais e ambientais da paisagem urbana. A totalidade, segundo Bezerra (2017) não se entende como soma das partes, mas como um todo estruturado, onde cada elemento – o natural e o humano – faz parte do todo.

Segundo Spirn (1995, p.28), “o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade”. A paisagem deve ser compreendida como um processo dinâmico de combinação entre sistemas sociais e ecológicos, e, na perspectiva dessa pesquisa pode ser analisada a partir da compreensão da presença dos rios nas cidades.

Para Besse (2014), há três fatores presentes na discussão do projeto da paisagem – o solo que carrega as marcas do passado; o território como espaço das relações dos diversos sistemas que compõem a cidade; e o ambiente natural como a natureza presente na cidade. Parte-se da reflexão de que o projeto é uma maneira objetiva (material) de compreender a paisagem. Pois, através do entendimento do solo, do território e do ambiente natural, o paisagista é capaz de materializar a paisagem pré-existente no projeto.

Incluir a paisagem nas discussões do planejamento da cidade é o desafio atual dos gestores urbanos, e, em um momento no qual o debate sobre a regeneração ambiental das cidades é pauta constante, tendo em vista as mudanças climáticas, a pandemia de Covid-19 que estamos atravessando e a necessidade de reorganização e adaptação dos sistemas socioecológicos. Evidenciar os corpos d’água urbanos é um critério para o projeto de paisagem. Isto é, projetar com as oportunidades da paisagem, focando no ser humano e suas comunidades, integrado às dinâmicas dos ecossistemas.

A relação entre o social e o natural, transforma o meio, mas também precisa ser entendida como uma relação na qual a natureza impõe os seus ciclos e os seus limites ao homem, quando este tenta transformá-la. As marcas dessas relações “se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material” (BESSE, 2014, p.33).

Sendo assim, a paisagem corresponde a um espaço vivido, a uma estrutura ecológica, que só é apreendida a partir da inclusão do meio social. Georges Bertrand afirma em seu texto “*A Paisagem, a Natureza e a Sociedade*”, no livro organizado por Alain Roger sobre a teoria da paisagem na França (1995), que a noção de paisagem ainda não é um processo acabado, que o estudo da paisagem entre natureza e sociedade “oferece a possibilidade de re-situar a Natureza na dinâmica social e a Sociedade na dinâmica natural” (BERTRAND, 1995).

De acordo com Besse (2014), há uma condição híbrida, em que não se vê a paisagem totalmente natural, nem totalmente humana (ou social), mas sim uma “natureza humanizada” e uma “humanidade naturalizada”, ao mesmo tempo. Ainda segundo o autor (op.cit., p.37), a paisagem é “um complexo sistêmico articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva”. Identifica-se aqui como o ecúmeno humano – o encontro entre o ambiente social, humano, e o ambiente natural, não humano. Ela não é apenas uma representação, ou um território criado pelo homem, ela está em constante mudança procedente da relação entre a espécie humana e a natureza, que também impõe o seu tempo. Para entender essa totalidade procura-se entender as noções de hibridação e de associação, onde o humano se naturaliza e a natureza se humaniza.

Significa dizer que a paisagem não deve ser entendida separadamente como a base natural e a base social. Bertrand (1995) e Besse (2014) concordam que a articulação das duas partes deve ser compreendida como um todo relacional. Segundo Bertrand (1995), a complexidade da paisagem é ao mesmo tempo morfológica, constitucional e funcional – depende da forma, estrutura e função –, e para a sua compreensão não é necessário dividi-la, é necessário organizá-la dentro de um sistema. Nesse mesmo sentido da compreensão sistêmica, para o paisagista Michel Corajoud “a paisagem é o lugar do relacional onde todos os locais só são compreensíveis por referência a um conjunto que se integra, por sua vez, num conjunto mais vasto.” (CORAJOUD, 2011, p.217). Os elementos da paisagem se fundem e fluem, não são como totalidades irreduzíveis.

O domínio do ambiente natural pelo ser humano, que Besse (2014) chama de “a obra paisagística e a criação de territorialidades”, pode acontecer sobre uma natureza que se encontrava intocável, um substrato. Quando ele não é respeitado, tratado como uma tábua rasa, podem surgir sequelas acompanhadas de desastres ambientais - os quais se veem cada vez mais frequentes no cotidiano das grandes cidades, geralmente naquelas em que a presença do domínio humano se deu de forma mais intensa e mal planejada. No caso do Recife, uma cidade extremamente aquacêntrica, tanto no passado, quanto nos dias atuais, problemas de enchentes, de drenagem e de esgotamento sanitário são as consequências mais frequentes devido à maneira como o território foi configurado com aterros.

Ao pensar um projeto para determinado lugar, se considera o que se quer para o futuro, mas também o que o lugar representa no presente e sua história - o passado.

O espaço do projeto paisagístico não é uma tabula rasa. O ‘paisagista’ geralmente é contratado para intervir na paisagem de determinado local, seja público ou privado e que tenha sido considerado problemático ou passível de mudanças, e tem o desafio de desenvolver as intervenções observando três fatores: (i) o solo, que simboliza as características e memórias do lugar; (ii) o território, que é o contexto no qual o lugar está inserido e suas relações nas diversas escalas; e o (iii) meio ambiente natural – mais exatamente o meio vivo, que concerne nas relações ambientais (BESSE, 2014). Ao considerar paisagem como a matéria do projeto, compreendendo as suas dimensões culturais, sociais e ambientais, o paisagista é capaz projetar com a paisagem.

A teoria de Jean-Marc Besse, converge com o pensamento de Michel Corajoud, o qual está direcionado à intervenção do homem sobre a paisagem. Corajoud defende o reconhecimento do conjunto das características inerentes ao local e da sua história para conceber o projeto paisagístico, ao invés de considerar a paisagem uma ‘página em branco’. Segundo ele, “a paisagem é inesgotável no sentido em que oferece uma multidão de indícios que nos indicam o que ela é, o que ela era e o que ela se pode tornar” (CORAJOUD, 2011, p.217).

Com isso, para Corajoud (2011) a paisagem tem uma memória, seu solo comporta as marcas do passado e contém diversas camadas que a cada aproximação possibilita novas interpretações. Essas novas interpretações não resultam em uma multiplicidade de informações, mas sim em um conjunto que revela as interdependências que relacionam o homem e o seu meio. Segundo Georges Bertrand, Jean-Marc Besse e Michel Corajoud, a paisagem se torna compreensível quando todas as partes estão integradas. A leitura da paisagem capta os elementos naturais do local que se transformaram com a ação humana, dentro da dinâmica da própria paisagem.

No mesmo sentido do pensamento paisagístico de Besse (2014), no qual projetar a paisagem é um ato de compreendê-la, Corajoud considera o projeto como:

“um ato criativo, como uma dinâmica que tem os seus próprios sistemas de referências e de emergências. O que não coloca o criador nas melhores condições para que situe ele próprio as suas obras na ordem dos sistemas de representação da realidade. Parece-me que hoje em dia muitos criadores pensam que basta transpor as suas reflexões para sistemas formais, isto é, ilustrar os seus pensamentos por meio das correspondências termo a termo. O que dá aos seus projetos mais desuso do que eficiência”. (CORAJOUD, 2011, p. 225)

Quando o projeto é guiado pelas particularidades do local, a paisagem torna-se visível. “Existe uma correspondência entre a forma física do solo e a da sua apropriação” (CORAJOURD, 2011, p. 220).

O Projeto Recife estava inserido em uma área ameaçadas pelas cheias e a prefeitura pretendia valorizá-la, enquanto a população que se instalou nas margens do rio Capibaribe queria infraestrutura para moradia. Os agentes envolvidos no processo têm um papel importante na configuração do lugar. Políticos, técnicos, empreendedores e grupos populares são forças que fazem com que as intenções do projeto mudem de acordo com o contexto político-cultural da época. No Recife, os cursos d’água estiveram esquecidos por muitos anos. Eles são lembrados em episódios de fortes chuvas, enchentes e marés cheias como um problema para a cidade, e não como um recurso para projetar a paisagem.

Um projeto de paisagem para um rio urbano e com tais repercussões precisa antever o aspecto da resiliência social e também ecológica nas diversas escalas que envolvem essa relação, ou seja, pensar de forma cuidadosa envolvendo os atores do projeto em relação às áreas de preservação, aos espaços públicos das suas margens, à acessibilidade e permeabilidade do rio, à diversidade de fauna e flora para o equilíbrio do ecossistema. Além disso há particularidades geográficas da bacia fluvial, controle do uso e ocupação do solo na cidade, da infraestrutura de iluminação, do transporte e da drenagem, da gestão do projeto, e do uso consciente da água, já que o rio é um grande articulador dos espaços e das relações da cidade.

### 3.5 A LENTE PARA LEITURA DO PROJETO RECIFE

Nos itens anteriores nos aprofundamos no conceito de resiliência e no projeto de paisagem e chegamos à noção de resiliência socioecológica com o intuito de traçar um percurso teórico que conduzisse o método desta pesquisa. Para Furtado (2015, p.26), a resiliência é um atributo que pode ser construído, fortalecido e avaliado. Os estudos sobre resiliência entram em três âmbitos: “o da conceituação, o das definições de ações para elevar a sua capacidade e o da avaliação dessa capacidade em diferentes contextos”.

O presente estudo se desenvolve no âmbito da conceituação da resiliência socioecológica a fim de reconhecê-la nas intenções projetuais do Programa de

Revitalização do rio Capibaribe no Projeto Recife, lançado pela Prefeitura da Cidade na década de 1980.

A escolha do Projeto Recife como o objeto empírico desta pesquisa se justifica por ele ter sido o primeiro grande projeto urbano lançado pela gestão municipal com foco nas margens do rio Capibaribe após a grande cheia de 1975 – como ficou conhecida a enchente que atingiu a cidade naquele ano. Cabe ressaltar que em menos de uma década houve outra grande enchente em 1966, o que já havia deixado a população com medo das águas do rio, se afastando cada vez mais dos cursos d'água. Esses episódios motivaram a construção de três barragens para represar as águas do Capibaribe em municípios que o rio atravessa antes de chegar na sua foz, na cidade do Recife. A construção das barragens, por parte do Governo Estadual, afastou o risco de novas cheias, a população sentiu-se mais segura em conviver perto das margens do rio e também motivou a Prefeitura a elaborar um projeto que incluiu a revitalização do Capibaribe.

Por se tratar de um projeto urbano complexo envolvendo diversos atores, escalas e sistemas da cidade – o ambiente natural e o ambiente construído -, o projeto de paisagem foi considerado essencial para fazer a costura com o conceito de resiliência. Sendo assim, a fundamentação teórica aportou estas duas teorias. No campo da paisagem, nos baseamos no filósofo francês Besse (2014), que afirma que o projeto de paisagem é uma das formas de compreendermos a paisagem; no geógrafo Georges Bertrand (1995) que entende a paisagem como um todo relacional entre o homem e a natureza; e Michel Corajoud (2011), um arquiteto paisagista que defende que para conceber o projeto paisagístico é necessário observar as características inerentes ao local e à sua história.

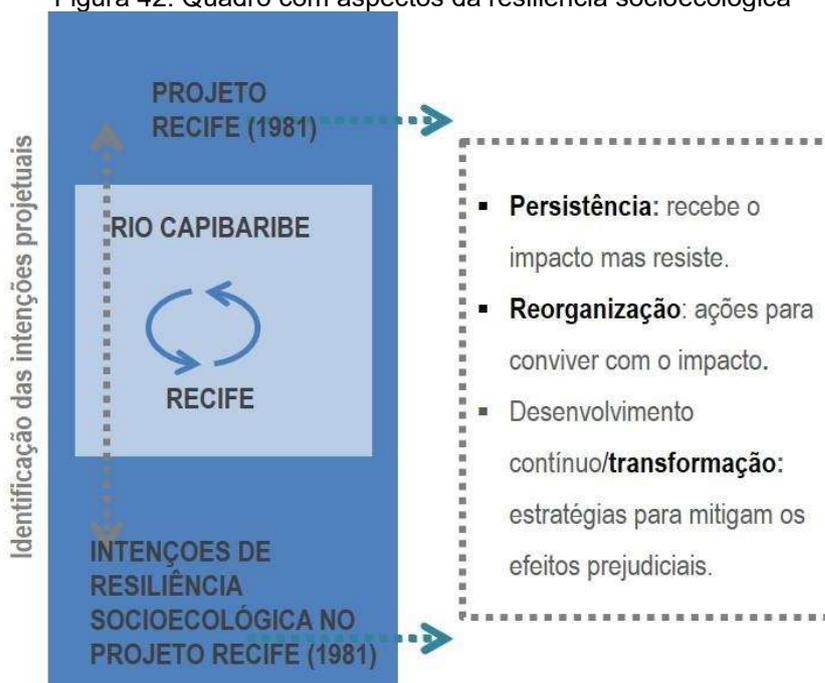
Figura 41: Esquema da fundamentação teórica da pesquisa



Fonte: Autora, 2022

Através dos argumentos encontrados no Projeto Recife, juntamente com seus objetivos e ações, a pesquisa buscou da resiliência socioecológica aspectos da resiliência socioecológica no Projeto são: a **capacidade de persistência**, de **reorganização** e **transformação** (desenvolvimento contínuo) a serem verificados as intenções do Projeto Recife. Ver figura 42.

Figura 42: Quadro com aspectos da resiliência socioecológica



Fonte: Autora, 2022

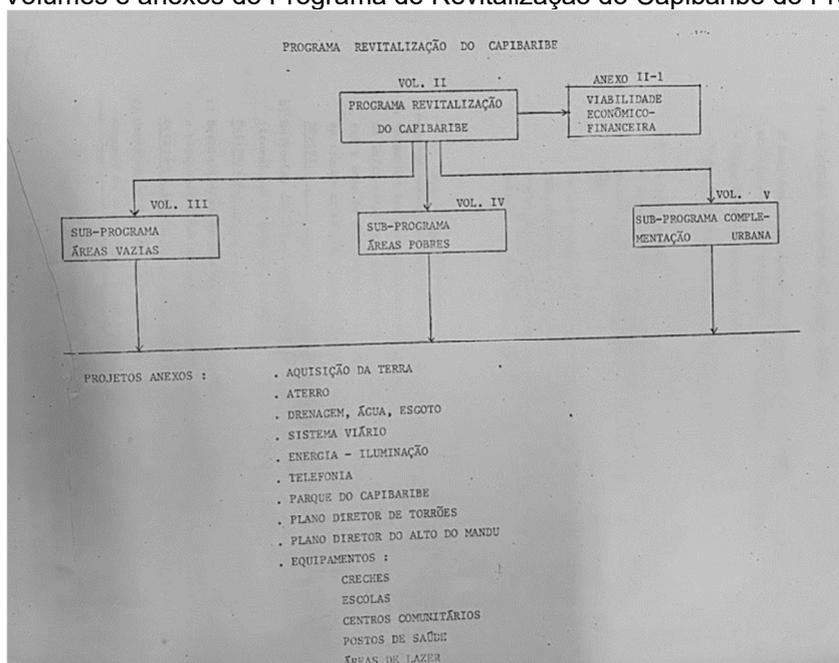
A resiliência socioecológica permite que um sistema receba um impacto por causa de algum distúrbio, mas resista a esse impacto, através do desenvolvimento da capacidade de **persistência** do sistema. O passo seguinte, em meio à crise, é a **reorganização** do sistema para conviver com aquele impacto e então **continuar se transformando para se desenvolver** mesmo sob os efeitos adversos.

### 3.5.1 Procedimentos metodológicos e etapas da pesquisa

A pesquisa desenvolveu-se baseada em uma investigação documental e bibliográfica com o objetivo de compreender o objeto empírico. Como fonte primária foram consultados documentos do Projeto Recife encontrados no acervo técnico da URB (Autarquia de Urbanização do Recife) que datam do período entre 1979 e 1989, anos nos quais o projeto começou oficialmente na Prefeitura da Cidade do Recife e que estava previsto para conclusão.

É preciso ressaltar que por causa da pandemia do Covid-19, as bibliotecas e os acervos físicos dos órgãos de gestão estiveram mais de um ano fechados, ou com acesso muito restrito a pesquisadores. Os volumes do Projeto Recife encontrados no acervo técnico da URB foram documentados por meio de fotografia para serem analisados posteriormente, já que não era possível ficar no local por muitas horas.

Figura 43: Volumes e anexos do Programa de Revitalização do Capibaribe do Projeto Recife.



Fonte: Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981.

Após a etapa da consulta dos documentos do Projeto, foram consultadas notícias de jornais daquele período, final da década de 1970 e ao final da década de 1980, acessadas nos acervos digitais dos veículos de comunicação Diário de Pernambuco e disponível site da Biblioteca Nacional, e o jornal Diário da Manhã, disponível no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).

Como fonte secundária, a dissertação de Maria Cristina Coutinho intitulada “As transformações do/no Projeto Recife – Redirecionamento no espaço”. Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular” (COUTINHO, 1989), realizada no programa de pós-graduação de Geografia da UFPE, sobre as transformações do/no Projeto Recife durante o período de 1979 a 1988 e auxiliou para “descobrir como as relações econômicas, sociais e políticas se rebatem no espaço; perceber no espaço tais relações; e, a partir disso, conferir a importância da perspectiva, ou seja, da posição que se ocupa na observação de um fato...” (COUTINHO, 1989, p.5 e 6).

Por ter se estendido por muitos anos, 1979-1982, o Projeto Recife passou por diferentes gestões municipais, cabendo destacar a de Joaquim Francisco (1983-1985) e a de Jarbas Vasconcelos (1986-1988), além da gestão de Gustavo Krause, o gestor municipal responsável pela idealização do Projeto. A pesquisa dos jornais auxiliou na compressão do contexto no qual o Projeto Recife estava inserido.

#### **4 AS INTENÇÕES PROJETUAIS DO PROJETO RECIFE E O PENSAMENTO RESILIENTE**

A resiliência socioecológica permite que um sistema sofra um impacto, mas resista através do desenvolvimento da capacidade de persistência do sistema. O passo seguinte, em meio à crise, é a reorganização do sistema para conviver com aquele distúrbio e então continuar se transformando para se desenvolver mesmo sob os efeitos adversos.

Neste capítulo procuramos discutir até que ponto esses princípios da resiliência socioecológica orbitam a concepção do Projeto Recife para a paisagem do rio Capibaribe. Sabendo do impacto da urbanização para a bacia hidrográfica, tentamos identificar se houve alguma ação para organizar o ambiente urbano em equilíbrio com o ambiente natural do Recife.

O pensamento socioecológico relaciona o ser humano com a natureza e compreende aprendizado e diversidade ao se adaptar aos desafios dessa relação complexa (The Stolckhom Centre, 2015). O Projeto Recife possuía uma visão integradora e sistêmica tanto das dinâmicas da cidade, por tratar da ocupação das margens do rio e suas implicações, quanto em relação a outras ações de planejamento que estavam em curso na Região Metropolitana. O projeto estava inserido em uma conjuntura de planejamento urbano macro onde diversos estudos sobre a RMR haviam sido iniciados, além de algumas intervenções já concluídas como a construção das barragens nos municípios próximos à capital por onde o rio Capibaribe passa antes de chegar na cidade. A construção das barragens trouxe respostas positivas de certo modo influenciaria diretamente o funcionamento na porção da bacia hidrográfica do Capibaribe no Recife, já que esse é o último município que o rio atravessa antes de desaguar no oceano. Além das questões do funcionamento do sistema hidrológico, o Projeto Recife também enfatizava a possibilidade de integração entre as ações a nível metropolitano, a exemplo da implantação de parte do Parque Metropolitano do Capibaribe. Por fim, a área de intervenção do Projeto abrangia uma área extremamente urbanizada, mais próxima ao centro do Recife, se estendendo até uma área mais periférica com importância para fluidez da ocupação da cidade.

Nas apresentações do Projeto, os documentos ressaltavam o intuito de integração entre as ações de planejamento a nível urbano e metropolitano. Com uma

visão macro, das cidades como um sistema, o Projeto Recife se articulou com programas existentes como o CURA e o PROMORAR<sup>15</sup>, para intervir em áreas da várzea do Capibaribe – “que compreende todo o entorno do Rio Capibaribe, entre o limite oeste do município e sua foz, os morros de Casa Amarela e Av. Abdias de Carvalho”; além de áreas do Litoral Sul, e também dar apoio às atividades geradoras de emprego e incremento de renda da população de baixa renda do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983, p.4). Também estava integrado com as diretrizes do Plano Diretor do Recife (PDR) e Plano de Organização Territorial (POT) – FIDEM. Ainda no volume de 1981, a apresentação do Projeto Recife se refere às ações componentes do PDR e do Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife. Estas articulações do Projeto Recife com outros planos e estudos para a Cidade e sua região metropolitana demonstravam a intenção de reorganizar o território considerando uma estratégia de desenvolvimento com uma visão ampliada do todo.

O Projeto Recife também propôs um programa de prática e manutenção sanitária visando a educação e o esclarecimento da população, através do incentivo da participação da comunidade com discussões, reflexões e vivência na implantação e difusão de práticas sanitárias para auxiliar no desenvolvimento de uma consciência sanitária. Ações educativas e motivacionais, orientação e treinamento de profissionais das áreas de saúde e saneamento sobre procedimentos e técnicas de saneamento a baixo custo, promoção do Projeto através de campanhas para motivar a população, todas essas ações são, à luz da resiliência socioecológica, estratégias que fortalecem o vínculo da população e aumentam sua capacidade de persistência frente a um distúrbio.

Essa estratégia da PCR de convocar diversos atores, incluindo a população, para a participação das ações do Projeto Recife faria com que mais pessoas participassem do processo de transformação, como uma iniciativa de fortalecimento e reorganização da comunidade para enfrentar as mudanças necessárias para implementar todos os objetivos do Projeto. Também na perspectiva da resiliência

---

<sup>15</sup> Programa de Complementação Urbana, a ser executado através de Projetos CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada. O CURA era destinado, originalmente, à complementação de infraestrutura em áreas de “vazios urbanos”. Durante 12 anos, 136 municípios foram atendidos pelo CURA, que financiou projetos integrados de obras urbanas, com objetivo de colocar à disposição das administrações locais recursos financeiros para ações voltadas à urbanização, contribuir para a ordenação racional do uso do solo e para a coordenação e integração dos investimentos urbanos. Também se objetivava promover uma adequada oferta de equipamentos e serviços e aumentar a oferta de terrenos urbanizados. Essa ação se complementava com instrumentos legais de combate à retenção especulativa de terras urbanas (“vazios urbanos”).

socioecológica, isso se transforma em um aprendizado para a comunidade e colabora para um desenvolvimento contínuo dos envolvidos e do projeto.

Para implementação da educação ambiental o Projeto Recife tinha o objetivo de mobilizar e inserir a comunidade no processo de discussão, no levantamento e soluções dos problemas e manutenção dos sistemas. Para isso a PCR criou uma série de estratégias - que chamou de etapas de levantamento, de mobilização e de sensibilização. O primeiro passo foi iniciar o contato com as lideranças, organizações e instituições (etapa que chamou de Levantamento); depois organizou discussões específicas para avaliar o nível de compreensão e aceitação dos termos pela comunidade (etapa da Mobilização); e, posteriormente, começou a desenvolver um programa de projeções, audiovisuais, palestras, entre outros, para sensibilizar a população sobre os problemas que afetavam a saúde das comunidades (Sensibilização), para então promover reuniões com objetivo de detalhar as propostas das intervenções dos projetos de água, drenagem, esgoto, lixo. Era necessário haver um acompanhamento de todos os métodos e processos em curso para adequar o andamento da implantação do projeto com a capacidade de assimilação dos moradores (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983, p.45 e 46).

Para divulgar as ações, visando sensibilizar e tornar a população participativa, a aproximação dos órgãos envolvidos era fundamental, assim como também era fundamental transmitir à comunidade a sua responsabilidade e papel fundamental pela realização do Projeto Recife e educá-la a fazer o uso responsável dos sistemas a serem executados. Assim, a população seria preparada e incluída nas etapas do Projeto. E, mais uma vez, os aspectos da resiliência socioecológica podem ser vistos nessas ações: preparar a população e o território para receber as mudanças que o Projeto causaria.

Apesar de na prática da realização dessas ações os líderes comunitários e a população em geral queixarem-se de não ter um diálogo aberto e claro com os agentes da Prefeitura, tais intenções estavam presentes no processo de concepção do Projeto Recife. E, ao final do processo, elas contribuíram para promover a participação social, iniciando um processo de persistência da população frente às manobras dos gestores, que pareciam estar favorecendo a população de alta renda.

O Programa Revitalização do Capibaribe foi se consolidando perante a administração por ser mais viável. Havia a disponibilidade de áreas, programas

habitacionais e interesse tanto a nível urbano, quanto metropolitano, para que o parque ao longo das margens do rio fosse executado.

Como justificativa de intervir no rio Capibaribe, o Projeto Recife explica que a bacia do rio tem uma importância que se evidencia fisiograficamente,

“guarda com o seu principal elemento de drenagem, o Capibaribe, íntimas relações: inicialmente indutor do processo de ocupação da terra, o rio tornou-se elemento restritor, pois a antiga planície estuarina foi sucessivamente sendo transformada por aterros, que reduziram a grande bacia ao que significa hoje o próprio leito do rio e alguns canais contribuintes, tendo-se verificado periódicas e catastróficas cheias, atualmente debeladas.” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980, P. 28).

Além da justificativa ambiental e fisiográfica, que já evidenciava o quão resiliente é o rio, por ter persistido como elemento marcante da paisagem do Recife mesmo com os impactos da urbanização, com a redução de sua área com tantos aterros, o Projeto também evidenciava a relação do homem com o Capibaribe. Chamava atenção aos versos dos poemas, dos banhos de lazer e do uso natural de meio de circulação do rio. Além disso, o Projeto Recife mencionava o rio como provedor de alimento e de pesca de peixes e crustáceos, que já na década de 1980 estava ameaçada devido a poluição das águas, à retirada de areia e o depósito de efluentes sanitários e industriais. Mesmo não tendo explicitado nenhuma ação de despoluição das águas.

Outra característica evidenciada pelo Projeto Recife é o rio como área de amortecimento, tornando-se relevante a presença da arborização das margens, remanescentes dos antigos sítios próximos ao Capibaribe. Com o projeto de retificação da calha do rio em andamento, os ocasionais alagamentos seriam controlados e as margens do rio se tornariam disponíveis para serem ocupadas, e, então, destaca-se a potencialidade para os parques já previstos do Plano Diretor de Parques Metropolitanos da FIDEM, assim como o uso habitacional, por estar próximo ao centro, ter fácil acesso e ter uma vizinhança praticamente com esse uso. A drenagem e o sistema de transporte fluvial também são aspectos que chamam atenção, como função natural do Capibaribe. Assim vão se apresentando e se consolidando estratégias de reorganização e transformação da relação do homem com o meio natural, fortalecendo a resiliência socioecológica que a esta época não era um conceito aplicado ao urbanismo, mas que como ações como essas já estava

em processo de construção – seja pelas intenções do Projeto Recife, seja pela repercussão inesperada que o Projeto provocou na população.

A barragem de Tapacurá fora concluída em 1973 e as barragens de Carpina e Goitá, em 1977, juntamente com a retificação da calha, fazem com que o Projeto Recife considere praticamente mínima a probabilidade de novas cheias. O Projeto ainda evidencia a construção de outra barragem em Jucazinho, prevista pelo plano diretor da bacia do Capibaribe. Com essas medidas e previsões de proteção contra enchentes, o Projeto Recife já diagnosticava o interesse imobiliário pelas áreas e as invasões com os assentamentos populares nas margens, mesmo ainda correndo algum risco.

“Os efeitos da ocupação desordenada não se fizeram ainda sentir de modo mais notável em virtude de duas ações básicas: a ação de proteção desenvolvida pelos proprietários contra as invasões e portaria municipal de nº41, que controla todo tipo de projetamento e edificações numa área de interesse demarcada em toda a extensão do rio, entre a ponte da Madalena e o II Polo Metropolitano.” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980, p.34)

Contudo, as áreas remanescentes da retificação da calha do rio, que eram de domínio público, foram invadidas e adensadas rapidamente. Tais ocupações nas margens preocupavam a Prefeitura, tanto na questão da devastação dos sítios naturais remanescentes, diminuindo a área verde das margens, quanto com a poluição direta despejada no rio. Percebe-se então que o Projeto Recife já se preocupava com a poluição do rio. Ao mesmo tempo, a própria Prefeitura também reconhecia a área como potencialmente favorável à habitação, tanto para classe média, como para baixa, por estar próxima ao centro urbano.

A ocupação das margens do Capibaribe com habitação, tanto por parte da iniciativa privada, quanto pelas invasões, eram um risco à dinâmica natural da bacia hidrográfica do Capibaribe. Também foi um risco assumido pela Prefeitura designar tais áreas para construção de habitacionais, apesar desta decisão ter sido previamente estudada. Contudo, o maior problema foi que muitas das áreas estrategicamente designadas a serem preservadas nas margens do rio, foram ocupadas com outra a função. Ou seja, as estratégias de reorganização e transformação, nesse caso, não foram postas em prática, fragilizando as intenções das ações projetuais do Projeto Recife. Mesmo tendo a PCR diagnosticado que as áreas livres remanescentes estavam sob ameaça de ocupação – o que foi uma antecipação da leitura do risco – ela não conseguiu reorganizar uma estratégia para

conter o impacto. Agora, 40 anos depois, com as margens do Capibaribe ocupadas, cabe a esta geração e novos projetos ressignificarem nossas estratégias de resiliência.

Para chegar nos objetivos do Projeto Recife, que se materializariam como intervenções projetuais, observamos a consideração das características da área de intervenção, da história do rio Capibaribe e da interdependência entre o rio e a população recifense. Como afirma Corajoud (2011) a paisagem dá indícios do que ela é e era e indica o que ela pode ser.

Nesse sentido, as intervenções do Projeto Recife foram pensadas de modo que cada agente do processo de transformação do lugar exerça a sua função e interaja uns com os outros. Assim, as estratégias das intervenções do Projeto consideraram três funções básicas que os elementos urbanos da área de intervenção do projeto desempenham. Foram elas: **funções naturais** – desempenhadas pelo rio Capibaribe e suas margens (hídrica, biológica, cultural, climática); **funções urbanas** – desempenhadas pelos elementos urbanos próximos à área do projeto (lazer, cultural, histórica, transporte, habitação e atividades econômicas); e **funções metropolitanas** – que seriam as funções desempenhadas pelos elementos urbanos da área de intervenção, porém que extrapolam o limite do município (lazer, cultural, histórica, transporte, habitação e atividades econômicas) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980, p.46).

Como um sistema que se articula, a visão da Prefeitura era de que as intervenções projetuais – que o Projeto chamou de intervenções físicas – fossem integradas com as econômicas, gerando benefícios de aumento de renda e oportunidade de emprego. Então observamos que não só o Programa de Revitalização do Capibaribe possuía uma visão sistêmica, como também o Programa de Emprego e Renda, tornando o Projeto Recife na sua concepção um projeto integrado.

Podemos afirmar que a gestão municipal reconheceu que o rio Capibaribe não é apenas a lâmina de água que se apresenta visível. O rio se estende pelo território através de suas margens, dos aterros executados para urbanizar a cidade e os ecossistemas natural e humano que se relacionam com ele para sobreviver, direta ou indiretamente. São diversas camadas que se articulam, isso pode ser interpretado como um sistema que integra a paisagem. A resiliência socioecológica diz respeito às

ações que são executadas pensando em ajudar o sistema a persistir diante de tantos impactos.

Dentro do Programa de Revitalização do Capibaribe, o Subprograma de Ocupação de Áreas Vazias designou áreas nas margens do rio para o uso habitacional e outras para parques. Essas áreas foram resultantes de um plano diretor de ocupação das áreas vazias que definiu um percentual de área destinada a cada uso. Antes de tal definição o Projeto Recife indicava alguns estudos preliminares com informações necessárias sobre a área de intervenção: aterro e drenagem, relevo, estudos geológicos, estudos geotécnicos, estudos de ventilação e insolação, demanda habitacional por classe de renda, disponibilidade das redes e sistemas urbanos, densidades urbanas, alternativas de ocupação para o uso do solo, viabilidade financeira para aquisição da terra e articulação com agentes habitacionais (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980, p.53 e 54).

Os objetivos dos estudos preliminares eram subsidiar as intervenções projetuais, tais como identificar áreas alagáveis; selecionar áreas mais adequadas para edificação ou parques, em função do solo, das características da vegetação e do entorno; e fornecer informações técnicas para os projetos de aterro e drenagem. Isso garantiria uma cota mínima de segurança contra os alagamentos. Também era necessário identificar áreas de interesse ecológico, que apesar do Projeto ter a intenção de preservar o ecossistema do rio, nessa fase de concepção, não se aprofundou nas questões biológicas da fauna e flora local.

O estudo de reconhecimento das áreas de intervenção identificou a presença de sítios frutíferos nas margens do Capibaribe, herança da ocupação dos séculos anteriores, quintais arborizados e um coqueiral já deteriorado na região de Monsenhor Fabrício, Iputinga. O projeto aponta recantos com ambiência marcante e vegetação expressiva no Poço da Panela, Santana, Monteiro, Apipucos e Cordeiro, além de alguns areais já identificando a presença da ação humana no interferindo na dragagem do rio. A proposta projetual do Programa de Revitalização de Capibaribe é a adoção sistemática de vegetação característica da região onde cada parque será implantado, para amenizar o clima e recondicionar o meio ambiente local, além de compor esteticamente o projeto (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980).

Mesmo com essa intenção de adotar a reprodução da vegetação característica de cada região dos parques - o que já nos dá evidências de que o Projeto também considerou algumas dinâmicas ecológicas-, nesse aspecto, o Projeto Recife ainda

demonstra uma fragilidade da leitura do todo e da compreensão do sistema socioecológico. Se houvesse enfatizado mais as relações ecossistêmicas, o Projeto fortaleceria a estratégia de implementar o Parque do Capibaribe. Contudo, essas questões não estão contempladas nos documentos do projeto, nem há menção à diversidade dos biomas da Mata Atlântica, manguezal, restinga, presentes ao longo das margens do rio - talvez pelo recorte da área do projeto. Mas, uma vez que a fauna e flora são partes intrínsecas do ecossistema do rio, suas condições e seu papel nas dinâmicas naturais tornam-se importantes na relação com as dinâmicas sociais.

Dito isso, o Projeto Recife possuía três objetivos especiais, de acordo com o documento de 1980. O primeiro era **“apropriar-se da única reserva de espaço vazio na nucleação central do município”**. Dessa forma a Prefeitura promoveria uma ocupação racional e integrada tanto a nível municipal, quanto a nível metropolitano, julgando estrategicamente os usos favoráveis e compatíveis ou com habitação ou com parques (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980 e 1983).

A construção de uma resiliência socioecológica passa por esse ordenamento consciente para que os impactos sejam minimizados ao longo da ocupação das terras próximas ao rio Capibaribe. Vale lembrar que as invasões e a especulação imobiliária já estavam ocorrendo há alguns anos, logo após a construção das barragens e a diminuição da probabilidade das enchentes. A intenção de controlar os usos das áreas vazias remanescentes, diminuiria o impacto sobre o rio e sobre a cidade. Dentro dos aspectos identificados na metodologia da pesquisa, esse primeiro objetivo do Projeto Recife se alinha com as estratégias de **capacidade de persistência e reorganização e transformação**, como se a partir dali a gestão municipal estivesse ressignificando as estratégias de ocupação das margens do rio para promover um desenvolvimento contínuo e equilibrado da cidade. Inclusive adotando meios de promover a participação social, que podem não ter sido efetivos ou de fato transparente, mas a intenção estava declarada.

Ao preservar as áreas verdes e naturais, de reconhecidas potencialidades pelo PDPMR, evidenciando uma visão sistêmica da RMR, além de ofertar equipamentos de recreação e lazer para população, o Projeto trazia estratégia de ocupação do espaço urbano. Mas isso era um risco que fomentava a ocupação das margens, espaços *non aedificandi*, já que a construção das barragens não garantia que novas enchentes não iriam acontecer, e de fato aconteceram e continuam acontecendo.

O segundo objetivo especial do Projeto Recife com esta ação seria se programar para **viabilizar o investimento de aquisição da terra e de urbanização da área**. Estamos tratando de uma área total de aproximadamente 245ha, em 1980. A estratégia era revender alguns lotes para os programas habitacionais e para investidores privados, porém mantendo a oferta de habitação de baixa e média renda maior do que a oferta de habitação de alta renda. Assim, as comunidades localizadas nas margens do Capibaribe permaneceriam morando nas proximidades de onde já residiam, sem causar grandes impactos na dinâmica social já existente. A intenção de promover oferta de habitação próxima ao centro da cidade e, também, de promover melhoria nos serviços de infraestrutura existentes nos espaços habitacionais das famílias de baixa renda, incluindo essas famílias na participação das construções, foi o ponto pé inicial para o surgimento de muitas organizações e lideranças participativas - inclusive para a criação das ZEIS. Apesar ter sido uma ação não planejada, um retorno não previsto do Projeto, as ZEIS trouxeram um ganho positivo para a população e a cidade.

Nesse aspecto, apesar do discurso do projeto ter sido mais efetivo do que a prática, e de reconhecer que ainda se tem muito o que avançar no âmbito da participação e integração social, não podemos desmerecer o pioneirismo do Projeto Recife, que também foi responsável pelo Programa de Emprego e Renda – que não é objeto específico desta pesquisa, mas que pode ser de outras pesquisas -, de incentivar atividades produtivas de hortas, pesca e outros setores informais que proporcionassem alguma renda para as famílias dos assentamentos populares. Dentro dos aspectos identificados na metodologia da pesquisa, esse segundo objetivo se alinha com as estratégias de **capacidade de persistência e reorganização e transformação e transformação**.

Por fim, o terceiro objetivo especial do Projeto Recife era de **“preservar e reverter para a população os últimos resquícios ecológicos e histórico-culturais ainda existentes”**. Nota-se clara a intenção de conservação do patrimônio natural e cultural da cidade. Nesse âmbito, o Projeto tinha entre seus objetivos “preservar os sítios históricos situados na área do projeto, mantendo uma representação da evolução urbana e cultural da cidade” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980, p.44). Além disso, a preservação da margem do Capibaribe com o uso de onze parques era uma estratégia para cumprir com esse terceiro objetivo especial, apesar

de não haver um conjunto de ações voltadas para a ecologia mais detalhadas sobre esse objetivo.

De acordo com o Volume XXV do Projeto, destinado ao 'Parque do Capibaribe', os equipamentos de parques receberiam três funções diferentes, a depender da localização e deveriam estar integrados às potencialidades existentes na vizinhança – outro espaço livre, sítios históricos ou espaços esportivos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Vol. XXV, 1981, p.10). A função local, com um equipamento de recreação; a função municipal, com equipamentos de recreação para jovens e adultos; e a função metropolitana que abrange a criação de conjuntos arquitetônicos ou parque de exposição.

Assim como na construção das barragens houve a intenção de ir aos poucos construindo uma resiliência socioecológica nos municípios que compõem a bacia do rio Capibaribe, com as intervenções do Projeto Recife houve uma intenção de resgatar a convivência com o próprio rio com áreas da cidade que não eram urbanizadas ainda.

O Projeto do Parque do Capibaribe estava integrado ao Plano Diretor de Parques Metropolitanos desenvolvido pela FIDEM. Variadas escalas de intervenção foram propostas considerando função, escala e tipologia definidas pelo PDSPM. De acordo com o documento de 1980, “para cada escala, serão analisadas tipologias alternativas, minimizando os custos de implantação e manutenção”. Os Parques Naturais seriam parques preservados no estado nativo; os Parques Naturais Semi-adaptados teriam a implantação de determinados equipamentos, com mínima intervenção no estado natural do sítio, e os Parques Adaptados, receberiam equipamentos de acordo com a demanda e os costumes da população. Nesse sentido podemos identificar a preocupação com o solo, o território e a natureza que Besse (2014) se refere como os desafios para o projeto de paisagem, referindo-se ao reconhecimento das camadas e características do sítio e ainda a relação com a natureza e o meio no qual o projeto se insere. A resposta da resiliência vem nesse sentido na estratégia adaptativa das dinâmicas de cada local. Segundo Ahern (2012), a resiliência é um conceito mais estratégico do que normativo, já que deve ser baseado nas dinâmicas específicas do lugar e deve estar integrada as escalas variadas.

Os objetivos dos parques nas margens do rio Capibaribe eram “aumentar a oferta de área verde por habitante, reduzindo a déficit atual de 0,80m<sup>2</sup>/hab; apropriar-se e reverter para a população significativa parcela de áreas ainda verdes,

estrategicamente localizadas, dotando-as de equipamentos e condições de uso mais favoráveis; ordenar um conjunto de áreas ao longo do Rio, formando um sistema de parques, integrado com a área/cidade/metrópole, através dos usos local, municipal e metropolitano; contribuir de modo integrado com a consolidação do Plano Diretor de Parques Metropolitanos.” Contudo, na prática, esses objetivos não poderiam ser alcançados com apenas os três os parques que foram construídos – Parque da Jaqueira, Santana e Caiara. Posteriormente, como vimos, em outras gestões e outros projetos urbanos, outros parques foram executados seguindo as intenções do Projeto Recife.

O Programa de Revitalização do Capibaribe ainda atua em uma outra interface paralelamente à do projeto da paisagem. Além da complexidade morfológica, constitucional e funcional (BERTRAND, 1995), o Projeto propõe a organização de uma institucionalidade, afim de preservar os ambientes naturais e históricos da cidade “ante os efeitos de transformação espacial e impactos decorrentes da evolução urbana” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980. p.78). Com isso o Projeto Recife demonstra de fato a sua compreensão sistêmica da paisagem.

A resiliência vem à tona diante das reações do meio ambiente que se refletem na paisagem mostrando a capacidade de resistência e de recuperação, mas que deve ser considerada no planejamento da paisagem no sentido de respeitar os ecossistemas urbanos redirecionando a ação humana. Tudo isso para evitar a extinção e o desgaste, identificando os riscos, planejando ações para reduzi-los e fortalecendo a governança preparando o ambiente para responder aos impactos.

A intenção do Programa de Revitalização do Capibaribe partiu da premissa da continuidade da sua implantação, ou seja, são ações a curto e médio prazo.

“O Projeto Recife foi concebido para orientar uma ação integrada de planejamento urbano, indicando medidas preventivas que permitam atenuar os efeitos danosos de um crescimento rápido e desordenado a que está sujeita a nossa capital e demarcando metas corretivas, naquilo em que o equilíbrio social já foi atingido.” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983, p.4).

O foco da resiliência socioecológica nos projetos de paisagem é a construção da capacidade de adaptação diante da incerteza e em resposta a ela, imaginando múltiplos cenários (LABOY e FANNON, 2016, p.49). Ao integrar-se com o planejamento de nível metropolitano, incorporando a visão sistêmica da cidade, o

Projeto Recife foi inovador, por isso podemos dizer que ele converge com o pensamento resiliente na sua concepção.

Entretanto, o Subprograma de Urbanização de Áreas Pobres, que pretendia consolidar o uso daquelas áreas reorganizando o espaço com infraestrutura e com a substituição dos assentamentos precários por habitacionais financiados pelos programas federais de habitação, foi muito questionado pelos jornais da época e pelas pesquisas acadêmicas (COUTINHO, 1989) sobre as ações de legalização da posse da terra, a melhoria dos serviços urbanos e a retirada das comunidades das margens do rio. O fato é que a margem do rio já estava ocupada pelos assentamentos populares em vários trechos que foram incluídos no Subprograma de Ocupação de Áreas Vazias. Tal fato se mostra como uma incongruência, visto que tais áreas estavam ocupadas, e não vazias.

O objetivo desse Subprograma era investir na urbanização das áreas precárias e carentes de infraestrutura, proporcionando uma convivência digna com o curso d'água. Estava focado na drenagem macro e micro, pavimentação de ruas, iluminação, esgotamento sanitário e abastecimento de água, tanto em áreas que não possuíam os serviços, quanto em áreas que tinham tais serviços de forma precária (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983). Ainda era reorganizar as áreas que estavam sujeitas a alagamentos, além de preservar as áreas vazias com a infraestrutura adequada para persistir aos impactos da urbanização.

No entanto, até os dias atuais (mais de quatro décadas depois do lançamento do Projeto) o Recife tem grande parte da população sem ter acesso aos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento diário de água, entre outros serviços. Ao longo da pesquisa concluímos que uma estratégia velada do Projeto Recife foi justamente remover esses assentamentos das margens para dar acesso à investimentos privados para classe média e alta que voltaram seus olhares para o rio Capibaribe, então “livre” das enchentes. Foram muitos anos de negociação, participação popular e resistência para que as comunidades que estão ainda hoje nas margens do rio permanecessem ali. Além das questões políticas e econômicas, essas comunidades e assentamentos populares convivem diariamente com a dinâmica do rio Capibaribe – com a variação de maré, enchentes, poluição das águas, ainda mais evidenciada quando cobertas pelas baronezas ou aguapés (*Eichornia crassipes*) -, portanto, mesmo verificando as intenções da resiliência socioecológica presente na concepção do Projeto Recife, pontuamos que as intenções formais do Projeto divergiam das necessidades da

população e das ações executadas na década de 1980. Seja para favorecer os anseios econômicos quanto para atender as estratégias de sobrevivência.

Afinal, as dinâmicas relacionais entre sociedade e natureza podem ser equilibradas quando compreendidas numa visão sistêmica, considerando os aspectos da resiliência socioecológica para que os atributos da paisagem persistam, se reorganizem e se transformem garantindo seu desenvolvimento contínuo. Quando se trata de um projeto de paisagem também podemos concluir que qualquer intervenção projetual vai implicar em um impacto, mas existe uma estratégia por trás do projeto que compreende as características do sítio, adapta e promove as participações em diversas escalas e fases do projeto, revelando as suas potencialidades e características. Há um esforço para reconectar os sistemas social e ecológico (FARIAS, 2017).

No contexto da cidade do Recife, os corpos d'água impõem uma problemática de preservação e de recuperação que não foram incorporados como deveriam ter sido no planejamento urbano ao longo dos anos. Sabe-se que cada vez mais os eventos extremos ocorrerão, pois as mudanças climáticas são uma realidade no cotidiano global. A característica estuarina do Recife e seu vínculo histórico com a água agrava a vulnerabilidade que todo centro urbano é suscetível hoje em dia, tanto ambientalmente, como socioeconomicamente, quanto culturalmente. Como podemos conviver com as águas?

O Projeto Recife foi um Projeto estruturador que utilizou o rio Capibaribe como linha de força da paisagem, revelando as vulnerabilidades e as potencialidades das margens do rio. O Projeto sedimentou uma base e subsidiou estratégias para vários outros projetos subsequentes, inclusive para o mais recente projeto Parque Capibaribe (2013), que está sendo executado pela PCR e que está alinhado com a agenda global do planejamento urbano.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetar ‘com os corpos d’água’ e não ‘sobre os corpos d’água’ é um desafio que surge no Recife desde antes da sua fundação como cidade, ainda como um porto para Olinda no século XVI. O Projeto Recife (1979), o primeiro com um programa de revitalização do Capibaribe, teve em sua concepção a intenção de projetar com as margens do rio, envolvendo as diversas escalas e os diversos atores possíveis que um rio urbano agrega em suas potencialidades e vulnerabilidades.

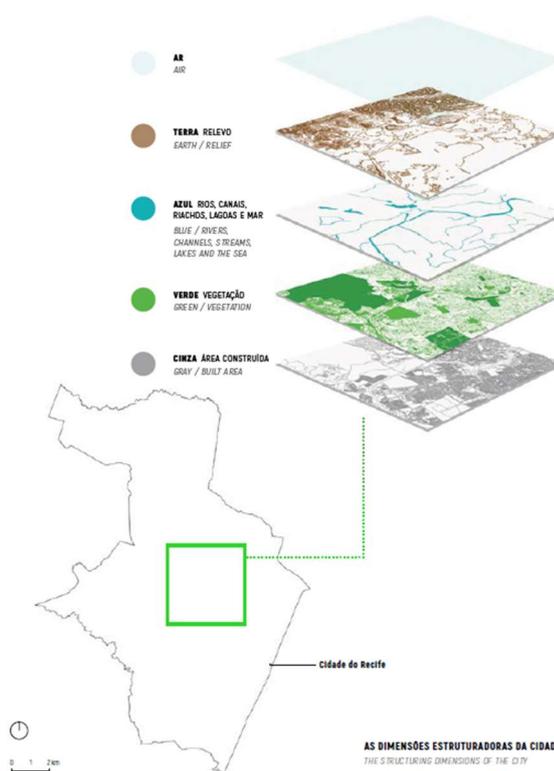
No entanto, como muitas propostas do Projeto não foram executadas, ou ao serem executadas, não se formalizaram como no discurso, outros projetos subsequentes a ele propuseram ações que divergiam de intenções resilientes e da visão sistêmica durante essas quatro décadas que se passaram. O resultado é uma escassez de espaços livres públicos nas margens do Capibaribe, um déficit habitacional e desigualdades sociais que os projetos e o planejamento urbano parecem que não conseguem resolver. Mesmo assim, foi relevante a consideração do rio Capibaribe como um articulador de um sistema de parques para o Recife. O rio como linha de força da paisagem ainda permanece como um guia para o planejamento da cidade, e essa visão sistêmica começou a ser alinhavada com o Projeto Recife (1979), que semeou estratégias de projetar com as margens que até hoje são válidas.

Prestes a completar 500 anos da fundação da cidade, a PCR elaborou um plano estratégico que tem o compromisso de alinhar-se às metas globais das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável. Tais metas têm objetivos gerais de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes, sustentáveis, mais justos e igualitários. O Projeto Parque Capibaribe, anunciado em 2013 pela Prefeitura como parte desse Plano Estratégico, visa reconquistar as margens do rio para implantar espaços públicos que favoreçam a integração social e propõe utilizar os corpos d’água da cidade como suporte para as intervenções urbanas, com uma visão a longo prazo. O Projeto já apresentou um diferencial ao firmar um convênio com a UFPE, através do INCITI – Pesquisa e Inovação para Cidades, grupo de pesquisa composto por profissionais de várias áreas de conhecimento, inclusive paisagistas.

Ao fazer um paralelo entre esses dois projetos para o rio Capibaribe - o Projeto Recife (1979) e o Projeto Parque Capibaribe (2013) -, este último tem o desafio de não reproduzir os erros do passado agora no século XXI.

Um dos resultados das propostas do Projeto Parque Capibaribe (2013) foi o Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe (PURA), resultante de um conjunto de pesquisas transdisciplinares que “fornece diretrizes de recuperação ambiental e reestruturação urbana para as intervenções necessárias visando uma cidade regenerativa e sustentável” (PARQUE CAPIBARIBE, 2019). As diretrizes ambientais desse Projeto consideraram os grandes sistemas da cidade: geomorfológico, hídrico e verde, além de levantar a flora e a fauna existentes. Para além do sistema ambiental, o Projeto também considerou o social, “os sistemas edificadas e funcionais, que enfatizam a mobilidade, o adensamento urbano, os lugares de vitalidade, as centralidades, os sistemas de espaços públicos e os sistemas infraestruturais” (PARQUE CAPIBARIBE, 2019). Ver figura 44.

Figura 44: Sistemas estruturadores da cidade



Fonte: Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981.

O Projeto Parque Capibaribe (2013) também tem o objetivo de promover um desenho urbano sensível à natureza e às pessoas, respeitando o meio ambiente e os grupos vulneráveis, chamando atenção da população recifense “para os desafios das mudanças climáticas e da necessidade de implantar ações de baixo impacto” (PARQUE CAPIBARIBE DA CIDADE DO RECIFE, 2019).

A equipe do INICTI/UFPE trouxe para a elaboração do Projeto Parque Capibaribe o conceito de “ativar”, com o objetivo de engajar e envolver a população na concepção, ocupação e transformação ativa dos espaços públicos. O que nos leva a fazer um paralelo desse conceito com uma intenção do Projeto Recife (1979) que visava a participação social e educação ambiental com o objetivo de mobilizar e inserir a comunidade no processo de discussão, no levantamento e soluções dos problemas e manutenção dos sistemas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983, p.45). O Projeto Recife chamou de etapas de levantamento, mobilização, sensibilização, visando acompanhar os processos em curso da implantação do projeto para adequar à de assimilação do projeto pelos moradores, contudo vimos que na prática os moradores tiveram dificuldade de entender as ações da prefeitura e de acompanhar o projeto, resultando de diversas manifestações por parte da população contra o projeto.

A consciência coletiva se faz importante na etapa de implementação dos projetos, isto é o que fomenta a mudança de paradigma nas cidades e dá força aos sistemas para buscarem estratégias de reorganização e transformação para sobreviverem. Como isso, a construção da resiliência vai além da discussão do desenvolvimento sustentável e da crise climática, traz aspectos que levam à compreensão da paisagem, à formulação de um planejamento adequado e ao engajamento dos gestores e da população, provocando a reconexão entre os sistemas social e ambiental.

O Projeto Parque Capibaribe (2013) ainda destaca que para efetivar as intenções do projeto é indispensável que a legislação da Cidade viabilize as ações de transformação, através de um Plano Diretor que incorpore as premissas do projeto.

Dito isto, os aspectos relacionados à resiliência voltam a ser fundamentais para efetivação desse discurso, já que a resiliência socioecológica engloba a relação dos diversos atores do sistema da cidade, promovendo o desenvolvimento dos mesmos, através da reorganização e da transformação.

## REFERÊNCIAS

- AHERN, John. **From fail-safe to safe-to-fail: Sustainability and resilience in the new urban world. Landscape and Urban Planning.** *In:* Landscape and Urban Planning. Vol.100, p.341–343. Amherst, 2011. Disponível em : [www.elsevier.com/locate/landurbplan](http://www.elsevier.com/locate/landurbplan)
- ALBERTI, Marina; MARZLUFF, John M.; SHULENBERGER, Eric; BRADLEY, Gordon, RYAN, Clara e ZUMBRUNNEN, Craig. **Integrating Humans Into Ecology: Opportunities and Challenges for Studying Urban Ecosystems.** *in* BioScience, Vol. 53 No. 12 ,2003 .
- ALCANTARA, Edinéa; CAVVALCANTI, Edneia. Resiliência e capacidade adaptativa: recursos para a sustentabilidade de cidades e comunidades. *In:* **Anais ENANPARQ**, 2012.
- ARIES – Agencia Recife para Inovação e Estratégia/PCR. **Recife: Reunir, Reviver e Reinventar. 500 anos Proposta Inicial de Estrategia de Desenvolvimento da Cidade.** Recife, 2019. Disponível em [www.rec500.org.br](http://www.rec500.org.br)
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço publico no Recife do século XIX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- BERQUE, Augustin. Paisagem, meio, história. *In:* BERQUE, Augustin et al. **Cinco proposições para uma teoria da paisagem.** Paris : Editora Champ, 1994.
- BALTAR, Antônio Bezerra. **Diretrizes de um plano regional para o Recife.** 2º edição, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- BERTRAND, Georges. A Paisagem entre a Natureza e a Sociedade. *In:* ROGER, Alain. **A Teoria da Paisagem na França (1974-1994).** Paris: Editora Champ Vallon, 1995.
- BESSE, Jean-marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem/** por Jean-Marc Besse; tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014
- BEZERRA, Onilda. Segunda porta : Paisagem como totalidade homem-natureza. *In:* **Cadernos de arquitetura e urbanismo: Cidade-paisagem.** VERAS, Luica et al. Recife: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco [CAU-PE]. Vol. 2. João Pessoa; Patmos Editora, 2017. Pags. 34 a 52.
- BOLLETTINO, Vincenzo; ALCAYNA, Tilly; DY, Philip e VINCK, Patrick. **Introduction to Socio-Ecological Resilience.** 2017-2019 Printed From The Oxford Research Encyclopedia, Natural Hazard Science. Oxford University Press USA, 2019. ([oxfordre.com/naturalhazardscience](http://oxfordre.com/naturalhazardscience)).
- CALVINO, Italo. **“As cidades invisíveis”.** São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARMO, Alison; BEZERRA, Onilda; VASCONCELOS, Ronald. Águas da Cidade do Recife: Uma Proposta de Desenho Urbano-Paisagístico para as APP’s Ribeirinhas. *In:* **Anais APP URBANA**, 2014.

CARVALHO, Maurício; MOREIRA, Fernando; MENEZES, José Luiz. **Um Recife Saturnino: Arquitetura, Urbanismo e Saneamento**. Recife: NECTAR, 2010.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013. Edição alusiva aos 40 anos de falecimento do autor.

COUTINHO, Maria Cristina. **As transformações do/no Projeto Recife – redirecionamento no espaço. Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular**. Dissertação (Mestrado Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

CORAJOURD, Michel. Las nueve conductas necesarias de una propedéutica para un aprendizaje del proyecto sobre el paisaje. *In*: **Jardines insurgentes**: arquitectura del paisaje en Europa 1996-2000, catálogo de la 2ª Bienal de Paisaje. Barcelona: ed. Arquithemes, 2002.

CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde a céu e a terra se tocam. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 215-225

DIARIO DA MANHÃ, 12 DE DEZEMBRO DE 1979. “**Plano de Desenvolvimento do Recife para 1980 prevê a integração povo/governo**”. p.1 Disponível em <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1979&pagfis=1>

DIARIO DE PERNAMBUCO, 21 DE JULHO DE 1985, p.14ª. “**Projeto Recife atrasa e gera desconfianças**”. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

FARIAS, José Almir. **Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana?** *In*: Anais do XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

FIDEM – Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos da Região Metropolitana do Recife (PDSPM/RMR)**, 1980.

FOLKE, Carl. Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. *In*: **Global Environmental Change**, Volume 16, Issue 3, 2006, Pages 253-267, ISSN 0959-3780, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002>. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378006000379>

FURTADO, Fátima. Cidade resilientes: considerações conceituais. *In*: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCANTARA, Edinea (orgs.). **Mudanças climáticas e resiliência de cidades**. Recife: pickimagem, 2015.

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. **Paisagem como res publica: a Calçada do Mar do Recife**. TESE DE DOUTORADO. MDU/UFPE. Recife, 2017.

LABOY, Michelle e FANNON, David. “**Resilience Theory and Praxis: a Critical Framework for Architecture**.” *Enquiry* 13 (1): 39-52. 2016. [Http://dx.doi.org/10.17831/enq:arcc.v13i2.405](http://dx.doi.org/10.17831/enq:arcc.v13i2.405)

MELLO, José Gonsalves de Mello. **Tempo dos flamengos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MENEZES, José Luiz Mota; Fundação Joaquim Nabuco; Empresa de Urbanização do Recife. Departamento de Preservação do. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

MENEZES, Patrícia C. **“Um passo para o Capibaribe Integração dos espaços livres do Recife”**. Trabalho de Graduação de Arquitetura e Urbanismo. DAU, UFPE. Recife, 2010

MAYRINCK, Vera. **A paisagem do rio Capibaribe: um recorte de significados e representações**. Tese de doutorado, UFRJ, 2003.

NASCIMENTO, Luis. RECIFE 1966-1980 - **Uma cidade ao sul do equador onde não há chão de estrelas**. Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 01, p. 02-23, 2017.

OLIVEIRA, Waldemar de. **Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo**. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comercio, 1942.

ONU, **Relatório de Brundtland**, 1987

ONU HABITAT-III – **PREPARATORY PROCESSE AND CONFERENCE**, 2015. United Nations All rights reserved worldwide.

ONU - UNISDR. **“Como Construir Cidades Mais Resilientes - Um Guia para Gestores Públicos Locais”**, Genebra, 2012.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo 1927-1943**. Recife: Fundaj, Editora Massagana, 1997.

**PARQUE CAPIBARIBE** : a reinvenção do Recife Cidade Parque = Capibaribe Park : the reinvention of Recife Park City / organizadores : Monteiro, Circe Maria Gama, Luiz Goes Vieira Filho, Roberto Montezuma Carneiro da Cunha ; tradução : Peter Ratcliffe, Paul Webb ; fotografia : André Arruda... [et al.] ; prefácio : Geraldo Júlio... [et al.] – Recife : Ed. UFPE, 2019.

PONTUAL, V. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. Recife, n. 2, 1999.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em setembro de 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. LEI 16.243/96 **CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE E DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO DA CIDADE DO RECIFE**.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento e URbanismo. Empresa de Urbanização do Recife. **Projeto Recife – Revitalização do Capibaribe. Emprego e renda**. Recife, 1980.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento e UrbanismoU. Empresa de Urbanização do Recife – URB. **Projeto Recife**. Vol. II – Programa de Revitalização do Capibaribe. Plano Geral. Recife, 1981.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento. Empresa de Urbanização do Recife – URB. **Projeto Recife**. Vol. XXV – Programa de Revitalização do Capibaribe. Parque do Capibaribe. Recife, 1981.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Secretaria de Planejamento de Urbanismo, Empresa de Urbanização do Recife. **Projeto Recife – Projeto Minter/Rm/Recife-1983/1985. Resumo Do Projeto**. Revitalização do Capibaribe e Emprego e Renda. Recife, 1983.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento. Empresa de Urbanização do Recife – URB. **Projeto Recife**. Seminário de Redirecionamento. Recife, 1986.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Beira Rio**, 1996

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capital**, 1998

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capibaribe Melhor**, 2001

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capibaribe Melhor - Relatório De Avaliação Ambiental**, 2006

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR. **Atlas das Infraestruturas Públicas em CIS do Recife**. Recife, 2014.

PREUSS, Simone *et al.*. Adequação estrutural e ambiental para a drenagem urbana sustentável: o caso do Recife, Pernambuco. *In: Anais do XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*. Maceio, 2011. Disponível em <https://anais.abrhidro.org.br/job.php?Job=10905>

RESILIENCE ALLIANCE, 2016. Disponível em <https://www.resalliance.org/books>

SÁ CANEIRO, Ana Rita. **Parque e Paisagem**: um olhar sobre o Recife. Recife: Editora Universitaria, 2010.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita e MESQUITA, Liana. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife, 2000.

SANTOS, Luisa Acioli dos. **O projeto de paisagem de sistema de parques nos planos para o Recife (1917-1943)**. Dissertação de Mestrado do PPGMDU Recife, 2019.

SPIRN, Anne. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. Tradução de Paulo Renato Pellegrino. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO. **Mapa de indicadores de esgoto, 2020**. Disponível em:

[http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua\\_esgoto/mapa-esgoto/?cod=2611606](http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto/?cod=2611606)  
acesso em junho, 2022.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. **What is Resilience?** Stockholm Resilience Centre, 2015.

UNISDR. **Como Construir Cidades Mais Resilientes**. Um Manual Para Líderes do Governo Local. Uma Contribuição para a Campanha Mundial de 2010-2020. Construir Cidades Resilientes – “A Minha Cidade Está a Preparar-se!”. Genebra, 2017

WALKER, Brian *et al.*. “**Resilience, Adaptability and Transformability in Social-ecological Systems**”. *Ecology and Society* 9(2): 5. 2004. [online] Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5>.